



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

142ª Reunião Ordinária do Plenário do Conama

Realizada em
Brasília/DF.
12 de Junho de 2024.

(Transcrição ip[s]is verbis)
Empresa RDK Degravações e Eventos

1 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom dia, senhoras e senhores Conselheiros.
3 Nós vamos dar início à 142ª Reunião Ordinária do CONAMA. É uma história, hein? É
4 uma longa história. Mas antes de iniciar, fomos informados que teremos um vídeo sobre
5 a nossa gloriosa Caatinga. Então vamos assistir a esse vídeo e, na sequência, faremos
6 a abertura dessa sessão plenária. Obrigado.

7 [Apresentação de Vídeo].

8 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
9 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Eu achei que era eu que estava dublando.
10 Muito bem. Mas vamos dar, então, início à nossa 142ª Reunião Ordinária do CONAMA.
11 De imediato, passando a palavra à Presidente do CONAMA, a Ministra Marina Silva.

12 **A SRª. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**
13 **Mudança do Clima - MMA)** – Bom dia a todos, a todas. Primeiro eu quero agradecer a
14 Deus por estarmos aqui, agradecendo a presença de todos os Conselheiros e
15 Conselheiras, convidados, convidadas, cumprimentando aqui os colegas de mesa,
16 começando pelo Otaviano, cumprimentando também nosso Presidente anfitrião, que nos
17 recebe sempre nessa casa, Rodrigo Agostinho, parabenizando por todo o esforço que
18 juntamente com a equipe e servidores tem feito, cumprimentando nosso Presidente do
19 ICMBio, nosso Secretário de qualidade ambiental, Adalberto Maluf. Estou dançando o
20 olho para ver quem está mais aqui do Ministério. O Secretário João Paulo Capobianco,
21 companheiro histórico de jornada, cumprimentando a querida Marcela, que faz toda a
22 parte de sustentação e suporte das ações do CONAMA, no departamento, quero
23 cumprimentar também o Tácios, que coordena a Conferência Nacional de Meio
24 Ambiente, não sei se a Neuzinha está aqui, ou o Sorrentino, que coordena a Conferência
25 Infanto-Juvenil. Agradecendo, mais uma vez, pela oportunidade de estarmos aqui
26 fazendo importantes debates e deliberando a respeito de resoluções muito relevantes e
27 significativas, como as que vamos debater hoje aqui. O Capo está me dizendo que o
28 Edmilson está aqui, cadê o Edmilson? Oi, Edmilson, querido, seja muito bem-vindo, muito
29 bom tê-lo aqui entre nós, o Estado e o município que vai sediar a COP30, parabéns pelos
30 esforços que vêm sendo feitos no sentido de dar conta desse imenso desafio em termos

31 de infraestrutura logística e também do acolhimento que vocês vão fazer muito bem aos
32 nossos participantes da COP30. Bem, eu queria iniciar, obviamente, que não poderia
33 deixar de fazer uma referência àquilo que todos nós temos feito em qualquer espaço
34 público do qual participamos, que é o evento climático extremo do Rio Grande do Sul,
35 que levou a tantos prejuízos de vida humana em termos econômico, social, ambiental e
36 até mesmo em termos da governança, que nós, às vezes, achamos que estamos
37 avançando e, de repente, a gente observa que os impactos da mudança climática até é
38 desconstrutivo dos esforços que já havíamos acumulado, pelo fato de não termos feito
39 os esforços estruturantes que fomos alertados para fazer há 30, 40 anos atrás. O Rio
40 Grande do Sul, nesse momento, está vivendo um processo duplo ainda de tratamento da
41 situação de emergência com ajuda humanitária, mas também já um processo de
42 reconstrução. Só para se ter uma ideia, o governo federal tem um investimento na ordem
43 de R\$85 bilhões, quando somamos todos esses esforços, ainda temos mobilizado cerca
44 de 21 mil pessoas de agentes públicos à frente desse processo, temos algo em torno de
45 3,9 equipamentos públicos e temos 13 hospitais de campanha que ainda estão em plena
46 atividade, já conseguimos o reestabelecimento de 557 mil pessoas, clientes, residências
47 que estavam sem abastecimento de luz, sem falar em cerca de R\$23 bilhões que o
48 governo conseguiu mobilizar em função da suspensão do pagamento da dívida e dos
49 juros da dívida do Estado do Rio Grande do Sul durante três anos. Uma coisa que eu
50 gostaria de falar, além de todo o sofrimento com o qual todos nós aqui somos solidários
51 da população, eu tive a oportunidade de ir três vezes acompanhando o Presidente Lula
52 e a comitiva, o Presidente Lula criou uma Secretaria, um Ministério extraordinário que
53 está à frente dos trabalhos, o Ministro Pimenta e o Ministro da Integração, juntamente
54 com o transporte, Ministro de Comunicação, de energia, todos trabalhando
55 ininterruptamente ali para as ações de reconstrução. E nós do Ministério do Meio
56 Ambiente, através do ICMBio, do Ibama, das nossas superintendências tanto do Estado,
57 mas também ali do Paraná, de Santa Catarina e outros que foram removidos,
58 agradecendo àqueles que voluntariamente foram trabalhar no Ministério do
59 Desenvolvimento Regional, analisando propostas e projetos, acho que mais de oito
60 pessoas que conseguimos recrutar para dar mais celeridade aos projetos que foram
61 apresentados ali para o processo de ajuda emergencial, agora vem o processo de

62 reconstrução, é uma análise mais complexa, mas o que eu queria dizer com isso é que
63 quando a gente não faz os esforços corretos para prevenir, a gente tem um prejuízo
64 incomparavelmente maior quando se trata da agenda de remediar e não consegue
65 remediar completamente, as vidas perdidas, infelizmente, esses são danos irreparáveis,
66 as pessoas que perderam tudo que tinham, pessoas que perderam, inclusive, o próprio
67 solo onde cultivavam, que hoje nada mais é do que cratera ou um monte de pedregulhos,
68 mas tem uma solidariedade, um trabalho conjunto que envolve o governo federal, o
69 governo do Estado, os municípios, a sociedade civil, a comunidade científica. Um último
70 alerta sobre esse caso é que nós temos que sair do risco de achar que a resposta para
71 o que aconteceu no Rio Grande do Sul trata-se de apenas uma questão de resposta
72 tecnológica, não é apenas um processo de natureza tecnológico, nós não temos
73 tecnologia para lidar com esses eventos climáticos extremos na sua totalidade, portanto,
74 vamos ter que continuar mitigando, vamos ter que fazer um esforço de adaptação, um
75 esforço de preparação e de transformação do nosso modelo insustentável de
76 desenvolvimento. Estamos trabalhando o plano de uma estratégia para o enfrentamento
77 dos eventos climáticos extremos, que é feito pelo Ministério do Meio Ambiente, mas
78 também com a participação de cidades, desenvolvimento regional, ciência, tecnologia e
79 vários setores do governo, Fazenda também e vamos levar a proposta inicialmente para
80 o centro do governo, para a partir daí, o que vem sendo feito desde o ano passado de
81 forma colaborativa, possa se transformar numa dinâmica institucionalizada no conjunto
82 do governo, pelo próprio Presidente Lula. Eu tenho ouvido às vezes, com justa razão,
83 alguns membros da imprensa dizendo: mas já estão há um ano trabalhando. E eu digo
84 que ainda bem que estamos há um ano trabalhando, que começou em fevereiro do ano
85 passado, quando aconteceu o episódio triste de São Sebastião. É um plano que não
86 temos, digamos assim, um similar para nos espelhar, para ser ali a nossa referência, nós
87 temos algumas tentativas no mundo, mas obviamente, que um plano que envolva cerca
88 de 1.942 municípios, um contingente de quase 80 milhões de pessoas, isso é algo que é
89 inédito, por isso que há uma complexidade. A gente gostaria de ter uma vacina antes,
90 quando tivemos a pandemia, a gente gostaria de ter um plano o quanto antes, mas a
91 resposta acontece quando a gente tem o mínimo de segurança para ver se realmente
92 aquilo já pode ser considerada a versão 0.1 de um plano de enfrentamento a essa

93 emergência. Então, mais uma vez, a nossa solidariedade. Queria também aqui fazer uma
94 menção, nesse plenário tão significativo, da missão Caatinga, que fizemos no dia 10,
95 envolvendo os municípios de Juazeiro e Petrolina, contamos com a honrosa presença do
96 Secretário da Convenção de Biodiversidade das Nações Unidas... é o inconsciente
97 falando, de Desertificação das Nações Unidas, a presença do governador Jerônimo,
98 cumprimento aqui o Eduardo, está lá no cantinho, não é, Eduardo, mas que foi uma visita
99 muito promissora, onde trabalhamos ali os esforços para um plano de desenvolvimento
100 sustentável, de proteção da Caatinga, de combate ao processo de desertificação,
101 visitamos uma experiência fantástica de manejo, recuperação, restauração de áreas
102 degradadas na Caatinga e, pela primeira vez no Brasil, nós, graças aos estudos
103 científicos, temos a identificação do surgimento de uma área com o processo já instalado,
104 de aridez de 5.763 quilômetros quadrados na região do Rio São Francisco, abrangendo
105 os municípios da Bahia e de Pernambuco. Portanto, o esforço que estamos fazendo e
106 resoluções que vamos tomar, inclusive, em relação a essa questão aqui, serão
107 fundamentais para que a gente possa fazer frente a tudo isso. O contexto dessa reunião
108 do CONAMA também dialoga muito com esses esforços para todos os biomas, Caatinga,
109 Pantanal, Mata Atlântica, enfim, como vocês sabem que estamos trabalhando os planos,
110 o Secretário André tem se esforçado muito para que a gente tenha todos esses planos,
111 mas nós estamos fazendo essa reunião do CONAMA na semana após a Semana do
112 Meio Ambiente. O dia 5 foi um dia muito importante, com vários atos que foram assinados,
113 tenho certeza, por prefeitos, por governadores, secretários de meio ambiente, e no plano
114 federal não foi diferente. Ali fizemos um balanço das coisas que já vêm sendo feitas nesse
115 um ano e meio de governo do Presidente Lula, com resultados bastante significativos,
116 que vai desde a redução do desmatamento em 50% no ano passado, 40% já esse ano,
117 redução de 9% da queda do desmatamento do Pantanal, que ainda não dá para dizer
118 que é uma tendência, a mesma coisa de 12% do Cerrado, que também ainda não dá
119 para dizer que é uma tendência, mas estamos trabalhando duro para que, do mesmo
120 jeito que estamos conseguindo dobrar essa curva na Amazônia, a gente consiga também
121 nos demais biomas. E assinamos ali vários decretos, o decreto que cria o Refúgio de
122 Vida Silvestre do Sauim-de-Coleira, no estado do Amazonas, uma espécie que está
123 ameaçada de extinção, que tem ali uma presença endêmica dentro de uma unidade de

124 conservação que foi criada de 13.300 hectares, fundamental para a preservação do
125 habitat dessa espécie e a preservação da própria espécie, um esforço que foi feito pelo
126 ICMBio, os nossos técnicos, a Secretaria de Biodiversidade, agradecendo ao governo do
127 estado por ter trabalhado conjuntamente para que se conseguisse, inclusive, fazer em
128 parceria com o governo do estado o decreto que criou também o Monumento Natural das
129 Cavernas de São Desidério, uma área maravilhosa e fantástica, agradecendo também o
130 governador da Bahia pelo esforço de termos esse monumento natural sendo criado,
131 inclusive, com a presença do governador. Temos ali um compêndio de 200 cavernas, o
132 maior salão que se tem em termos de cavernas no nosso país, além do maior lago dentro
133 de cavernas, e uma conformação que precisa ser protegida em função de atividades de
134 mineração. Também ali é possível compatibilizar a presença de atividades econômicas,
135 desde que não sejam estranhas a preservação daquela conformação. Também tivemos
136 o decreto que estabelece o Pacto pela Preservação e Controle de Incêndios, com os
137 governadores do Pantanal e da Amazônia. Esse ano nós temos uma grande estiagem e
138 vamos ter, com certeza, grandes incêndios, porque há mudança do clima, o que nós
139 estamos vendo dessa combinação de El Niño, La Niña, mudança do clima,
140 desmatamento, incêndios criminosos, com incêndios naturais, no caso do Pantanal, é
141 isso que nós estamos vendo. No Rio Grande do Sul, nós vamos ver na forma de estiagem
142 envolvendo a Amazônia e o Pantanal, por isso, o Pacto. Já foram feitas reuniões com os
143 governos do Estado do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, o Ibama, o ICMBio,
144 juntamente com a Secretaria de Combate e a Desmatamento, o André Lima. Foram
145 reuniões muito produtivas para que a gente faça esse enfrentamento, tendo a clareza de
146 que a gente precisa, inclusive, de ter ações que comecem agora. Trabalhamos um plano
147 de emergência climática, só que nós não temos ainda a lei que estabelece emergência
148 antecipada, que é o que nós queremos fazer com o plano de prevenção. Eu não tenho
149 como ficar aqui falando de cada coisa, vou falar apenas dos decretos, o decreto que cria
150 o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais, uma demanda
151 histórica e que foi muito celebrada por todos nós e, principalmente, pelas pessoas que
152 fazem os estudos e que trabalham e que manejam essas áreas, que é responsável ali
153 por uma grande quantidade de famílias que dependem do manejo dos mangues. O
154 decreto que cria a Estratégia Nacional de Bioeconomia, um trabalho que vem sendo

155 liderado pela Secretaria de Bioeconomia, a Secretária Carina, juntamente com a
156 Fazenda, com o MDIC e com outros setores do governo. O decreto que altera a
157 regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, um trabalho do Serviço Florestal
158 Brasileiro, mas também da SBIO, do Ministério de Desenvolvimento Agrário e ali eu vou
159 só dar uma ênfase a uma questão, que é o fato de, junto com o Ministério do
160 Desenvolvimento Agrário, termos criado um meio legal de dar regularização na base do
161 usufruto para comunidades que não se enquadram dentro dos padrões que nós temos
162 no Sistema Nacional de Unidade de Conservação, que são as reservas extrativistas ou
163 outras modalidades de parques nacionais, reservas biológicas ou, no caso, criação de
164 assentamentos extrativistas e terras indígenas. Existem comunidades que usam essas
165 áreas e que não têm ali uma forma de titularidade, mesmo que seja na forma de usufruto,
166 uma concessão. E, por esse mecanismo e esse decreto, a partir de agora, o Ministério
167 do Meio Ambiente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, via ICMBio, e INCRA e
168 mais SBIO, vamos poder dar cidadania a essas pessoas e a segurança de que elas
169 também poderão ali ter investimentos e políticas públicas. Além de uma outra novidade,
170 que é a possibilidade de transacionar o carbono nas áreas que serão restauradas nas
171 concessões que o serviço florestal vai fazer. E ainda temos o decreto que atualiza o
172 Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, o CIM, e o decreto que institui o
173 Programa Nacional de Cidades Verdes e Resilientes, inclusive, no contexto de tudo isso
174 que está aí. Tivemos assinatura pelo Ministério do Meio Ambiente de uma portaria, que
175 aí integra 98 analistas ambientais num concurso já realizado esse ano, bem como o
176 anúncio pelo Ministério da Gestão de que teremos um concurso e antecipação de mais
177 de 400 servidores para suprir as necessidades que temos. Assinatura de vários
178 protocolos, termos de cooperação, que eu não vou ter tempo de falar aqui. O
179 Capobianco... tem uma campanha que toca aqui? Não, não. No Senado tem uma
180 campanha que faz trim aí. Então, às vezes eu preciso da campanha. Mas eu queria
181 ainda dizer para vocês que vamos aqui ter votações e encaminhamento de questões
182 muito importantes. Nós vamos tratar aqui da política nacional de qualidade do ar, vamos
183 ter uma resolução. Eu sei que é uma discussão complexa, mas eu acredito muito na
184 capacidade de cooperação que esse Conselho tem, que suas Câmeras Técnicas têm, da
185 liderança do nosso Secretário Executivo à frente desse processo e, principalmente, do

186 esforço que está sendo feito entre os diferentes setores, a sociedade civil, os agentes
187 governamentais, para que a gente tenha uma política nacional de qualidade do ar, em
188 que a gente possa cuidar do bem-estar, da saúde das pessoas. A maior parte das
189 pessoas que são prejudicadas são as pessoas idosas e as crianças e eu tenho certeza
190 que a gente vai ter aqui, já temos provavelmente um consenso estabelecido. Queria falar
191 também das conferências. As conferências já estão em processo, em curso, tanto a
192 Conferência Nacional de Meio Ambiente, inclusive, realizações de conferências
193 municipais. Queremos que haja uma mobilização que não seja só dentro dos escaninhos
194 normais da conferência, mas inclusive, com as conferências livres, para que a sociedade
195 civil possa trazer de forma ampla e aberta a sua contribuição para ajudar na formulação
196 das políticas, tanto no plano federal, quanto estadual e municipal. Nós do Ministério do
197 Meio Ambiente prezamos muito pela gestão democrática, esse Conselho tem uma
198 relevante contribuição que pode e está sendo sempre dada. A nossa diretriz de controle
199 e participação social se realiza muito aqui nesse Conselho. E, por último, temos aqui um
200 conjunto de várias resoluções, encaminhamentos que serão feitos por todos vocês e
201 novos Conselheiros que irão assumir e o Secretário João Paulo Capobianco vai dar
202 continuidade aqui aos trabalhos. Eu queria dizer que, nesse um ano e meio de governo,
203 tem sido muito interessante verificar o desdobramento da política ambiental de forma
204 transversal, onde, em que pese as contradições, o nosso PPA, dos 88 programas, 50 têm
205 ações de desenvolvimento sustentável ou voltado para a questão ambiental. Todos os
206 esforços que vêm sendo feitos no plano de transformação ecológica, com suas diretrizes
207 que vocês já conhecem, todo o esforço de retomada de unidades de conservação, de
208 terra indígena, de desintrusão, o plano safra que estamos trabalhando agora, a versão
209 0.2 do plano, ampliando ganhos para essa agenda de ter uma agricultura que seja, de
210 fato, de bases sustentáveis, com práticas que sejam resilientes, além de outros esforços
211 que estamos fazendo em parceria na agenda de bioeconomia e tudo que estamos
212 trabalhando no âmbito da retomada da agenda de enfrentamento à mudança climática.
213 O plano clima, nossas NDCs estão sendo trabalhadas pela Secretaria, envolvendo todos
214 os setores do governo federal, que teremos meta de redução para todos os setores,
215 transporte, energia, agricultura, a questão do desmatamento, todos os setores do
216 governo. E o Presidente Lula, o tempo todo, tem trabalhado para que possamos fazer

217 com que a relação do governo federal com os demais agentes da federação seja sempre
218 de parceria, de parceria nas políticas sociais, nas políticas ambientais e em outras
219 frentes. Eu agradeço a vocês, peço desculpa por ter me alongado, mas eu fui para
220 Caatinga e acho que adquiri um pouco da resiliência. Ontem eu passei o dia na Caatinga,
221 ontem eu fui para São Paulo, voltei em um bate e volta, hoje de manhã o Felipe me fez o
222 favor de marcar uma boa entrevista na ABC às 8h da manhã, e eu estou aqui, e daqui a
223 pouco nós vamos dar continuidade aqui à agenda. Nós estamos vivendo momentos
224 também, vocês conhecem, de agenda de muitas mobilizações que estão acontecendo
225 no âmbito do governo federal, nós ficamos durante um período longo sem que tivéssemos
226 aumento dos servidores públicos, essa agenda foi retomada de negociação com todas
227 as categorias, no nosso Ministério nós temos as legítimas manifestações por valorização
228 da carreira do Ibama, do ICMBio, conseguimos alguns avanços, sendo justos, com o
229 Ministério de Gestão, a primeira proposta com certeza não foi uma proposta que eu diria
230 fosse razoável, mas a partir daí os servidores e suas representações foram apresentando
231 demandas de ajuste, elas foram sendo acolhidas, há uma avaliação dos servidores de
232 que ainda não é suficiente, mas o governo federal democraticamente respeita a
233 manifestação dos servidores, mas tem dito que temos limites em termos orçamentários
234 para o atendimento de todas as demandas. Os concursos é no sentido de valorizar a
235 carreira, o respeito à ação livre independente dos nossos técnicos é de valorização da
236 carreira e isso não é vantagem, porque é obrigação de respeitar a lei e o reconhecimento
237 de que todos esses ganhos que tivemos, inclusive, os estudos dessas unidades de
238 conservação, é graças ao trabalho incansável dos nossos servidores do Ibama, do Jardim
239 Botânico, do Ministério do Meio Ambiente, do ICMBio, do Serviço Florestal Brasileiro, a
240 quem agradecemos e lutamos para que a gente progressivamente consiga, ao longo do
241 tempo de um governo democrático, a gente ir ampliando a cada ano as conquistas. Muito
242 obrigada, um bom dia e uma boa reunião do CONAMA aqui para todos nós. E o
243 Secretário Capobianco, agora é com você o pinga-fogo. Acho que nesse período é melhor
244 a gente usar a palavra pinga-água, porque é assustador o pinga-fogo no Pantanal, na
245 Amazônia e nos demais biomas.

246 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
247 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – A Ministra fica mais um pouquinho para, como

248 ela diz, tomar um fôlego, enquanto nós damos início, então, à reunião. E o primeiro item
249 da pauta, como sempre, é a questão do quórum. Como é que nós estamos? Quem
250 informa o quórum, por favor?

251 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
252 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Nós temos quórum, são 66 Conselheiros presentes.

253 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
254 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Marcela. E, na sequência, então, a
255 apresentação dos novos Conselheiros. Palavra com a nossa Diretora Marcela, por favor.
256 Pediria que o Conselheiro que fosse apresentado se levantasse para que nós
257 pudéssemos...

258 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
259 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Primeiro eu queria fazer uma ressalva que, após a
260 publicação da portaria, a gente recebeu ofícios de outras representações que estão em
261 uma nova portaria, que deve ser comunicada na próxima plenária. Então, eu vou fazer a
262 leitura dos que estão sendo impostos hoje, mas já agradecer a presença dos
263 Conselheiros que vão constar na próxima portaria. Instituto Chico Mendes de
264 Conservação da Biodiversidade, titular, Mauro de Oliveira Pires e suplente, Marcelo
265 Marcelino de Oliveira. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar,
266 Suplente, Jânio Oliveira Coutinho. Preciso levantar?

267 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
268 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Levantar... ah, sim. Bem-vindo.

269 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
270 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Ministério da Educação, Titular, Rita Santana dos
271 Santos, Suplente, Rosilene Cruz de Araújo. Ministério do Esporte, Titular, Eduardo Pareja
272 Coelho.

273 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
274 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bem-vindo.

275 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
276 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Ministério do Planejamento e Orçamento, Titular,
277 Wesley Matheus de Oliveira.

278 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
279 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bem-vindo.

280 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
281 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Ministério do Turismo, Titular, Carolina Fávero de
282 Sousa. Casa Civil da Presidência da República, Suplente, Fernanda Cunha Pirillo
283 Inojosa. Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Titular, Maria
284 Victoria Hernandez Lerner.

285 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
286 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bem-vinda.

287 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
288 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Comando da Marinha, Titular, Felipe Ferreira da Silva
289 e suplente, Maria Fernanda Rezende Arentz.

290 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
291 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bem-vinda.

292 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
293 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Espírito Santo, Suplente, Mário Stella Cassa Louzada.

294 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
295 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bem-vindo.

296 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
297 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Paraná, Titular, Everton Luiz da Costa e suplente, José
298 Volnei Bisognin.

299 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
300 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bem-vindo.

301 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
302 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Sudeste. Titular, aqui eu imagino que seja um Sudeste,
303 ANAMMA, não é? ANAMMA Sudeste. Gabriel Oliveira Coutinho Santos Soares e
304 suplente, Marcelo Pereira Manara. Entidades Municipalistas de Âmbito Nacional,
305 Suplente, Mário Lopes, da Frente Nacional das Prefeitas e dos Prefeitos. Confederação
306 Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Titular, Cristiane Lima Cortez, e
307 suplente, Cristina Cuiabália Rodrigues Pimentel Neves. Setor Florestal, Titular, João
308 Carlos de Petribu de Carli Filho, e suplente, Frank Rogieri de Souza Almeida. Entidades
309 Ambientalistas de cada uma das regiões geográficas do país. Associações Legalmente
310 Constituídas para a Defesa dos Recursos Naturais e do Combate à Poluição, Suplente,
311 Juliana Gatti, do Instituto Alana. São esses os nomes, bem-vindos aos novos
312 Conselheiros e Conselheiras.

313 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
314 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Obrigado, Marcela. E como ela já
315 disse, reforçando, bem-vindo a todos. E vamos seguir então. Foi encaminhado, foi
316 distribuído a todos, está acessível no nosso site, a transcrição Ipsis verbis da 141^a
317 Reunião Ordinária, ocorrida no dia 6 de março do corrente ano. Solicito que aqueles que
318 tenham qualquer retificação, correção, ajuste, que se manifestem, por favor. Em não
319 havendo nenhuma manifestação de correção, ajustes ou complementação, põe em
320 votação a aprovação da ata da 141^a Reunião Ordinária do CONAMA. Aqueles que forem
321 favoráveis permaneçam como estão. Quem for contrário, por favor, se manifeste. Muito
322 bem, aprovado por unanimidade. Iniciamos, então, agora o item de tribuna livre, com
323 duração máxima de 15 minutos, como sempre, como é regulamentar, divididos entre os
324 inscritos no começo da reunião, garantindo-se a oportunidade de manifestação para
325 todos os segmentos que integram o plenário. Marcela, nós temos as inscrições? Então,
326 por favor, você podia conduzir o primeiro inscrito. E já peço, você podia ler a lista
327 completa para que os outros já possam se dirigir, se aproximar do microfone para
328 assumir, assim que quem tiver... só um minutinho que ela está conferindo aqui, por favor.

329 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
330 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Eu queria registrar que existem setores que estão com

331 duas pessoas inscritas e aí seria bom que vocês definissem, mas eu vou ler na ordem
332 como chegou. José Godofredo Pires dos Santos, Ministério Público dos Estados. Do
333 setor empresarial, nós temos o Frank Rogieri e a Patrícia Boson. Do setor municipal, nós
334 temos o Edmilson Rodrigues, da Frente Nacional dos Prefeitos, e o Antônio Marcos da
335 ANAMMA. Desculpa, o Edmilson Rodrigues, a Cláudia Lins e o Antônio Marcos. Do
336 Governo Federal, a gente tem a Sinara Leandra. E da Sociedade Civil, Antônio Soler e
337 Heloísa. Então, passo a palavra ao José Godofredo Pires dos Santos, do Ministério
338 Público dos Estados.

339 **O SR. JOSÉ GODOFREDO PIRES DOS SANTOS (MPE)** – Muito bom dia a todos e a
340 todas. Eu sou o José Godofredo, promotor de justiça, coordeno a área ambiental do
341 Ministério Público do Estado do Pará e também integro o Fórum de Ministérios Públicos
342 da Amazônia Legal. Represento o Ministério Público dos Estados aqui nesse colegiado.
343 Senhora Ministra, Senhor Secretário, o objetivo dessa intervenção muito rápida é apenas
344 apresentar uma nota técnica elaborada pelo Ministério Público do Estado do Pará, em
345 consórcio com o Ministério Público Federal. Os promotores de justiça do Estado do Pará,
346 preocupados com a gravíssima questão dos créditos de carbono, a forma como as
347 populações tradicionais vêm sendo vilipendiadas nos seus interesses, elaboraram uma
348 nota técnica, que ela é secundada pelo Ministério Público Federal, assinada pelo
349 Ministério Público do Estado do Pará e mais 16 procuradores da República. Trata
350 basicamente de uma... ok. Trata-se não apenas de um alerta com relação a essa grave
351 questão, mas principalmente uma contribuição técnica para que a gente possa nortear
352 melhor a discussão, uma vez que existem inúmeros inquéritos civis instaurados pelo
353 Ministério Público do Estado do Pará, mas também pelo Ministério Público Federal,
354 versando sobre a mesma questão, ou seja, onde nós estamos discutindo, de uma forma
355 bastante... com bastante ênfase, os projetos de crédito de carbono em áreas estaduais,
356 coletivas, que visam discutir com a sociedade civil e as atribuições públicas com relação
357 a essa questão que hoje emerge, quase como um novo colonialismo. Então, não é
358 apenas um alerta, mas uma contribuição técnica para o CONAMA, mas também para o
359 Ministério, que eu gostaria de passar as mãos agora da nossa Presidente.

360 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
361 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado. Próximo inscrito.

362 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
363 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** É o Frank Rogieri e a Patrícia Boson, aí vocês...

364 **O SR. FRANK ROGIERI (Setor Florestal) –** Bom dia. Em nome da Ministra Marina,
365 cumprimentar todas as mulheres aqui presentes, Conselheiras e todas as presentes. Em
366 nome do nosso Presidente Rodrigo, cumprimentar todo o dispositivo, todos os
367 Conselheiros e amigos aqui presentes. Meu nome é Frank, estou hoje tomando posse
368 aqui, neste conselho. Minha breve intervenção aqui, Ministra, Presidente Capobianco, é
369 para externar a gratidão pela oportunidade e o prazer em estar participando desse seletor
370 conselho. Nosso objetivo aqui é de participar e somar no fomento à disseminação das
371 técnicas de maneira florestal sustentável na Amazônia brasileira, uma das maiores
372 ferramentas de preservação ambiental que alia a conservação, a renovação de florestas,
373 a inclusão social, a geração e a distribuição de renda nos lugares mais inóspitos do nosso
374 querido Brasil, aliando a tudo isso, a preservação e a conservação do nosso meio
375 ambiente. Externar mais uma vez aqui o nosso convite, Ministra, nós já trouxemos em
376 outra oportunidade aqui, na próxima semana nós realizaremos em alta floresta a 5^a
377 edição do Dia na Floresta. É uma oportunidade para que vocês estejam, de fato, dentro
378 da floresta amazônica, participando das atividades, de um dia de atividade dentro de um
379 manejo florestal sustentável e tendo a oportunidade de ver uma área que já foi explorada
380 há três anos, uma que já foi explorada há dois, uma que está sendo explorada, e a nova
381 que vai ser explorada a partir do ano que vem, para que vocês possam ver as diferenças
382 e como é que isso acontece, de fato, a preservação da água, a preservação da nossa
383 fauna e a contemplação da inclusão social. Numa propriedade que concilia atividade
384 agrícola, lá são 7 mil hectares de soja, milho e pecuária de corte intensiva, e 8 mil
385 hectares de floresta nativa, onde a gente se dá a produção. Esse convite foi feito aqui,
386 alguns dos Conselheiros já comunicaram a sua participação, e nós estaremos em Alta
387 Floresta, semana que vem, esperando todos vocês. Serão muito bem recebidos e bem-
388 vindos, e em caminho aqui para o CONAMA depois, o material que vai ser confeccionado

389 lá, Capobianco, para que possa ser distribuído para todos aqui. Obrigado pela
390 oportunidade e estou à disposição de todos aqui.

391 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
392 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, Conselheiro.

393 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
394 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Patrícia, como vocês estão dividindo o tempo, eu vou
395 pedir brevidade, porque é um por setor.

396 **A SRª. PATRÍCIA BOSON (CNT)** – Bom dia, Ministra. Bom dia, toda mesa, colegas,
397 Conselheiros, Conselheiras. A Confederação Nacional de Transporte, como já vim várias
398 vezes aqui informar, tem o Programa Ambiental de Transporte, que foi instituído, criado
399 em 2007, então, são 17 anos de programa. Peço a vocês que visitem lá o nosso site. Nós
400 temos publicações técnicas muito boas a respeito de todos os tipos de combustíveis,
401 sobre o olhar do consumidor, que é o transportador, é ele que coloca o combustível. Dito
402 isso, Ministra, nós temos uma certa dificuldade de compreender por que a CNT foi
403 retirada de vários fóruns em que ela pertencia, como o Comitê Gestor do Fundo Clima,
404 como não é convidada para vários outros fóruns que estão sendo formados. São
405 convidadas todas as outras confederações, do setor empresarial, e a CNT, não, embora
406 ela seja membro do CONAMA desde sua criação e tenha uma atividade muito forte na
407 área de meio ambiente, inclusive, fazendo inspeção veicular e tratando a questão dos
408 combustíveis sob o olhar do setor brasileiro. Muitos aqui talvez não saibam, mas mais de
409 60% da nossa carga é transportada por rodas. Dessas, mais de 60% são de caminhões
410 antigos, muitos deles euro zero, nós estamos discutindo aqui sobre qualidade de ar, mais
411 de 60% são euro zero e estão aí circulando. E a gente, então, trabalha com essa
412 realidade e bem. Então, não é compreensível, a gente não consegue entender por que o
413 Ministério do Meio Ambiente não nos chama para compor esses fóruns e nos retira de
414 fóruns que a gente já tinha histórico nele. Obrigada.

415 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
416 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Obrigada. Edmilson Rodrigues.

417 **O SR. EDMILSON RODRIGUES (Frente Nacional de Prefeitos - FNP)** – Quantos
418 minutos eu tenho? Tem outros representantes?

419 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
420 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Isso é um acordo do setor, eu imagino... assim, só vai
421 ser um por setor, então...

422 **O SR. EDMILSON RODRIGUES (Frente Nacional de Prefeitos - FNP)** – Quantos eu
423 tenho no total? Só para eu poder me disciplinar.

424 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
425 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – São três minutos no máximo para cada...

426 **O SR. EDMILSON RODRIGUES (Frente Nacional de Prefeitos - FNP)** – Então, está
427 bom. Então, primeiro, a honra de ser presidido aqui pela minha querida amiga Marina
428 Silva, que na sua fala, sempre apaixonante, mostra que, em sendo amazônida, mas da
429 Caatinga também sua ancestralidade. Então, essa memória está explicada. Querido
430 camarada Rodrigues...

431 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
432 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Passando pela Mata Atlântica, viu, Edmilson?
433 No caminho, cruzou a Mata Atlântica.

434 **O SR. EDMILSON RODRIGUES (Frente Nacional de Prefeitos - FNP)** – Exatamente.
435 Rodrigo Agostinho, Capobianco, é uma honra representar aqui a Frente Nacional de
436 Prefeitos neste evento. Então, em primeiro lugar, eu gostaria de manifestar uma opinião
437 pessoal e é de uma visão minha necessária sobre a defesa da democracia. Creio que
438 nenhuma liderança tem o direito de propor a destruição de conquistas democráticas.
439 Hoje, fiquei chocado com a manifestação realizada ontem por uma liderança importante
440 do empresariado brasileiro, o Presidente da CNA, que tem o direito de achar que nós
441 estamos vivendo um desgoverno sobre o comando do Lula, até aí é uma opinião, mas
442 sugerir ao Congresso dar um basta e um novo golpe à democracia brasileira, primeiro,
443 que não vai ser fácil, mas, segundo, que é assustador que pessoas que têm a
444 responsabilidade para uma área tão importante, num momento em que o plano safra, é

445 o maior investimento de toda a história feito exatamente por um Presidente progressista
446 de esquerda. Enfim, é assustador, e eu queria me manifestar criticamente a essa
447 incapacidade de diálogo e essa vontade de submeter a nação, o povo brasileiro, ao ódio,
448 ao medo, à violência, à arma como instrumento de negação da nossa soberania.
449 Segundo lugar, dizer que o tema principal hoje, que é a qualidade do ar, é de fundamental
450 importância e eu creio que, em todos os debates, a participação dos municípios deve ser
451 considerada pelo governo federal, acho que o Conselho está avançando cada vez mais
452 nisso. Eu creio que o governo federal, como um todo, que instituiu um Conselho
453 Federativo, mas eu tenho percebido, em grandes momentos, para lançamentos de
454 grandes programas ou de debates importantes, até se vê um representante de um
455 governo do Estado, e nós temos instituições, como a Associação Brasileira dos
456 Municípios, da Confederação Nacional dos Municípios, da Frente Nacional dos
457 Municípios, instituições representativas da municipalidade brasileira e, em geral, estão
458 fora. Então, creio que esse debate é para pensar, de um modo geral, a relação dos
459 municípios com as políticas federais, mas, no caso da política ambiental...

460 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
461 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, nós não cortamos aqui, mas eu ia fazer
462 um apelo. Eu não queria interromper a sua importantíssima fala, mas se o senhor
463 pudesse concluir. Nós não cortamos. Eu não cortei nada, eu juro que não cortei nada.

464 **O SR. EDMILSON RODRIGUES (Frente Nacional de Prefeitos - FNP)** – Não, eu só
465 concluo, então, agradecendo a oportunidade e fazendo um convite a todos e a todas,
466 inclusive, ao Ministério, Marina. Dia 29, nós teremos uma conferência municipal sobre
467 mudanças climáticas em Belém de grandíssima importância, depois de um inventário
468 pronto com o apoio do ICLEI e, olha, 73% dos gases de efeito estufa vêm do sistema de
469 transporte público e privado. E outras fontes, naturalmente, têm que ser consideradas.
470 Eu creio que será um debate de altíssimo nível. A presença de todos aqui, todas que
471 queiram, serão bem-vindos em Belém, que é a cidade que vai receber em 2025 a COP30.
472 Sintam-se convidados.

473 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
474 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Prefeito, muito obrigado. Cláudia
475 Alice. Peço a sua contribuição para reduzir.

476 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
477 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Com certeza. Bom, muito obrigada,
478 Capobianco. Obrigada, Ministra, em nome da senhora, cumprimento todos da mesa. Em
479 nome do Presidente Paulo Ziulkoski, o que a gente gostaria de trazer para a Tribuna
480 Livre, é já de imediato a nossa aprovação para essa resolução da qualidade do ar.
481 Sabemos o custo que isso tem nos municípios e é importante a gente começar a pensar
482 a necessidade de a gente realmente ter esse monitoramento chegando a todos os
483 municípios, ainda que os mais afetados sejam grandes centros, sejam a quantidade de
484 veículos, a quantidade de fábricas, etc. Mas citar um dado para vocês de um estudo
485 antigo que a gente está atualizando, um município que gaste R\$2 milhões, apenas isso,
486 porque isso na saúde pública, ele poderia estar contratando em hospitais conveniados
487 mais de 500 mil consultas, fora mais de 100 mil partos. Então, o dinheiro que a gente
488 gasta em não atuar na prevenção e não sermos rigorosos com esse tipo de ação
489 relacionada à poluição do ar, ele importa para os municípios em um custo muito alto.
490 Então, daí a necessidade de a gente sim, aprovar hoje e pensando na qualidade de vida,
491 mas pensando também enquanto a Confederação, a gente se coloca a produzir dados
492 mais atualizados sobre o impacto da poluição, algo que tende a aumentar, como as
493 pesquisas colocam, com as mudanças climáticas, com a produção de partículas
494 menores, 2,5, enfim, mas seria isso. Nosso recado hoje é muito simples, mas é já de
495 antemão colocar a nossa preocupação com o peso que a poluição do ar traz para o
496 sistema de saúde e pensar em políticas integradas na área ambiental e na área de saúde
497 com relação a isso. Muito obrigada.

498 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
499 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado. Assunto da nossa resolução
500 de hoje, parabéns. Por favor, próxima Sinara Leandra, do Ministério do Turismo,
501 representando o Governo Federal.

502 **A SRª. SINARA LEANDRA (Ministério do Turismo)** – Bom dia a todas as pessoas
503 presentes. Bom dia. Cumprimentar a mesa em nome da Ministra Marina. É uma honra
504 estar aqui nessa plenária tão nobre. Meu nome é Sinara Leandra, sou representante do
505 Ministério do Turismo, atualmente como coordenadora de aproveitamento turístico de
506 ativos naturais lá no Ministério. Eu gostaria de aproveitar essa oportunidade para trazer
507 a esse espaço a informação de que o Ministério do Turismo, tecnicamente falando, busca
508 conciliar suas ações e diretrizes às políticas ambientais. Inclusive, nessa gestão, foi
509 criada uma coordenação geral de sustentabilidade e ações climáticas no turismo, na
510 nossa estrutura. Renovamos o nosso acordo de cooperação com o ICMBio, o MMA e a
511 Embratur, com algumas ações voltadas para a estruturação do ecoturismo em unidades
512 de conservação, e da rede Trilhas de longo curso também, que busca conectividade entre
513 as unidades de conservação. A gente tem alguns projetos pilotos intitulados como
514 Experiências do Brasil Original, voltado para o turismo em comunidades tradicionais e
515 povos originários também. E, também, estamos georreferenciando os dados do turismo
516 náutico e disponibilizando na Plataforma INDE do IBGE, que vai compor o caderno de
517 turismo dentro do planejamento espacial marinho, coordenado pela Marinha e pelo
518 Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima. O Ministério do Turismo também tem
519 participação no projeto Orla, acompanhando a elaboração do planejamento de gestão
520 integrada de Orla, os PGIs. E, também, a gente tem parceria com o Ministério da
521 Igualdade Racial para a promoção de rotas negras, entre várias outras ações, além dos
522 esforços conjunto ali com a cidade de Belém para a realização da COP. E aí, então, eu
523 quero, com isso, reforçar a importância da integração de políticas em prol do meio
524 ambiente e ressaltar que o turismo, quando bem ordenado, ele pode ser uma boa
525 ferramenta para a proteção ambiental também. Então, a ideia é abrir um canal para a
526 gente reforçar cada vez mais a pauta ambiental também dentro da atividade turística.
527 Então, a gente está à disposição e também contando aí com a parceria de todos vocês.
528 Muito obrigada.

529 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
530 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente. Muito obrigado. Mauro Pires ouviu
531 bem ali, nosso Presidente do Instituto Chico Mendes. As unidades de conservação vão
532 precisar muito desse apoio. Agora, os representantes da Sociedade Civil, o Antônio Soler,

533 da AMAR, e a Maria Heloísa Dias, da Rede de Biosfera da Mata Atlântica Nacional.
534 Vamos dividir o tempo num jogral.

535 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
536 **da Mata Atlântica)** – Bom dia. É um jogral ambiental da bancada da sociedade civil.
537 Representamos aqui vários amigos que já há dias estamos... estou com medo de tocar,
538 que dizem que ele está desligando. Posso? Melhorou?

539 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
540 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito melhor. Mais perto do microfone, por
541 favor.

542 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
543 **da Mata Atlântica)** – Nós estamos há vários dias, esse mês de maio. Capô, eles falaram
544 para a gente não chegar perto porque o microfone está desligando, então, mas eu vou
545 tentar. Pode dar trabalho. O mês de maio e junho são meses especiais para todos nós,
546 especialmente pelas comemorações da Semana Mata Atlântica, a Semana do Meio
547 Ambiente, o Dia do Oceano e a gente com isso, a gente faz muitas reflexões. Nós
548 achamos que a nossa fala, hoje, da bancada, tem que ser uma fala especial onde a gente
549 possa trazer aqui para todos uma reflexão sobre os avanços e principalmente os desafios
550 que estamos tendo e a necessidade de a gente, enquanto Conselho Nacional, enquanto
551 Guardião da Política Nacional, órgão máximo do sistema, a gente pensar o que podemos
552 e devemos fazer para enfrentar tantas ameaças e desafios e como que a gente pode
553 intensificar. Então, nós trouxemos uma reflexão, é muito forte o que a gente tem vivido,
554 a catástrofe que ocorre agora no Sul nos alerta e mobiliza de uma forma muito mais forte
555 e, por isso, a gente vai passar aqui a nossa palavra para o Soler, que é um representante
556 do Rio Grande do Sul e que, como a gente se orgulha muito pela resistência e pela
557 necessidade de luta, que essa catástrofe demanda também de todos nós. Então, o nosso
558 apelo hoje, enquanto bancada da sociedade civil, é que a gente se una e que a gente
559 saiba atuar na defesa de uma política nacional que dê conta dos desafios que estão
560 batendo, não mais a porta, mas que já abriram as portas e estão passando por aí, então,
561 vamos nessa juntos.

562 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER – SUPLENTE (Região Sul -**
563 **Associação De Defesa Do Meio Ambiente De Araucária – AMAR)** – Bom dia a todos
564 e a todas. Bom dia, Ministra. Bom dia à mesa. Rapidamente, então, vou fazer a leitura.

565 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
566 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Deixa eu pedir para o Mário Mantovani ter
567 compostura antes de você falar, por favor. Mário Mantovani, compostura, por favor.

568 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
569 **da Mata Atlântica)** – Eu, Mário, por favor. Eu vou aproveitar e dar o bom dia, que eu me
570 esqueci, para a Ministra, para o Capobianco, para o Secretário e para todos os amigos.
571 E para você, Mário, eu reforço o pedido do nosso amigo Capó. Beijo.

572 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER – SUPLENTE (Região Sul -**
573 **Associação De Defesa Do Meio Ambiente De Araucária – AMAR)** – O Mário está
574 sempre atrapalhando o Rio Grande do Sul. Impressionante. Não, brincadeira, brincadeira.
575 Então, pessoal, depois desse relaxamento aqui, vou fazer essa leitura, então, da
576 sociedade, da bancada da sociedade civil no CONAMA. Rapidamente. São duas páginas,
577 só mais um parágrafo na outra. “Justiça climática já basta de retrocesso ambiental. Nas
578 últimas semanas, acompanhamos por vários cantos do Brasil os eventos celebrativos ao
579 Dia Nacional da Mata Atlântica, ao Dia Nacional do Meio Ambiente, ao Dia Mundial do
580 Oceano. Vimos anunciados a redução do desmatamento na Amazônia pelo governo
581 federal, na Mata Atlântica, no Cerrado, no Pantanal. Lançamento de programas e
582 propostas importantes como o enfrentamento às emergências climáticas, o Pró-
583 Manguezal...” Obrigado. “O Marco Legal Criança Natureza, a volta da criação das
584 unidades de conservação.” E tantos outros avanços que a Ministra já relacionou alguns
585 aqui na abertura. “No entanto, tais datas foram também marcadas por uma aflição,
586 especialmente relacionada ao colapso ambiental e às grandes ameaças e aos
587 retrocessos que os biomas brasileiros vêm sendo submetidos, o que demanda uma
588 reflexão e tomada de posição em manifestação deste CONAMA, órgão máximo da
589 política ambiental brasileira. Viemos a esta tribuna falar, principalmente de crise climática,
590 num cenário de retrocessos ambientais que seguem passando no Congresso Nacional
591 com extrema fragilização do Sistema Nacional do Meio Ambiente. No Rio Grande do Sul,

592 onde se encontram os dois biomas mais degradados do Brasil, a Mata Atlântica com 90%
593 já perdida, o Pampa com 60% já perdido, muito em relação à monocultura, está sendo
594 vítima de uma catástrofe climática em grande parte provocada pelo negacionismo, que
595 levou à morte de mais de 150 pessoas, atingindo diretamente mais de 600 mil, gerando
596 os danos patrimoniais, destruindo casas, lavouras, negócios e, acima de tudo, vidas. É
597 também um grande desastre social e desprezo pela ciência e pela técnica, produto de
598 escolhas e do contínuo desmonte do Sistema Público de Política Ambiental. O Sistema
599 Estadual de Proteção Ambiental, o SISEPRA, sofreu e sofre vários ataques. Desmonte
600 da Fundação Zoobotânica, do Programa Pró-Mar de Dentro, do Programa Pró-Guaíba,
601 da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional, a Metroplan, da
602 Fundação de Economia Estatística, além de inúmeros retrocessos ambientais,
603 culminando com a profunda desfiguração do Código Estadual do Meio Ambiente. Em que
604 pese o RS desenvolver uma ciência de referência para a América Latina e para o mundo,
605 com vários instrumentos de planejamento que demonstram as vulnerabilidades e
606 impactos possíveis, ou que demonstraram as possíveis vulnerabilidades e impactos
607 possíveis em situações extremas de chuvas, a catástrofe foi, em parte, tolerada com a
608 omissão dos governos que poderiam e deveriam enfrentá-la. Sabia-se o que podia
609 acontecer, mas não houve preparo para prevenir danos e vulnerabilidades, no mínimo,
610 houve omissão. Tal cenário de drama, caos e colapso poderia ser, em grande parte,
611 evitado ou mitigado, pois há décadas existem alertas sobre os possíveis riscos e
612 impactos, pelos movimentos ambientais e pela ciência, além da experiência real de
613 catástrofes recentes pelo mundo, como o caso do próprio Rio Grande do Sul, em 2023,
614 quando 75 pessoas morreram e áreas urbanas e rurais foram devastadas. Muçum,
615 município mais afetado pela enchente do Taquari, em 2023, foi também onde houve a
616 maior degradação de remanescentes de mata atlântica no Estado.”

617 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
618 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Soler, desculpa. Bom, excelente, mas eu vou
619 pedir que você encaminhe esse documento. Nós vamos franquear todos, porque
620 realmente nós temos uma regra de tempo de fala, e o documento está se estendendo
621 muito.

622 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER – SUPLENTE (Região Sul -**
623 **Associação De Defesa Do Meio Ambiente De Araucária – AMAR) –** Só tem mais uma
624 página, rapidinho, eu leio rápido.

625 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
626 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Olha...

627 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER – SUPLENTE (Região Sul -**
628 **Associação De Defesa Do Meio Ambiente De Araucária – AMAR) –** Peço a
629 compressão da mesa por esse momento dramático que a gente vive lá. Obrigado. Bem
630 rapidinho. “Assim, o colapso no RS não é isolado e é produto de um modelo econômico
631 adverso às questões ambientais. Esta crônica de morte anunciada decorre de forma
632 direta da inação em resolver e garantir que os mais vulneráveis não sejam penalizados,
633 é também convivência. A conta das mudanças climáticas não pode ser paga pelos mais
634 vulnerabilizados, os quais não a geraram e não têm condições materiais de pagá-las.
635 Essa dívida ecológica cabe aos grandes poluidores e quem realiza atividades de alto
636 impacto em benefício próprio. É preciso mudar. Queremos justiça climática. No
637 Congresso Nacional, o cenário segue preocupante com o já denominado pacote da
638 destruição e aprovação de diversas leis aqui...” Que a gente tinha listado, mas eu não
639 vou mencionar em razão do tempo. “Precisamos nos unir, Conselheiros e Conselheiras,
640 e reforçar o trabalho das entidades que atuam na defesa do nosso patrimônio
641 sociocultural e ambiental, informando e mobilizando a sociedade brasileira e,
642 fundamentalmente, procurando atuar de forma mais articulada e incisiva junto aos
643 tomadores de decisões que fogem as diretrizes e compromissos assumidos
644 constitucionalmente estabelecidos na política nacional, estadual e municipal de proteção
645 socioambiental. É preciso construir uma estratégia clara e objetiva de reconstrução dos
646 instrumentos da política ambiental e coerência de planejamento entre as diferentes
647 estruturas do governo. A questão ambiental é maior que qualquer governo e seu dever e
648 de toda a sociedade é defender o ambiente ecologicamente equilibrado. Não vemos no
649 RS um processo de reconstrução que, de forma inequívoca, considere os ensinamentos
650 do evento extremo, cujos efeitos ainda em curso se sentirão certamente por anos e talvez
651 décadas. Alguns talvez nunca serão revertidos e nem mesmo mitigados. Não se trata só

652 de um debate de realização de obras ou de técnicas. Temos que mudar as bases da
653 economia e da sociedade. Afinal, estamos submetidos a uma emergência climática.
654 Precisamos respostas ágeis e diretas. Somos solidários e apoiamos a reestruturação de
655 carreira dos servidores ambientais do SISNAMA que lutam por melhores condições de
656 trabalho. É essencial trazer o CONAMA para o desafio do século XXI, refletindo sobre as
657 necessidades e urgência da estruturação de um novo modelo econômico. Não temos
658 tempos, é hora de agir, a boiada tem que parar de passar. Num cenário tão delicado e
659 desafiador, o CONAMA precisa com celeridade resguardar e exercer, na sua plenitude,
660 seu papel de guardião da política nacional de meio ambiente na forma da lei e da
661 Constituição. Por um Brasil mais justo, democrático e sustentável. Precisamos declarar
662 emergência climática já. Viva a democracia.”

663 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
664 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado. E agora o último inscrito, o
665 Marçal do AMAR.

666 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
667 **da Mata Atlântica)** – Secretário, só avisar que eu vou repassar à mesa um policy brief
668 que saiu do CEBPRAP Imaflores W, sobre a reconstrução democrática do CONAMA e
669 recomendações para um conselho mais protagonista.

670 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
671 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem, muito obrigado, Heloisa. Marçal,
672 está abrindo mão da fala? Muito obrigado. É isso? Você deu tempo para o Soler, foi isso?

673 **O SR. ANTÔNIO MARCOS BARRETO - TITULAR (Governos Municipais - ANAMMA**
674 **Nacional)** – Vou tocar aqui devagar porque senão desliga, não é? Bom dia, bom dia a
675 todos. Em nome da ANAMMA, aqui... meu nome é Antônio Marcos, estou vice-Presidente
676 do Marçal, da ANAMMA, essa liderança incrível. Cumprimento a Ministra Marina Silva,
677 desse jeito cumprimento também a todos os Conselheiros, os secretários aqui. E estou
678 hoje, Ministra, Secretário do ambiente de Itaguaí, uma cidade no Rio de Janeiro, quero,
679 inclusive, trazer aqui um abraço fraternal do nosso prefeito Rubão e uma cidade que sofre
680 muito, não é? Porque é uma cidade que hoje sedia o porto de Itaguaí e que tem lá

681 estocagem e transporte de minério. E eu vim aqui para, além de cumprimentar a todos,
682 em nome da ANAMMA, trazer também uma atenção importante que precisa num trabalho
683 que nós estamos fazendo agora no SIPAM, com a Secretaria Nacional de Ambiente
684 Urbano, justamente sobre o tema das compensações ambientais municipais, algo que
685 precisa ter uma discussão mais profunda, mas que precisa, de fato, ter um olhar
686 importante dos Conselheiros do CONAMA e também do Ministério do Meio Ambiente,
687 como uma política pública nacional. Então, só vim cumprimentar e fazer essa rubrica para
688 que a gente possa avançar nesse tema. Muito obrigado.

689 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
690 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, Conselheiro. Bom, dessa
691 forma, nós encerramos essa etapa. A Ministra Marina pede licença para sair. Ministra.

692 **A SR^a. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**
693 **Mudança do Clima - MMA)** – Apenas para desejar, mais uma vez, uma boa reunião e
694 dizer que todas as manifestações são muito importantes e, como eu havia dito, eu
695 concordo, não é, que, no caso do Rio Grande do Sul, não é uma questão apenas de a
696 gente pensar em obra de engenharia. Aliás, foi aprovada em 2021 ou foi em 2022, uma
697 lei no Congresso que deu direito às prefeituras em todo o país de avançarem sobre as
698 áreas de preservação permanente com edificações. Essa lei, agora, nós vemos o
699 resultado do que acontece quando não são respeitados esses limites. Estudos que foram
700 feitos também mostram que, dos 10 milhões de hectares em área de preservação
701 permanente que precisam ser restaurados, cerca de 700 mil no estado do Rio Grande do
702 Sul. Então, nós vamos precisar de um esforço muito grande para combinar tecnologias
703 engenheiradas pelos homens com tecnologias engenheiradas pela natureza para dar
704 conta do desafio de reconstrução que não seja apenas uma repetição do que era antes,
705 porque, como dizem os especialistas, não temos mais como imaginar o futuro como se
706 fosse uma repetição do passado. O futuro está sendo cada vez mais surpreendente com
707 coisas negativas e a gente precisa fazer com que a gente se surpreenda com coisas
708 positivas, que sejamos capazes de construir para esse futuro que nós esperamos
709 aconteça. Muito obrigada, tenham todos uma boa reunião. Secretário Capobianco, boa

710 sorte aqui nos trabalhos que você, junto com a Marcela, sempre conduz tão bem, também
711 juntamente com o doutor Daniel. Bom dia.

712 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
713 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem, senhoras e senhores. Antes de
714 dar sequência aqui à pauta, eu só queria comentar com todos aqui, pedir, fazer um apelo
715 para que nós possamos, de fato, seguir o combinado entre todos nós em relação a esse
716 momento inicial onde nós temos a tribuna livre. Existe um entendimento de que a tribuna
717 livre deve ser ocupada por todos os setores e há um tempo determinado para isso. Mas
718 nós temos assistido nas reuniões do CONAMA uma divisão entre os setores, várias
719 pessoas do setor, e as pessoas falam por um período mais longo do que o combinado.
720 Eu queria pedir que nós possamos organizar isso de forma mais adequada. Ninguém
721 aqui quer tirar a palavra de ninguém, muito pelo contrário, o CONAMA se faz com a
722 manifestação livre de todos. Mas na tribuna livre, eu vou pedir na próxima reunião, eu
723 vou ser mais rigoroso, eu peço a compreensão de todos, para que, de fato, a gente
724 observe o tempo. No caso de entrega de documentos tão importantes, nós recebemos
725 dois documentos muito importantes hoje, aliás, três documentos. Um iniciando logo na
726 primeira apresentação pelo representante do Ministério Público, depois tivemos outros
727 documentos de entrega superimportantes. Eu peço que, da próxima vez, aqueles que
728 forem entregar documentos façam apenas uma emenda do documento, tema do
729 documento, entregue o documento e a gente vai disponibilizar, para evitar que a tribuna
730 livre se estenda de forma tão ampla como aconteceu hoje. Então, por favor, na próxima
731 reunião, vamos ser mais comedidos. Muito bem. Então, nós temos agora, vamos iniciar
732 a reunião na ordem do dia. Antes, eu queria informar que os Conselheiros do Rio Grande
733 do Sul, em função da situação que lá se encontra, estão participando de forma remota.
734 Então, eu queria deixar aqui um abraço a todos que acompanham a reunião de forma
735 remota, e particularmente aos representantes do Rio Grande do Sul, e informar a todos
736 os Conselheiros que tivemos ontem a reunião da Comissão Tripartite, uma reunião
737 excelente, onde participou durante todo o tempo a Secretária Marjorie do Rio Grande do
738 Sul, de forma muito cooperativa, tivemos uma discussão muito positiva, foi uma reunião
739 muito estimulante, muito promissora e faço votos que a gente possa realmente estender
740 esse trabalho de cooperação com o Rio Grande do Sul de uma forma tão positiva como

741 temos feito e como foi a reunião de ontem. Vamos, então, encaminhar, abrindo aqui,
742 todos receberam a pauta da reunião e nós temos, então, nesse momento, um
743 encaminhamento à mesa de pedidos de retirada de matéria, inversão de pauta,
744 requerimento de urgência por escrito e propostas de moção e recomendação por escrito.
745 Nós temos propostas por escrito, Marcela?

746 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
747 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Nós temos um pedido de vista do Estado do Mato
748 Grosso do Sul e Mato Grosso, da recomendação.

749 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
750 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Item E da pauta, isso?

751 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
752 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Isso.

753 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
754 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – 6E, proposta de recomendação CONAMA aos
755 Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul sobre o Pantanal. Então, tem um pedido
756 de vistas desta matéria, isso?

757 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
758 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Isso.

759 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
760 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Formalizada à mesa. Bom, pedido de vistas
761 é um direito de todo Conselheiro, está concedido, portanto, a ABEMA solicitou. Pedido
762 de vistas, quem formalizou foi a Secretaria do...

763 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
764 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Os Conselheiros do Estado do Mato Grosso e do Mato
765 Grosso do Sul.

766 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
767 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Conjuntamente solicitaram pedido de vistas?

768 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
769 **do Meio Ambiente - CONAMA) – Isso.**

770 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
771 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Então, os senhores Conselheiros, os senhores
772 têm até a próxima reunião plenária para elaborar um relatório, correto?

773 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
774 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Sociedade Civil está pedindo vistas também. Então, a
775 gente concede aos três.

776 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
777 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Na mesma matéria?

778 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
779 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Quem é o Conselheiro, por favor? Instituto Guaicuy e
780 SBPC.

781 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
782 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem. Então, concedido o pedido de
783 vistas aos representantes do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul e representação da
784 SBPC e Instituto...

785 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
786 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Guaicuy.

787 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
788 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Guaicuy, do item E da proposta de
789 recomendação CONAMA aos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul sobre o
790 Pantanal. Mais algum encaminhamento? Temos mais algum pedido de vistas, inversão
791 de pauta?

792 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
793 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Pedido de vista é agora, esse é o momento.

794 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
795 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** É só que tem que usar o microfone em
796 qualquer questão, os demais Conselheiros gostariam de ouvir também. Nós não temos o
797 microfone livre para a pessoa poder... não temos? Ah, está certo. Está explicando aqui
798 que nós não temos mais aquele microfone que anda pelo plenário em respeito a quem
799 está nos acompanhando on-line, por isso que a pessoa precisa subir ao púlpito para fazer
800 a sua manifestação. Por favor. Conselheiros.

801 **A SRª. LUCIANA GOMES BARBOSA – TITULAR (Comunidade Científica – SBPC) –**
802 Bom, bom dia a todos. Luciana Barbosa, da Sociedade Civil, representando a SBPC,
803 Rodrigo Lemos, Guaicuy. Nós queremos pedir vistas da proposta de recomendação do
804 CONAMA ao CNRH sobre o Pantanal. Claro que estamos... queremos saudar a proposta.
805 Realmente é um momento de emergência climática e temos que pensar bastante sobre
806 isso, mas nós gostaríamos de pedir vistas de modo a...

807 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
808 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Desculpa, gente. É que eu acho que esse não é o
809 momento de argumentar.

810 **A SRª. LUCIANA GOMES BARBOSA – TITULAR (Comunidade Científica – SBPC) –**
811 É só pedir vistas.

812 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
813 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** É e você tem que apresentar por escrito.

814 **A SRª. LUCIANA GOMES BARBOSA – TITULAR (Comunidade Científica – SBPC) –**
815 Então, a gente encaminha por escrito.

816 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
817 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Isso.

818 **A SRª. LUCIANA GOMES BARBOSA – TITULAR (Comunidade Científica – SBPC) –**
819 Mas a gente gostaria de pedir vistas, então, desta proposta, ok?

820 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
821 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ou seja, a mesma proposta que foi solicitada,
822 que seria encaminhada aos governos do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, aqui é a
823 mesma proposta que seria encaminhada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos,
824 vocês estão pedindo vistas também. Então, formaliza, por favor. Então, formaliza. Sim,
825 CNRH. Sim, são duas. São dois itens de pauta. Vocês estão pedindo vistas do item de
826 pauta E, que é uma proposta de recomendação CONAMA aos Estados Mato Grosso e
827 Mato Grosso do Sul, sobre o Pantanal, e F, proposta de recomendação CONAMA ao
828 CNRH. A matéria é a mesma, o documento é o mesmo. Vocês estão pedindo vistas nos
829 dois casos. Manda por escrito. Se é a mesma matéria, eu peço que a gente não fique
830 repetindo aqui, mas que mandem por escrito para subscrever o pedido de vista.

831 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
832 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – O coordenador do Grupo de Regimento Interno.

833 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** – Bom
834 dia a todos e todas. Preciso contextualizar antes o ponto D da pauta aqui da reunião.

835 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
836 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Mais um minuto. Desculpa, só um
837 esclarecimento. É pedido de vistas ou o que é?

838 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** – É
839 pedido de retirada de pauta. Isso.

840 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
841 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Tudo bem.

842 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** – É
843 porque, inicialmente, Secretário, eu imaginava que a gente ia ponto por ponto aqui, mas
844 já que abriu em geral, acho que é bom fazer esse registro logo, não é?

845 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
846 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Isso, porque aí a gente vai definir a pauta.

847 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
848 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Tem que fazer agora.

849 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA) –** Então,
850 tudo bem. O grupo assessor, após entregar o regimento que foi aprovado aqui pelo
851 plenário, ele foi instado pelo plenário, em função de uma provocação do Ministério da
852 Agricultura, a se pronunciar sobre uma questão que afeta a competência do CONAMA
853 em relação a bem-estar animal. Sem entrar no mérito da questão em si, o grupo assessor
854 fez uma proposta dizendo que o CONAMA agiria nessa seara, como em todas as outras,
855 isso até é uma coisa implícita, mas soaria como uma sinalização, em respeito às
856 competências dos órgãos constituídos, dos órgãos que têm atribuição para diversas
857 matérias. E, em razão disso, a gente propôs um dispositivo que dizia exatamente isso.
858 Quando essa proposta apresentada pelo grupo assessor foi submetida aqui ao plenário,
859 o Ministério da Agricultura fez um pedido de vista, e apresentou uma contraproposta em
860 relação a este pedido específico e assim, avaliando que aquele encaminhamento
861 proposto pelo grupo assessor para encaminhar, para dar um direcionamento à
862 preocupação do Ministério da Agricultura não atendeu à expectativa, a gente crê que o
863 caminho natural é pedir a retirada deste acréscimo. Conversando aqui com a colega de
864 representação do MAPA, creio que haveria uma retirada também por parte do MAPA, e
865 isso, assim, seguiria a eventual discussão do tema pelo caminho natural próprio de
866 proposição de alteração do regimento.

867 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
868 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Tudo bem, só simplificando aqui uma longa
869 história, vocês, como autores da proposta de ajuste ao regimento, estão retirando a
870 proposta de pauta.

871 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA) –** Isso.

872 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
873 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Está certo? Portanto, permanece o regimento
874 como está e com isso, está retirada de pauta a pedido, esclarecendo que, para a retirada

875 de pauta, só podem solicitar a retirada de pauta o autor da matéria, está certo? No caso,
876 é a comissão.

877 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA) – O**
878 próprio grupo assessor.

879 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
880 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Que é o grupo assessor. Então, estamos
881 atendendo ao pedido do grupo assessor de retirada de pauta.

882 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA) –** Isso,
883 de certa maneira, prejudica...

884 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
885 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Já está claro, já. Pois não?

886 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
887 **Etnoambiental) –** Bom dia, Presidente. Ramires Andrade, pela bancada da Sociedade
888 Civil.

889 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
890 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Não é discussão de mérito, está bem?

891 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
892 **Etnoambiental) –** Não é discussão de mérito, eu tenho plena ciência disso. Eu estava,
893 eu Daniel, e a nossa colega do MAPA discutindo a respeito dessa matéria, e nós
894 avaliamos aqui que o melhor caminho, Presidente, seria exatamente esse, de retirar
895 ambas as propostas...

896 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
897 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Então, se você concorda, eu peço que a gente
898 ganhe tempo, por favor.

899 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
900 **Etnoambiental) –** Eu queria concluir, Presidente, com relação ao grupo assessor,

901 porque o grupo assessor foi mantido para discutir essas matérias. Nós convençionamos
902 o MAPA, a Sociedade Civil e a CONJUR, de que ambas as matérias seriam retiradas,
903 não discutiríamos essa matéria, manteria o regimento como foi apresentado, e aí eu
904 gostaria também de propor que nós encerrássemos o grupo assessor, porque aí também
905 já não tem mais finalidade, ele já cumpriu seu papel, não é? Era só essa ponderação,
906 senhor Presidente. Obrigado.

907 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
908 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Conselheiro. Bom, então, nós
909 temos duas da pauta de hoje. Sai da pauta.

910 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** –
911 Secretário, posso... Desculpa. Não, mas é porque eu acho que esse ponto precisa ser
912 decidido.

913 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
914 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só um minuto, por favor. Só um minuto. Sai
915 da pauta o item E e F, por pedido de vista, e sai da pauta o item D, por iniciativa do
916 proponente, que é o grupo assessor para revisão do regimento interno.

917 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** – Porque
918 na plenária anterior ficou decidido, uma fala, inclusive, daqui da mesa, que o grupo
919 assessor continuaria. Então acho que, diante da concertação que foi feita aqui, perde o
920 sentido dessa manutenção, só para registrar que ele estaria encerrado e que a discussão
921 não estaria naquele espaço.

922 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
923 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito. Então, só para deixar claro, o grupo
924 assessor cumpriu seu trabalho, o último trabalho do grupo assessor era essa busca de
925 acordo em relação a esse item, como as partes consideram que o acordo não foi feito e
926 que resolve retirar de pauta, voltando o regimento como aprovado no plenário. Portanto,
927 o grupo assessor encerra aqui as suas atividades. Muito bem. Vamos, então, agora dar
928 início, portanto, às matérias que ficam. Eu queria sugerir ao plenário uma inversão de

929 pauta, por quê? O assunto da resolução 491 de 2018, sobre padrões de qualidade do ar,
930 está como item B, ocorre que ele está em regime de urgência. Foi aprovado pelo plenário
931 o regime de urgência. Por estar em regime de urgência, por uma questão de coerência,
932 eu queria pedir apenas que nós pudéssemos dar início com este item, em função do
933 regime de urgência e, na sequência, voltamos, então, à pauta com a discussão sobre a
934 resolução que trata do manejo forçado da Caatinga, a proposta de redução foi um manejo
935 sustentável sobre a Caatinga. Na sequência, iríamos, então, para a agenda nacional do
936 meio ambiente, com proposta de texto final após a revisão dos destaques realizados no
937 plenário, e aí iríamos direto para a moção de apoio ao regime de urgência, ao regime de
938 urgência para a apreciação da aprovação do projeto de lei 1818. E o item 7, discussões
939 e deliberações de matéria do... não, e o item 8, discussões sobre temas relevantes para
940 a agenda ambiental e informes, ok? Muito bem, então, vamos seguir dando início de
941 imediato à discussão da proposta de alteração da resolução 491 de 2018, sobre padrões
942 de qualidade do ar. Vou pedir, então, que o Secretário Adalberto Maluf, Secretário de
943 meio ambiente urbano e qualidade ambiental, e outras coisitas mais, faça sua
944 apresentação técnica sobre a matéria, por favor.

945 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**
946 **Clima)** – Olá, pessoal, bom dia. Vou até colocar o tempo aqui para a gente se manter
947 nos 20 minutos regimentais, se possível até vou tentar ser mais rápido. Hoje é uma
948 reunião bastante importante, pessoal. Acho que todos nós acompanhamos esse tema, é
949 um tema que ficou mais de 30 anos em debate, 5 anos em debate só aqui no CONAMA,
950 desde a aprovação da última resolução. Eu acho que a gente não precisa falar muito do
951 impacto da poluição na saúde. A gente está falando de milhões de mortes no mundo, 5%
952 do PIB. Aqui no Brasil são 50, 60 mil mortes evitáveis todos os anos. Todos eu acho que
953 são sensibilizados com a temática da poluição. Cada ano que a gente posterga a entrada
954 de prazos ou ações, isso custa lá na pronta mais mortes, perda de expectativa de vida.
955 Mas, basicamente, nesse histórico todo, a gente viu que teve um avanço importante,
956 desde lá dos anos 70, dos anos 80. Mas, desde que a primeira resolução foi aprovada,
957 lá em 1989, a gente teve muito pouco avançando nessa matéria, foram 20, quase 30
958 anos de debate. Então, com a aprovação da 491, tivemos avanços importantes. A
959 resolução já trouxe, depois de 5 anos de debate aqui no CONAMA, uma série de avanços,

960 como os planos de controle, os relatórios, as divulgações, o IQAr e colocou na época que
961 teria que ser evolução dos padrões em 4 fases, porém, não colocou prazo. Infelizmente,
962 a gente sabe que a resolução, muitas das coisas lá não foram cumpridas. Somente 4
963 estados fizeram seus planos estaduais, poucos fizeram os inventários, poucos fizeram
964 os planos de avaliação, mas a resolução está em vigor, o Supremo teve uma votação, foi
965 uma das primeiras ações daquele pacote ambiental do Supremo. A famosa boiada do
966 antigo governo, levou o Supremo a deliberar sobre vários assuntos atrelados à questão
967 ambiental, sobre Yanomami, florestas, inclusive, o próprio CONAMA, tivemos decisão.
968 Essa ação direta de inconstitucionalidade, proposta pela Procuradora-Geral da
969 República, ela teve um voto vencido, considerando que ela estava em vias de
970 inconstitucionalidade por não apresentar prazos, por ser insuficiente aos direitos de
971 informação, saúde e o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse tempo, desde
972 a proposta, foi aprovada uma nova guia, um novo guia da OMS, reduzindo os prazos,
973 mas a gente optou por cumprir aquilo que o Supremo disse, que era colocar os quatro
974 primeiros prazos, conforme a decisão. Tivemos aprovação aqui da criação do grupo de
975 trabalho, lá na Câmara Técnica, foram dez reuniões, dez reuniões, das 9h da manhã às
976 18h, ouvimos a OMS, a OPAS, IDF, organizações internacionais, sociedade civil, setor
977 produtivo, todos tiveram bastante espaço para debate. E, obviamente, essa resolução
978 está muito integrada com outras ações do governo, como o Plano Clima, a Nova Indústria
979 Brasil, que traz esse aspecto de aumentar a produtividade, eficiência e melhoria da nossa
980 indústria, o Plano de Transformação Ecológica e a Política Nacional de Qualidade
981 Ambiental, sancionada pelo nosso Presidente Lula no dia 2 de maio, que cria vários
982 instrumentos e ações, inclusive, demandando do CONAMA a obrigação de fazer isso.
983 Então, acho que, do ponto de vista climático, a gente está aqui discutindo um poluente
984 local, mas lembrando que muitos desses poluentes locais também são poluentes
985 climáticos. Os famosos super poluentes, os poluentes climáticos de vida curta, como é o
986 caso do ozônio, do metano, do carbono negro, o *Black Carbon*, os HFCCs, que hoje, no
987 último relatório de PCC, metade do aquecimento global já são esses poluentes climáticos
988 de vida curta. É verdade que o CO2 é o mais importante, porque ele fica mais de 100
989 anos na atmosfera e o mundo está focado lá, mas como a Inger Andersen, Secretária
990 Executiva do PNUMA, disse, esses poluentes são o nosso bote salva-vidas para a

991 questão climática, porque a gente pode reduzir e eles têm uma vida curta menor, a gente
992 ganharia tempo. Então, a política de qualidade do ar também é uma política climática.
993 Então, a decisão do Supremo fala que a gente precisa editar uma nova norma e, se o
994 CONAMA não editar essa norma até o prazo, os 24 meses que vencem agora, o prazo
995 final da OMS entraria em vigor automaticamente. Obviamente, essa omissão do
996 CONAMA traria prejuízos gigantescos para a sociedade, porque eu estou imaginando
997 órgãos estaduais, Ministério Público, todas as questões que estariam. Então,
998 obviamente, o CONAMA tem essa atribuição, espero que a gente consiga. Tivemos 15
999 reuniões ao total, 10 reuniões técnicas sobre esse tema. Tentamos aprovar no final do
1000 grupo de trabalho, em 21 de março, um texto de consenso, infelizmente não
1001 conseguimos, a respeito de três itens, que eu vou mostrar mais à frente. Depois tivemos
1002 mais duas reuniões da Câmara Técnica, tampouco conseguimos, o que mostra que é
1003 uma matéria difícil, que impacta a indústria, o setor automotivo, os estados. Muitos
1004 estados argumentam que não têm capacidade de atuar nesse tema, nós tivemos estados
1005 que falaram: Pô Secretário, a gente não tem nenhum servidor na Secretaria que cuida de
1006 qualidade do ar, ninguém lida com esse tema, então, como é que eu vou cumprir padrões
1007 se eu não tenho nenhum servidor? Bem, foi aprovada uma política nacional que traz
1008 atribuições para os estados e esse estado vai ter que arrumar gente para trabalhar nessa
1009 área, a política está aí, o padrão tem que ser feito. Então, a gente não conseguiu aprovar,
1010 fizemos mais duas extraordinárias, aprovamos. O texto de consenso foi difícil de
1011 construir, mas ele segue aquilo que a 491 disse. A 491 disse que ao final de cinco anos
1012 dela, que foi o ano passado, o MMA iria receber as avaliações dos estados, consolidar e
1013 fazer uma proposição para a Câmara Técnica. Foi isso que nós fizemos, o Ministério
1014 recebeu, somente três estados fizeram avaliação. O estado de São Paulo, que tem hoje
1015 essa política mais avançada, conseguiu ter uma redução dramática da emissão de
1016 material particulado, saindo de 54 para 26 nos últimos anos, o relatório da CETESB
1017 mostra uma grande evolução, seja no número de dias que a gente passava o padrão,
1018 caindo de 64 para 29, seja na obtenção de várias ações que foram feitas. O Espírito
1019 Santo também mostrou que foi possível uma redução dramática do material particulado
1020 nos últimos dez anos, saindo de 35 para 20, e que uma redução e uma tendência de
1021 estabilização nesses últimos anos, mas que foi uma redução significativa. O Espírito

1022 Santo também não teve nenhuma, o Espírito Santo também não teve nenhuma
1023 ocorrência que passou o padrão de qualidade do ar no que é medido hoje, em que, pese,
1024 nós sabemos que o Espírito Santo tem parques industriais bastante relevantes. E o Rio
1025 Grande do Sul, que foi o terceiro que fez, também não apresentou nenhum registro de
1026 ultrapassagem do padrão em vigor, o que mostra que, pelo menos na rede de
1027 monitoramento atual, nas ações que os estados fizeram, olhando os relatórios, seguindo
1028 o que a 491 diz, em tese, nós poderíamos evoluir bastante. Nós tivemos lá no início as
1029 propostas de seguir quatro ou cinco fases, três, conforme o Ministério Público, o MMA
1030 tinha, e depois a ABEMA pediu, junto com outros, para serem cinco fases, para alargar
1031 mais o prazo, como a decisão do Supremo era sobre quatro, a gente aceitou esse pleito
1032 da ABEMA, e esse é o texto final do item mais importante. Então, depois de 30 anos de
1033 debate, cinco anos aqui no CONAMA, foi aprovada uma resolução, foi declarado em vias
1034 de inconstitucionalidade, esse é o consenso baseado na melhor ciência de todos os
1035 parceiros que participaram que foi criado. Para a entrada em vigor da PI-2 agora em
1036 2025, a PI-3 em 2033, daqui oito anos, e PI-4, que seria aquela primeira fase, em 2044.
1037 Vamos lembrar que, por exemplo, o prazo final, que é esse último criado pela OMS, a
1038 gente não deliberou, por ele ser bastante difícil do ponto de vista de execução, mas
1039 também por considerarmos que não estava na primeira. Só por uma base de
1040 comparação, o PI-4, que é aquele que a gente coloca em 2044, material particulado, é o
1041 número de dez. Os Estados Unidos, hoje, é oito, é nove. E a Europa aprovou que em
1042 2035 vai chegar em cinco. Então, só para a gente se situar, Europa vai chegar em cinco,
1043 Estados Unidos já aprovou nove, e a gente está propondo dez em 2044. E também, em
1044 função dessa visão diferente que nós tínhamos entre o Ministério Público, Sociedade Civil
1045 e a indústria, buscamos esse consenso de que 44 poderia ser antecipado quatro anos ou
1046 prorrogado, baseado em estudos científicos que a gente vai fazer. Inclusive, o MMA
1047 contratou a Federal de Santa Catarina, fez várias modelagens que eu vou mostrar aqui e
1048 que vai acompanhar com modelagens esse prazo. Então, aqui tem mais ou menos a lista,
1049 o que é 2025, 2023, para a gente saber, então, onde estaria... dá para voltar aqui? Só
1050 para ver ali, situar os dois principais poluentes. Então, hoje, a partir de janeiro, a gente
1051 material particulado anual cai de 20 para 17. O que a gente está discutindo aqui é a
1052 viabilidade de cair de 17 para 15, não é um salto tão grande, mas depois, para 2044, de

1053 15 para 10, que aí já é um salto um pouco maior. Mas, basicamente, aqui, lembrando,
1054 como eu comentei, a Europa vai estar em cinco em 2035, os Estados Unidos estão em
1055 nove hoje. Hoje. E a gente está em 20. Então, seguindo os relatórios e a demonstração,
1056 então, São Paulo caiu lá de 54 para 26, o Espírito Santo de 35 para 20, e o Rio Grande
1057 do Sul, nos últimos cinco anos, de 19 para 18. Então, hoje, os três Estados que
1058 mandaram relatórios, é verdade, nós sabemos que alguns Estados não mandaram, pode
1059 ser que alguns Estados tenham uma qualidade do ar pior do que isso, mas eles tampouco
1060 cumpriram a resolução e mandaram as suas avaliações. Então, nós temos que fazer a
1061 política pública baseada no mandato da 491. Hoje, os três Estados, São Paulo, Espírito
1062 Santo e Rio Grande do Sul, já cumprem praticamente essa medida que a gente aprovaria
1063 hoje para 2044, por isso o pleito da sociedade civil, que fosse de três anos e seis anos,
1064 inicialmente a área técnica do Ministério também tinha feito esse pleito de cinco, dez
1065 anos, que é muito parecido com o pleito que a própria CNI fez, há dez anos atrás, aqui
1066 no CONAMA, a CNI tinha proposto 10 e depois 20 para o prazo final. Como já passou
1067 10, então, seria como se fosse 10 aquela proposta antiga da CNI. Mas hoje, no tema do
1068 material particulado do 10, os três Estados praticamente já cumprem a fase 3 e a fase 4.
1069 Essa evolução, obviamente, conforme a gente vê pelos relatórios da CETESB, tem a ver
1070 com muito da entrada dos programas de controle. Você cria uma política pública de
1071 redução de poluentes, demora alguns anos, mas, em tese, essa redução vem, o
1072 PROCONVE mostrou isso várias vezes, conforme foi feito, no tema do material
1073 particulado. Então, aqui o caso de São Paulo, como eu já comentei, São Paulo, para a
1074 gente, é muito representativo. Primeiro, porque tem a CETESB, o nosso Presidente
1075 Tomaz está aqui, a agência, eu acho, mais consolidada do Brasil, a que mais trabalha
1076 com esse tema, tem um corpo técnico há bastante tempo. Você vê que as medidas
1077 tiveram efeito e São Paulo já cumpre, então, aquele patamar da fase 3 de 2033 desde
1078 2014 e, obviamente, isso tem a ver com a entrada do P4, lá da emissão do diesel, o P7.
1079 Então, se continuar nessa trajetória, de 32 caiu 8 nos últimos 8 anos, é possível imaginar
1080 que São Paulo, já em 2033, vai estar cumprindo o padrão de 44, porque essa trajetória
1081 com as recentes medidas deve se consolidar. Hoje, na média anual, se a gente vê ali a
1082 fase 2, todas as grandes cidades da região metropolitana de São Paulo já cumprem. Se
1083 eu for para a fase 3, ali, que teria para 2033, praticamente todo mundo cumpre, com

1084 exceção do monitoramento ali em Osasco, que é o entroncamento da Castelo, Marginal
1085 Tietê, Marginal Pinheiros, e um polo industrial importante e algumas regiões ali no centro
1086 de São Paulo que estão na fronteira, mas isso é 2033. E, do lado de lá, a gente vê que
1087 Cubatão não cumpre. O polo industrial de Cubatão não cumpre a fase 1, fase 2, e
1088 dificilmente vai cumprir a fase 3, 4, 5. Faz parte, mas o centro de Cubatão, que está ali
1089 bem próximo do polo, já cumpre esse padrão de 2033. O Guarujá, ali, que é o segundo
1090 ali, que está ali ajunto, Vicente de Carvalho, aquela favela grande, que fica do lado do
1091 fluxo dos navios. Então, também é muito difícil, enquanto a gente não conseguir regular
1092 o tema dos navios. Então, você vê aqui cidades do interior de São Paulo, todas as
1093 grandes, Campinas, Ribeirão, todas elas verdinha e amarela. Então, todas elas já
1094 cumprem esse padrão, na exposição 24 horas, aquela era anual, que é a mais importante,
1095 mas a 24 horas, a gente tem picos, obviamente, que não cumprem, mas você vê que em
1096 99%, 96% das vezes cumpre, com exceção de Cubatão e de Santa Gertrudes, que é o
1097 polo cerâmico lá do interior de São Paulo, que é um... eu sei que o Thomaz deve ter
1098 muitos desafios lá com os nossos amigos de Santa Gertrudes e Rio Claro, é uma cidade
1099 que não cumpre 7% das vezes, mas cumpre na maior parte do tempo. E aí, quando a
1100 gente vê aqui o caso de MP 2.5, que é o grande poluente, o grande vilão da saúde pública,
1101 aquele que mata 50, 60 mil brasileiros em mortes evitáveis, ela caiu de 17 para 14 nos
1102 últimos cinco anos, mostrando que algumas dessas políticas públicas que foram
1103 implementadas já tiveram efeitos. O caso de Espírito Santo também caiu de 15 para 11.
1104 Então, hoje, os dois estados que reportaram o material particular do 2.5, o Rio Grande
1105 do Sul, infelizmente, não reportou, já cumprem esse prazo que a gente colocou em 2044.
1106 Então, o maior estado industrial do Brasil e um estado que tem um polo industrial
1107 bastante, cumpre conforme os relatórios da própria CETESB, publicados no site da
1108 CETESB, enviados pela CETESB. Aqui a gente vê 2.5, é a mesma coisa, a gente teve
1109 essa redução de emissão dramática em todas as grandes cidades do estado de São
1110 Paulo, de Campinas, Paulínia, Paulínia, que era onde tem ali a refinaria da Petrobras, a
1111 Replan, que era uma que não cumpria, conseguiu já baixar, imagino que a Petrobras
1112 deva ter investido para cair, então, lá entre 15 e 10. Então, hoje, esse interior de São
1113 Paulo também, praticamente todos já cumprem aqui essa fase de 15, está vendo lá em
1114 cima? 15, 2033. E já, imaginando que, na medida que avance, praticamente todo o estado

1115 cumpriria já em 2033 esse número de 44. Também a gente vê aqui para o MP2.5, mais
1116 de 95%, 99%, com exceção de Rio Claro, Santa Gertrudes e Cubatão, cumprem essa
1117 meta. E você vê lá que o PI-3, mesmo no diário, que é o grande desafio, porque ah, o
1118 diário a gente não tem como lidar. Mesmo no diário a gente teria hoje o cumprimento lá
1119 da fase 2 e a maioria na fase 3. A gente tem aqui o exemplo do relatório da CETESb,
1120 mostrando essa evolução do particulado, obviamente Cubatão e Rio Claro, como eu
1121 comentei, não. E mesmo Paulínia, olha que a primeira coluna, 2013, tinha vários
1122 vermelhos e laranjas. Olha a última coluna, que é 2019, já tem vários verdes e amarelos.
1123 Então, teve de 2013 para 2019 uma evolução significativa, com exceção de Cubatão, que
1124 se manteve vermelho, e Santa Gertrudes e Rio Claro, que se mantiveram vermelho. O
1125 mesmo ocorre com o ozônio, que é hoje o que argumenta ser o grande desafio não só
1126 do Brasil. Eu estava ontem com a IPA e a gente fez um evento aqui sobre poluição, é o
1127 problema dos Estados Unidos, é o problema da Europa, o ozônio é difícil mesmo, mas a
1128 gente teve uma evolução significativa. Esse monte de vermelhinho de 2013 virou tudo
1129 verdinho e laranja em 2019. Monóxido de carbono, as medidas implementadas pelo
1130 PROCONVE, meu amigo Agostinho lá do Ibama, que lidera esse processo, conseguiram
1131 baixar de 3 para 1. Então, São Paulo já cumpre o prazo final, aquele lá da OMS, que é o
1132 único que reportou. Dióxido de nitrogênio também, o PROCONVE teve todas as medidas.
1133 Isso é ciência. Reduz a emissão, alguns anos depois, a emissão lá na ponta, na cidade.
1134 Não é automático. Você tem uma frota rodante, mas ela cai e reduz. Então, hoje também,
1135 dióxido de nitrogênio, São Paulo já cumpre a fase final que nós estamos aprovando aqui
1136 sem prazo, mas essa de 2024. O ozônio, nós tivemos também uma queda significativa,
1137 lá de 160 para 120. Infelizmente, todo mundo lembra esse embate na época do P6, do
1138 Euro 6, infelizmente, o Brasil não conseguiu aquela briga histórica. Eu estava na
1139 Secretaria de Meio e Ambiente de São Paulo, com o Eduardo Jorge, o Secretário
1140 Goldenberg, no Estado, quando a gente processou o governo federal, naquela época,
1141 por não ter cumprido. A gente não tinha o diesel de baixo enxofre do Brasil. Então, a
1142 gente pulou. Infelizmente, isso cobrou um preço. Como Oded Grajew, Presidente do
1143 nosso São Paulo, na época, na ação, disse que ele não negociava mortes, que ele não
1144 queria ter sangue na mão dele, a gente viu que a emissão aumentou, infelizmente. A
1145 gente teve lá aquela fase, depois da entrada do P7 e do Euro 5, infelizmente, não baixou

1146 a emissão. E, provavelmente, isso tem a ver com o Dieselgate, que todo mundo lembra,
1147 o setor automotivo enganou o mundo inteiro, seja a IPA, seja a Europa, seja o Brasil, foi
1148 multado aqui pelo Ibama, que a gente tinha a ausência do uso da Arla e o recirculador de
1149 ar, então, não estavam reduzindo o NOX, aí veio o P8, agora aprovado em janeiro do ano
1150 passado. Então, a partir desses anos, certamente o ozônio deve cair. E São Paulo já
1151 cumpre hoje o PI-3, que seria o maior dos desafios, que é a maior frota circulante do
1152 Brasil.

1153 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1154 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Quanto tempo você precisa ainda?

1155 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**
1156 **Clima) –** Mais cinco minutinhos, estou dando aqui... já está 18, cinco minutinhos. E aqui,
1157 dióxido de enxofre, a mesma coisa. Você vê a evolução do Espírito Santo, que passou lá
1158 de 2012 para 2022, saiu da fase 3, que era 2033, já está cumprindo aquilo que a gente
1159 deu para frente. Uma redução significativa a chumbo. Também a gente já cumpriu o
1160 padrão final, foi retirado o chumbo da gasolina brasileira. E a própria ANFAVEA, quando
1161 fez a avaliação do PROCONVE, mostrou a trajetória de redução que teria com essas
1162 políticas, então, agora, mesmo que a gente não fizesse nada, é muito provável que a
1163 gente cumpriria os próximos padrões automaticamente, porque entrou o L8 em 2022 para
1164 veículos leves, 2025 entra uma nova fase e 2030 entra outra para veículos leves. E,
1165 pesados, o P8 entrou o Euro 6 em janeiro do ano passado, a gente está no OBDC e,
1166 provavelmente, vamos evoluir para o OBDE, que é aquele que faz o monitoramento do
1167 material particulado dentro do caminhão e do ônibus. Então, provavelmente, a gente
1168 entrega, mesmo que não fizesse nada. Você vê todos os poluentes caíram mais da
1169 metade ou 60%, 70% nessa curva histórica. Depois veio o MOVER, o Presidente da
1170 República, ontem foi sancionado muito incentivo para a indústria brasileira para fazer
1171 essa transição. Então, parabênzo o Ministério da Indústria por iniciativa. A gente traz
1172 medidas para proteger a saúde, mas a gente também não quer penalizar a indústria, não
1173 quer perder a competitividade da indústria, por isso, esses subsídios, incentivos que
1174 foram dados no MOVER já viabilizaram quase 130 bilhões de novos investimentos, então,
1175 o parque produtivo brasileiro vai avançar. E aí, só para finalizar os últimos slides, a gente

1176 vê que, no caso Brasil, esse cinza é emissão veicular, que é o número um da fonte de
1177 inox, que é um precursor do ozônio troposférico e a gente tem ali a queimada
1178 aumentando. E quando eu pego nos 99 percentis maiores, você vê que o vermelhinho lá
1179 do lado direito tem muito a ver com a queimada do desmatamento. O Agostinho já fez
1180 uma apresentação aqui mostrando que 55% das queimadas são em lugares recentes
1181 matados. Mas com a queda do desmatamento, provavelmente essa situação onde a pior
1182 qualidade do ar do Brasil, que é na região amazônica, deve diminuir e a gente conseguir
1183 entregar. Teve uma redução significativa em todo o Brasil, com exceção ali do Mato
1184 Grosso, Rondônia, Pará, Maranhão e Goiás, que tiveram aumento de material particulado
1185 em função desse desmatamento e dessas queimadas. E esse é o gráfico mais
1186 importante, a modelagem que a gente fez com a Federal de Santa Catarina. Esse azul
1187 mostra todas as cidades brasileiras, por modelagem de satélites e dados, que já
1188 cumprem. Quem não cumpriria a fase 2 é aquele vermelhinho lá em cima, que são alguns
1189 *hotspots* industriais que dificilmente vão cumprir mesmo, e vai ser um trabalho de longo
1190 prazo do SISNAMA, dos órgãos estaduais, lidando com esse empreendedor, porque eu
1191 não quero simplesmente fechar a indústria, ela gera emprego, gera oportunidades. E aí,
1192 se a gente for para a fase 3, eu teria a direitinha ali e, para chegar no prazo final, lá em
1193 cima, aquele laranjinha... desculpa, era o laranjinha primeiro e depois o vermelhinho lá
1194 na ponta. Então, você vê que, que com a redução do desmatamento, a modelagem da
1195 Federal de Santa Catarina diz que poderíamos entregar até 2033 e 2044, só com essas
1196 políticas já aprovadas. A gente vê o exemplo dos Estados Unidos, que reduziu 70%
1197 desses poluentes, em que pese o PIB ter aumentado mais de 200%, com a
1198 implementação das ações. E, para finalizar aqui, vou fazer um spoiler, não é, Eliane? O
1199 VIGIAR será lançado pelo Ministério da Saúde, a Ministra Nísia e a Ministra Marina vão
1200 lançar daqui a algumas semanas. Ele mostrava, em 2010, um monte de vermelhinho e
1201 laranja pelo Brasil, que a gente não cumpria os padrões. Você vê que, em 2023, já
1202 melhorou bastante, apesar desses hotspots industriais. Então, nós temos ali uma boa
1203 parte dos Estados do Nordeste, todos já cumprem, sempre cumpriram. E o Sudeste,
1204 alguns cumpriam, e o Norte era o grande desafio, em função da queimada e
1205 desmatamento. Agora, com 2023, praticamente todo mundo cumpre, com exceção da
1206 região Norte, que, infelizmente, ainda sofre muito com as queimadas e o desmatamento.

1207 A região de São Paulo, também você vê, em 2010, o VIGIAR, lá do Ministério da Saúde,
1208 você tinha o interior inteiro de São Paulo não cumprindo, já em 2023, praticamente todo
1209 mundo cumpre. Inclusive, o azulzinho é a última fase, aquela que a gente nem tem prazo,
1210 o verde é o que eu estou dando em 2044, o amarelo, ali, que a gente está dando em
1211 2033. E só ali, claro, aquela região metropolitana de São Paulo, região metropolitana do
1212 Rio, que tem que fazer ações um pouco mais integradas, mas você vê essa evolução em
1213 dados reais, isso aqui não é modelagem, isso aqui é medido pelo Ministério da Saúde.
1214 Então, a gente vê, inclusive, em São Paulo, essa evolução da melhoria da qualidade do
1215 ar, que ocorreu nos últimos anos, saímos de 380 municípios não cumprindo essa fase 3,
1216 lá de 2033, já caiu para 178. Então, se continuar nessa trajetória, praticamente todos os
1217 municípios do Brasil vão cumprir esse prazo que foi acordado. Um prazo difícil, é verdade.
1218 A ABEMA, precisamos dizer aqui para os Estados, a evolução da posição dela, Secretário
1219 Capobianco, inicialmente elas vieram com uma proposta de 12 anos para a primeira fase,
1220 a Sociedade Civil queria 3, o MMA queria 5, a gente retirou a nossa proposta para chegar
1221 em consenso de 3 e 12, caiu para 10 e 8, e aí conseguimos, tivemos que, infelizmente, ir
1222 para a votação desses três itens. Tivemos três votações, a maioria da votação teve um
1223 quadro mais folgado, de seis votos a quatro. Uma dessas votações teve um empate,
1224 tivemos como voto da presidência definir, mas depois, com o andar da reunião, todo
1225 mundo acordou e a gente fez o resto da resolução sem precisar votar, que era a última
1226 reunião depois de 10, e os ânimos estavam animados, mas pelo menos a gente vê essa
1227 evolução. E o Rio Grande do Sul, que eu destaco aqui porque, na apresentação da
1228 ABEMA, foi o único Estado que disse que não cumpriria, na reunião falou: Olha, nós não
1229 podemos aceitar, porque o Rio Grande do Sul não pode aceitar, o Rio Grande do Sul não
1230 quer que o padrão avance, isso foi no começo do ano, ainda bem antes. Mas a gente
1231 modelou junto com o Ministério da Saúde e eles nos mandaram, e o Rio Grande do Sul
1232 já cumpre o padrão, sim, hoje, que está em vigor, e para 2033 não terá problema de
1233 cumprir aquele, especial na cidade de Canoas, onde tem um único estabelecimento
1234 industrial que compromete a qualidade ali, um filtro, cinco, dez milhões resolvem o
1235 problema, certamente os gaúchos têm direito a viver num clima melhor. Aí eu finalizo
1236 convidando a todos para o lançamento que as duas Ministras vão fazer desse sistema,
1237 tivemos agora também, o grupo de trabalho, as propostas, isso eu deixo depois, foi o

1238 melhor do consenso possível, baseado na melhor ciência, sabemos que é um tema difícil,
1239 complexo, com a aprovação da Política Nacional de Qualidade do Ar, no dia 2 de maio,
1240 pelo Presidente, a gente retirou muitas coisas aqui, da resolução, deixamos mais enxuta,
1241 porque a Política Nacional trouxe os instrumentos, padrão é um instrumento, e aí a gente
1242 vai ter que visitar o PRONAR, a resolução 003, teremos que visitar o PROCONVE, o
1243 PROMOT, criar outras recomendações para garantir que os estados consigam cumprir
1244 junto com os municípios. E para finalizar, agradecer imensamente a liderança dos
1245 municípios, tanto a ANAMMA, Fórum Nacional de Prefeitos, CMN, ABN, todos que
1246 participaram, foram eles que lideraram puxar essa agenda, os municípios são os que
1247 mais sofrem os impactos da poluição do ar, da qualidade de vida das pessoas que
1248 perdem, o impacto de todos os problemas ambientais, então, foi muito importante que os
1249 municípios tivessem feito isso, o texto é aquele que todos receberam, a CTAJ fez
1250 algumas pequenas mudanças por solicitação da CNI, foi retirado os considerandos da
1251 entrada, todos aceitaram, e teve pequenas mudanças de letra maiúscula e minúscula e
1252 vírgulas, mas nenhuma palavra substantiva, é a proposta que foi aprovada, sabemos que
1253 não foi fácil, tivemos divergências, mas eu agradeço a todos pelo espírito colaborativo,
1254 depois de 30 anos dessa matéria, a Sociedade Civil e o Ministério Público Federal, que
1255 abriram mão de muita coisa, prometeram também não judicializar, se a gente aprovasse
1256 isso, por outro lado os estados, que a gente sabe o esforço que terão que fazer, inclusive,
1257 a CNI, a CNA, a CNT, que certamente vão ter que estudar muito e fazer. Muito obrigado.

1258 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1259 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado por sua aula e pela ênfase.
1260 Parabéns. O nosso... meu xará, João Paulo aí do Instituto Alana, palavra, por favor. Vugo
1261 JP.

1262 **O SR. JOÃO PAULO MELLO AMARAL – TITULAR (Instituto Alana)** – É isso. Capô,
1263 saúdo aí em nome do Secretário executivo do CONAMA, João Paulo Capobianco, a todos
1264 e todos aqui presentes. Bom, o Secretário Adalberto fez um passadão aqui mesmo de
1265 todo o processo que aconteceu, e eu gostaria, basicamente de complementar essa
1266 celebração do momento que a gente tem hoje, esse grande avanço que a gente tem em
1267 relação à política da qualidade do ar no Brasil. E gostaria de começar, acho que vou

1268 tomar aí cinco minutos nessa fala, falando da história de uma menina de nove anos de
1269 idade, a Ella Kissi-Debrah, que morava próxima a uma estrada movimentada de Londres.
1270 Por que que eu estou falando dela? Eu conheci a mãe da Ella, a senhora Rosamund, que
1271 falou muito da sua filha como uma criança feliz, cheia de energia ativa, ela também
1272 mostrou um áudio da filha, que com certa frequência tinha crises agudas de asma. Posso
1273 dizer a vocês que foi um dos áudios mais desesperadores que eu ouvi de uma criança
1274 tentando falar, agonizada e sufocada pela falta de ar. Isso tem muito a ver com o
1275 momento que a gente está chegando aqui hoje, nessa plenária, para votar à vida dessa
1276 criança e de várias outras, e também de vários idosos, como a própria Ministra Marina
1277 Silva falou da importância desse assunto. Acontece que Ella Kissi-Debrah, uma menina
1278 de nove anos, morreu em fevereiro de 2013, após sofrer uma parada cardíaca, durante
1279 três anos ela foi hospitalizada inúmeras vezes por crises respiratórias pela asma grave,
1280 ou melhor, a causa não foi a asma, a causa verdadeira pela sua morte foi a poluição do
1281 ar. Então, após sete anos de luta pela sua mãe, ela foi a primeira pessoa na história
1282 mundial a ter a poluição do ar declarada como causa de morte em seu atestado de óbito.
1283 Acontece que os níveis de poluição do ar na estação de monitoramento, que ficava a
1284 menos de dois quilômetros da casa de Ella, frequentemente ultrapassavam os limites
1285 estabelecidos pela União Europeia, que não devo nem dizer como eram mais restritivos
1286 do que os nossos. A família não tinha também informações suficientes sobre o que fazer
1287 a partir desse problema de poluição do ar e o que é mais interessante é que a nossa
1288 resolução, na forma que a gente conseguiu acordar de modo tão democrático estabelece
1289 esses dois dispositivos para que a gente possa reduzir mesmo a poluição do ar e garantir
1290 a saúde dessas crianças e também dos idosos, de toda a população. Então, o que a mãe
1291 da Ella pedia e o que a gente está respondendo é que, e abro aspas da fala dela: “O
1292 legado dela é trazer uma nova lei de ar limpo para o governo do Reino Unido” No caso
1293 deles. “E para os governos de todo o mundo levar este assunto a sério.” Então, prezados
1294 e prezados Conselheiros, hoje é o dia para respondermos ao chamado da mãe de Ella,
1295 conquistamos há pouco tempo a política nacional de qualidade do ar e hoje vamos
1296 conquistar um instrumento essencial para que tenhamos um ar mais limpo no país, os
1297 padrões de qualidade do ar. Então, há 34 anos atrás, na resolução CONAMA 003 de
1298 1990, também pauta do nosso debate, do nosso resgate aí, da revisão da resolução 491,

1299 reconhecíamos o papel da qualidade do ar para o equilíbrio da qualidade de vida de todos
1300 os seres vivos e também para um meio ambiente ecologicamente equilibrado,
1301 respondendo ao artigo 225 da Constituição Federal, a pedido aí também da ação do STF
1302 e também do artigo 227, da prioridade absoluta que deve ser dado ao direito da saúde
1303 das crianças e adolescentes, principalmente seu direito à saúde e à vida. Então, acho
1304 que não vou me ater aqui os dados que já foram muito bem trazidos aqui pelo Secretário
1305 Adalberto, inclusive, parabenizar toda a condução durante essas 15 reuniões, e não eram
1306 15 reuniões de uma hora, foram reuniões de um ou dois dias, então, pela resiliência aí
1307 de conseguir essa negociação, mas dizer que ontem a OPAS emitiu um relatório
1308 demonstrando que houve cerca de 135 milhões de mortes prematuras em todo o planeta
1309 pela poluição do ar, de 1980 até 2020, nesse momento. A gente está falando de casos
1310 como Fortaleza, que já contabilizou 400 mortes todos os anos por doenças respiratórias
1311 que estão aqui representados, Xapuri, no Acre, um município brasileiro com o pior índice
1312 de poluição em 2023, Manaus, no Amazonas, com toda a questão da seca histórica e as
1313 queimadas, e Boa Vista também, um colega Grecério que a gente conversou, que
1314 também amanheceu no dia 2 de abril com aquela imagem das fumaças pretas ali. O
1315 resultado desse cenário nessas regiões amazônicas é o número de hospitalizações de
1316 mais de 5 mil crianças, o dobro em relação ao ano passado, em 2019, quando
1317 aconteceram os picos de queimadas. Então, Conselheiros e Conselheiras, em 2023 a
1318 gente conseguiu retomar aqui o CONAMA, e temos visto que não temos medido esforços
1319 para realmente garantir uma política ambiental responsável e responder ao chamado da
1320 Ministra Marina Silva no primeiro plenário de que o CONAMA voltou. E aqui está o nosso
1321 primeiro exercício de aprovação de uma resolução muito importante, muito debatida,
1322 inclusive, respaldada pelo STF, para que a gente coloque a política ambiental brasileira
1323 de volta no pioneirismo mundial. Temos já a chance de amanhã estar em todos os
1324 noticiários nacionais e internacionais como os responsáveis pela enorme inovação e
1325 impacto positivo na saúde pública e planetária que esta resolução está trazendo. Então,
1326 parabéns a todos os Conselheiros e Conselheiras que fizeram parte desse debate. Um
1327 aplauso para vocês, primeiro de tudo. Então, para finalizar, foram longos debates, com
1328 muito respaldo técnico, mas também reconheçamos, com disputas políticas. O que é
1329 mais importante é tudo muito bem embasado, por ambas as partes, em detalhamento

1330 técnico das propostas, a gente fez isso constantemente, debateu isso em todo o trajeto
1331 da discussão. Porém, nesse momento, esses interesses devem estar a serviço das
1332 pessoas, em especial das crianças, gestantes e idosos, principalmente aquelas
1333 vulnerabilizadas por questões raciais e de desigualdades. Devemos estar também a
1334 serviço da natureza, que não tem voz, mas tem nos dado alertas de que estamos na
1335 contramão de um modo de vida em harmonia com ela. Então, como declarou o PNUMA
1336 em seu relatório, vamos fazer as pazes com a natureza. Temos um governo que está
1337 fomentando e investindo, também tivemos um amplo debate de todos os investimentos
1338 que estão acontecendo, e também da inovação tecnológica da indústria, que tem
1339 realizado, também atendendo, por exemplo, ao PRONCOVE, que já está em vigor, e que
1340 isso vai trazer impactos inúmeros para a sociedade. Por fim, a cada ano que passa, a
1341 gente está assinando o atestado de óbito de várias outras crianças, como foi o caso de
1342 Ella, e de várias outras pessoas e seres vivos também. Então, enquanto a comida que
1343 comemos e a água que bebemos nos diferencia e discrimina, o ar que respiramos torna
1344 democrático o prejuízo à saúde de todos nós. Vamos honrar com o chamado da mãe de
1345 Ella, nenhuma criança deve morrer de asma, nenhuma vida deve ser discriminada ou
1346 menosprezada pela nossa decisão aqui hoje. Então, mais uma vez, parabenizar o
1347 trabalho de toda a Comissão, a Câmara Técnica do Grupo de Trabalho e esse espaço
1348 democrático que conseguimos. O CONAMA voltou e vai ser expresso hoje nesta
1349 resolução. Obrigado.

1350 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1351 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, JP. Muito bom, senhoras e
1352 senhores, em discussão. Pois não? Por favor.

1353 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo)** – Eu
1354 sou o Jonatas Trindade, subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo. Representando
1355 aqui também temos a Maria Helena Martins, que é gerente de Departamento de
1356 Qualidade Ambiental da CETESB, que participou também do ponto de vista técnico dessa
1357 discussão. E aí, tendo em vista o previsto no artigo 40, parágrafo 2º do regimento interno:
1358 “Quando matéria for resolvida por voto de qualidade, devem ser encaminhados ao
1359 plenário do CONAMA para o conhecimento às razões de votos divergentes.” E como

1360 houve deliberação nesse sentido, com voto divergente, e na qualidade do Presidente,
1361 quando houve essa decisão, é importante que haja uma apresentação dessa divergência
1362 em relação aos aspectos técnicos que a CETESB pode contribuir nesse processo. E aí,
1363 eu gostaria de passar a palavra rapidamente para a Maria.

1364 **A SRª. MARIA HELENA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio**
1365 **Ambiente – ABEMA)** – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui, falando em nome da
1366 ABEMA, dos estados. A gente participou bastante dessas discussões, a gente sabe que
1367 essas discussões são complexas, e a gente vai tentar trazer um pouco também de uma
1368 parte técnica e falar um pouco das divergências em relação à votação. E a gente fez uma
1369 pequena apresentação, se pudesse ir para o próximo, por favor. Isso aqui é o documento.
1370 Esse documento está disponível no site do CONAMA, na terceira reunião da CTQA.
1371 Então, quem quiser ler esse documento na íntegra, ele está disponível lá. Conforme o
1372 Adalberto já colocou, então, essa revisão, ela se dá em função de uma ação de
1373 inconstitucionalidade. É bem importante frisar quais são os principais pontos dessa
1374 decisão do Supremo. Quer dizer, a decisão do Supremo, no acórdão, não fala em prazos,
1375 que a gente tem que estabelecer prazos para as diversas fases...

1376 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1377 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Me desculpa, me desculpa, o processo aqui
1378 é o seguinte, vocês têm propostas de ajustes na resolução?

1379 **A SRª. MARIA HELENA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio**
1380 **Ambiente – ABEMA)** – Também temos.

1381 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1382 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Nós já tivemos uma relatoria que já apresentou
1383 a resolução. Nós vamos colocar a resolução em discussão, mas se houver proposta de
1384 emendas e ajustes, nós vamos discutir. Não vamos fazer uma outra apresentação longa.

1385 **A SRª. MARIA HELENA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio**
1386 **Ambiente – ABEMA)** – Não, mas a sociedade civil teve direito a se manifestar uns 5, 10
1387 minutos.

1388 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1389 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, você teria o direito, se tivesse pedido,
1390 para fazer também no fórum. Nós tivemos o relator que apresentou. Só um minutinho,
1391 Adalberto, tem alguém falando aqui, você aguarda, por favor, muito obrigado. Nós
1392 tivemos o Secretário de qualidade ambiental, [ininteligível] de qualidade ambiental, que
1393 presidiu a Câmara Técnica, e tivemos o proponente da resolução, que é o JP da Alana.
1394 Então, neste caso, eu vou pedir que vocês aguardem a votação e se manifestem se
1395 tiverem sugestões de alteração na resolução, por favor. Muito bem. Vamos dar sequência
1396 aqui. Nós temos, então, todos receberam o texto da resolução. A resolução foi aprovada
1397 na Câmara Técnica, conforme prevê o regimento, portanto, a resolução está apta à
1398 votação no plenário e está em votação. Minha proposta de encaminhamento, existe
1399 alguma questão, algum ponto que, objetivamente, em relação a itens da resolução, que
1400 algum Conselheiro queira destacar? Existe? Existe ou não existe? Eu queria entender.
1401 Não, não, não, desculpe. Eu quero saber se existe proposta de ajuste na resolução. Não,
1402 não, não é a mesa, as propostas de emenda são feitas em plenário, não é feito na mesa,
1403 portanto, se houver algum Conselheiro ou Conselheira que tiver... não, não quero que
1404 venha falar aqui, se manifeste dizendo que tem proposta de emenda e ajuste na
1405 resolução, que se manifeste, por favor. Levante a mão, se houver. Quero saber quantos
1406 tem, por favor. Temos dois Conselheiros com proposta de ajuste. É isso? Muito... três
1407 Conselheiros com proposta de ajuste? Então, nós vamos proceder como sempre, nós
1408 vamos votar o texto base e, sem prejuízo dos destaques, faremos os destaques para que
1409 possamos discutir destaque a destaque. Então, sem prejuízo da manifestação de todos
1410 os Conselheiros que queiram fazer emendas e ajustes na resolução, nós vamos, no
1411 primeiro momento, votar o texto base. No segundo momento, vamos recolher os
1412 destaques. Então, eu vou pedir que cada Conselheiro que tenha sugestões de ajuste e
1413 modificações, que apresente o seu ajuste, a sua proposta de ajuste e modificação, item
1414 a item, por favor, para que nós possamos seguir na votação. Podemos seguir assim?
1415 Então, por favor, senhores Conselheiros, em votação, o texto base, o texto base sem
1416 prejuízo de emendas e ajustes, que serão discutidas na sequência, da proposta de
1417 resolução que altera a Resolução nº 491 de 2018, sobre padrões de qualidade do ar.
1418 Quem é favorável à aprovação do texto base, que permaneça como está, quem for

1419 contrário, se manifeste, por favor. Bom, não há nenhuma manifestação contrária. Então,
1420 está aprovado o texto base da Resolução. Peço agora, estamos abertos agora aos
1421 destaques. Conselheiros que tenham destaque, não é genérico, está certo? São
1422 destaque dos objetivos. Por favor, se dirijam ao púlpito e apresentem seus destaques
1423 objetivos, citando qual é o item, qual é o artigo específico e qual é o ponto que a proposta
1424 de alteração objetiva. Por favor. Conselheiros, se identifiquem, por favor, para fim de
1425 registro.

1426 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) –**
1427 Jônatas Trindade, subsecretário de meio ambiente do Estado de São Paulo.

1428 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1429 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado.

1430 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) –** Em
1431 relação ao artigo 4º, parágrafo 3º, a sugestão é substituir o parágrafo 3º para a seguinte
1432 redação. “Os padrões de qualidade do ar intermediários PI-3 entrarão em vigor em 1º de
1433 janeiro de 2035.”

1434 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1435 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem.

1436 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) –** E aí
1437 apresentada a justificativa.

1438 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1439 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Não, tudo bem. Primeiro só estamos
1440 recolhendo os destaques. Mais algum destaque, por favor? Por favor. Só indicar qual é o
1441 destaque. Você tem mais algum destaque?

1442 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) –** Tem.

1443 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1444 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Por favor.

1445 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) –**
1446 **Parágrafo 4º. Substituir por...**

1447 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1448 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Mas de qual artigo?**

1449 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) – Do**
1450 **artigo 4º ainda.**

1451 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1452 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Ah, sim. Artigo 4º.**

1453 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) –**
1454 **Substituir por: “Os padrões de qualidade de ar intermediários PI-4 e padrões finais PF**
1455 **serão adotados de forma subsequente ao PI-3, cujas datas de entrada em vigor serão**
1456 **definidas em resolução do CONAMA, conforme estabelecido no artigo 6º desta**
1457 **resolução.”**

1458 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1459 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Então, você está propondo uma mudança**
1460 **completa da redação do artigo 4º, do parágrafo 4º...**

1461 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) – É**
1462 **parcial, mas ela muda significativamente a forma.**

1463 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1464 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Está certo. Então o artigo parágrafo 4º do**
1465 **artigo 4º também emenda. Mais alguma?**

1466 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) – O**
1467 **artigo 4º, parágrafo 5º.**

1468 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1469 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Pois não.**

1470 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) –**
1471 Eliminar esse parágrafo.

1472 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1473 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Ok. Mais algum?

1474 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) –** Sim.
1475 Artigo 6º, inciso 4.

1476 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1477 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Artigo 6º, inciso 4.

1478 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) –**
1479 Substituição também.

1480 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1481 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Inciso 4.

1482 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) –** E a
1483 substituição é a seguinte. “Análise de viabilidade e adoção dos padrões...”

1484 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1485 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** No momento nós fomos só recolher os
1486 destaques. Então, o inciso 4, que trata da análise de viabilidade e adoção, é isso?

1487 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) –** Isso.

1488 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1489 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Tem destaque aqui, pois não. Mais algum?

1490 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) –** Artigo
1491 6º, parágrafo 2º, também eliminar.

1492 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1493 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Artigo 6º, parágrafo 2º. Análise que trata do
1494 inciso 4, é isso?

1495 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) – Isso.**
1496 E artigo 6º, parágrafo 3º. Também substituição.

1497 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1498 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Ok. Algum mais?**

1499 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) – Não,**
1500 **são esses.**

1501 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1502 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Então, obrigado, você poderia retornar. Mais**
1503 **algum destaque? Muito bem. Pois não? Por favor. É destaque? Pois não.**

1504 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu)**
1505 **– Oi. Oi. Tobias, Movimento Verde de Paracatu, representando a bancada da Sociedade**
1506 **Civil. Capobianco, nós temos propostas de emenda no artigo 4º, parágrafo 3º e 4º**
1507 **também.**

1508 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1509 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Só um minutinho. Parágrafo 3º, ok.**

1510 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu)**
1511 **– Parágrafo 3º, nós retomamos a nossa proposta original, onde ele passa a vigorar...**

1512 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1513 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Não, não. Não está na descrição do texto**
1514 **ainda.**

1515 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu)**
1516 **– Não, sim. O destaque é só alteração do prazo de...**

1517 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1518 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Não, não. Não precisa colocar ainda o**
1519 **destaque. Só para saber. Então, o artigo 3º e 4º... parágrafos 3º e 4º do artigo 4, também**
1520 **tem destaque, correto?**

1521 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu)**
1522 – Exato.

1523 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1524 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Mais algum?**

1525 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu)**
1526 – Só.

1527 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1528 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Ok. Bom, então, não há mais nenhuma**
1529 **manifestação. Portanto, nós vamos agora tratar de um, dois, três, quatro, cinco, seis**
1530 **destaques apresentados, sendo que, em caso de dois destaques, há destaques tanto do**
1531 **proponente inicial como agora do segundo proponente. Pois não? Pois não? Por favor.**

1532 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
1533 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) – Só para esclarecer. Bom dia a todos,**
1534 **Marçal, Presidente da ANAMMA. Só para esclarecer. Isso tudo foi votado nas Câmaras**
1535 **Técnicas, nós vamos perder o sentido das discussões na Câmara Técnica.**

1536 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1537 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Não, não.**

1538 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
1539 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) – Nós vamos propor que já foi votado e**
1540 **que seja votação e, se possível, a votação nominal.**

1541 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1542 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – É, mas vai ser feita a votação agora, item a**
1543 **item. Vai ser feita a votação item a item dos destaques. Muito bem. Então, para o item, o**
1544 **primeiro destaque, artigo 4º, parágrafo 3º, que na resolução prevê os padrões de**
1545 **qualidade do ar intermediários PI-3 entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2033, conforme**
1546 **deliberado na Câmara Técnica. Há um destaque proposto pelo Vice-Secretário de Meio**
1547 **Ambiente do Estado de São Paulo, que eu entendo que está representando a ANAMMA,**

1548 a ABEMA, desculpa, a ABEMA, destaque nesse momento representante da ABEMA, a
1549 proposta do destaque é substituir o ano de 2033, alterar para 2035, portanto, postergar a
1550 entrada em vigor por dois anos. Essa é a proposta. E nós temos um destaque da
1551 Sociedade Civil, que propõe especificamente o quê neste ponto?

1552 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu)**
1553 – Tobias, Movimento Verde. Capobianco, nós estamos propondo retomar a nossa
1554 proposta inicial, que era antecipar de 2033 para 2031.

1555 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1556 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – 2031.** Muito bem. Então, eu vou abrir...

1557 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu)**
1558 – Mais uma questão de ordem, Sr. Presidente. Só uma questão de ordem que nós
1559 gostaríamos de entregar para você, uma requisição de votação nominal para essas
1560 emendas.

1561 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1562 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Votação nominal, está previsto no regimento?**
1563 Votação nominal. Bom, segundo o artigo 23 do Regimento Interno do Conselho Nacional
1564 do... votação nominal para qual item que vocês estão pedindo votação nominal?

1565 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu)**
1566 – Para as emendas.

1567 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1568 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Para o conjunto de emendas.**

1569 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu)**
1570 – Isto. Obrigado.

1571 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1572 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito bem.** Então, eu queria agora solicitar
1573 que o Conselheiro proponente da postergação da vigência da entrada em vigor, que faça
1574 a sua argumentação por três minutos, por favor. Três minutos, sem projeção, explicando

1575 a justificativa, por favor. Depois que a sociedade civil, o representante da sociedade civil,
1576 faça a justificativa da antecipação, também por três minutos, por favor.

1577 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo)** – Eu
1578 peço que a Maria Helena faça a explanação, porque é uma explanação técnica, por favor.

1579 **A SR^a. MARIA HELENA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio**
1580 **Ambiente – ABEMA)** – Bom dia. O prazo do P3, os estados fizeram, estão propondo
1581 essa prorrogação, em função de todo o estudo técnico que eles fizeram, a gente tem
1582 ainda muitas ultrapassagens desse P3, no caso, por exemplo, das partículas inaláveis,
1583 43% das estações, por exemplo, do estado de São Paulo, ultrapassam ainda os padrões
1584 para esse poluente. A gente também tem, no Rio de Janeiro, também um número grande
1585 de ultrapassagens. Então, a gente acha que a gente ainda está muito distante do P3,
1586 embora a gente tenha conseguido um ganho grande de queda da poluição, a gente viu
1587 no gráfico que o próprio Adalberto mostrou que os níveis atualmente estão estáveis.
1588 Então, a gente sabe que, para a gente conseguir ganhos mais efetivos, que a gente vai
1589 precisar fazer um esforço muito grande, a gente acha esse prazo de oito anos irrealista.
1590 E baseado em todos os estudos que a gente tem de evolução da qualidade do ar, de
1591 medidas de controle, na experiência que os estados têm de 50 anos na gestão da
1592 qualidade do ar, que o prazo de 10 anos seria um prazo mais adequado, embora um
1593 desafio difícil. Não vai ser fácil a gente alcançar esses níveis em 10 anos, a gente entende
1594 o desafio, a gente é sensível à poluição do ar, é óbvio que os estados querem que os
1595 níveis sejam reduzidos, trabalham arduamente para isso, é isso que os nossos dados
1596 demonstram. Então, a gente acha que o prazo de oito anos, ele não está aderente à
1597 realidade. E a gente propõe, com base em todos os estudos que foram feitos pelos
1598 estados, que esse prazo seja de 10 anos.

1599 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1600 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Esses estudos foram encaminhados à Câmara
1601 Técnica?

1602 **A SR^a. MARIA HELENA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio**
1603 **Ambiente – ABEMA)** – Eles foram apresentados à Câmara Técnica. Eles constam do

1604 documento que a gente colocou também no voto divergente. Eles foram discutidos
1605 exaustivamente na Câmara Técnica.

1606 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1607 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – A senhora está dizendo que existe um
1608 documento, um estudo técnico. Só um minutinho, deixa eu concluir. A senhora está
1609 argumentando perante o plenário, que existe um estudo técnico subscrito pelos estados
1610 que comprova a inviabilidade de atender esta demanda nesse prazo. É isso?

1611 **A SR^a. MARIA HELENA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio**
1612 **Ambiente – ABEMA)** – Não, o que eu estou dizendo...

1613 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1614 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – A senhora está dizendo isso.

1615 **A SR^a. MARIA HELENA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio**
1616 **Ambiente – ABEMA)** – Não, o que eu estou dizendo é que, baseado nos dados e nos
1617 estudos que os estados têm, que a gente entende que 10 anos é o mais razoável. Mesmo
1618 porque não foi apresentado também nenhum estudo técnico que comprove a viabilidade
1619 de oito anos. Então, o que a gente está dizendo...

1620 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1621 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, a apresentação que foi feita aqui... Me
1622 desculpe. A apresentação que foi feita aqui...

1623 **A SR^a. MARIA HELENA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio**
1624 **Ambiente – ABEMA)** – Eu posso apresentar nossos dados aqui, se a gente tiver
1625 oportunidade.

1626 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1627 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Veja bem. Deixa eu só esclarecer esse ponto,
1628 só para entender, para a gente poder votar com tranquilidade. O CONAMA funciona por
1629 Câmaras Técnicas. Por favor, a senhora me ouça. O CONAMA trabalha por Câmaras
1630 Técnicas. O plenário não discute tecnicamente. O plenário analisa o resultado e concorda

1631 ou não e pode modificar a resolução da Câmara Técnica. Agora, veja bem, a Câmara
1632 Técnica é o espaço de apresentação de estudos, de análises, de discussões técnicas.
1633 Muito bem. Se nós... se existem estudos... a senhora está dizendo que existem estudos
1634 dos estados, técnicos, que comprovam a inviabilidade do atendimento do prazo. A
1635 senhora está dizendo, então, que a Câmara Técnica desconsiderou esses estudos? Eu
1636 só queria entender exatamente esse ponto. Isso eu não estou entendendo. Porque eu
1637 queria entender se é uma opinião da senhora ou se é um estudo, porque se for um estudo,
1638 ele está publicado, ele está disponível. Eu queria entender o que está acontecendo com
1639 essa argumentação, porque, por exemplo, tem pessoas aqui que me procuraram,
1640 instituições que acham que o prazo tem que ser menor, que acham um abuso o prazo
1641 2033, está certo? Eu estou entendendo que, com base nos dados técnicos, se chegou a
1642 um certo consenso numa certa direção. Muito bem. Eu queria entender se o que a
1643 senhora está trazendo é o fato de que há um estudo técnico que foi desconsiderado pela
1644 Câmara Técnica ou se a senhora está trazendo a sua opinião a partir do seu
1645 conhecimento que, pelo que eu estou vendo, é muito profundo no assunto.

1646 **A SR^a. MARIA HELENA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio**
1647 **Ambiente – ABEMA)** – Não, a gente apresentou vários dados na Câmara Técnica, foi
1648 discutida a exaustão, mas a posição dos Estados não prevaleceu, então, prevaleceu
1649 outra posição.

1650 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1651 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Sim, muito bem. Então, está bom, muito
1652 obrigado, entendi. Vamos agora ouvir o argumento da proposta da Emenda que propõe
1653 a antecipação em dois anos. Por favor, qual é a justificativa?

1654 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
1655 Obrigado, Capobianco. Tobias, Movimento Verde Paracatu. Essa proposta, Capobianco,
1656 volta a dizer e apresentar para o plenário todas as argumentações que nós levamos
1657 também para a Câmara Técnica. Entendemos que, nesse momento, muitos Estados
1658 deixaram de fazer o que tinha que ser feito desde a 491 e o prazo proposto inicialmente
1659 pelo Ministério Público Federal junto com a Sociedade Civil era 2031. Então, durante as
1660 discussões na Câmara Técnica, no grupo de trabalho, entendeu-se que a proposta de

1661 2030 foi a vencedora. Mas, mesmo assim, entendemos que, em busca de preservar mais
1662 vidas, preservar a vida das comunidades, da sociedade de uma forma geral e colocar
1663 também um pouco da responsabilidade para dividir o peso com os Estados, para que
1664 eles também corram atrás para fazer o dever de casa, é importante que a gente possa
1665 antecipar esse prazo. É uma posição da Sociedade Civil, obviamente que respeitamos e
1666 parabenizamos a condição da Câmara Técnica, mas esperamos que a gente consiga
1667 achar a melhor solução e o melhor caminho para as cidades que vivem esse problema
1668 e, principalmente, são responsáveis pela saúde da população.

1669 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1670 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, Conselheiro. Queria solicitar
1671 que o Secretário Nacional de Meio Ambiente e Mudança Ambiental pudesse esclarecer
1672 esse ponto específico em relação à decisão tomada na Câmara Técnica e sobre essa
1673 posição dos Estados, por favor.

1674 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**
1675 **Clima)** – Bem, a ciência, obviamente, ela está sempre em evolução. Hoje, para você
1676 fazer o aferimento sobre índices de poluição, sobre fontes, você mede poluentes e você
1677 tem estação de monitoramentos ou, a gente teve o Congresso Internacional de Poluição
1678 do Ar nas duas semanas em São Paulo, a gente vê que hoje o mundo usa muito
1679 modelagens matemáticas baseadas em satélite e medições de estações de referência,
1680 estações equivalentes de referência, às vezes com sensores de baixo custo. Aquele
1681 gráfico que eu mostrei dos dados, aquilo é uma modelagem real feita para o Brasil pela
1682 Federal de Santa Catarina, o MMA assinou um TED, contratamos a Federal de Santa
1683 Catarina, a ABEMA, São Paulo e outros apresentaram, durante o debate na Câmara
1684 Técnica, alguns argumentos. Na minha opinião, nunca foi um estudo técnico
1685 comprovando a inviabilidade, era só mostrando, como eu também mostrei Cubatão, Rio
1686 Claro, esses *hotspots* industriais que têm esses picos. Mas a Câmara Técnica entendeu
1687 que, mesmo tendo esses picos industriais, não é por isso que ia segurar a gente de fazer
1688 uma política, até porque o avançar do padrão, conforme a política nacional aprovada pelo
1689 Congresso e sancionada pelo Presidente, ela é o guia para subsidiar o avançar das
1690 outras políticas, se a gente não tem o padrão estabelecendo alguma meta, você não vai

1691 fazer as políticas para modelar. Então, assim, os estudos foram apresentados, OMS
1692 participou, IDF, Instituto AR, centenas de pessoas, todo mundo viu, e a Câmara Técnica
1693 deliberou nas votações foi ampla maioria, foram seis votos a quatro, praticamente todos
1694 os itens, com exceção da primeira votação, quando a gente colocou esse item de 2033,
1695 que teve ali um empate, a gente teve menos Conselheiros ali votando, teve um empate,
1696 e aí depois, no decorrer do resto dos debates, todas as votações foram seis a quatro.
1697 Então, no nosso entendimento, a proposta aprovada pela Câmara Técnica, depois de
1698 dez dias, no mínimo seis, sete horas cada, setenta horas de debate, deveria ser a
1699 proposta encaminhada, mas respeitamos aqui o destaque, tanto da ABEMA quanto da
1700 sociedade civil, e só pedimos o máximo de velocidade para poder votar, porque eu sei
1701 que muitos Conselheiros já estão querendo sair.

1702 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1703 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Então, vamos discutir esse ponto.
1704 Vou abrir agora para um outro Conselheiro fazer a defesa e um Conselheiro fazer a
1705 contraposição em relação à proposta de postergação para 2035. Por favor, algum outro
1706 Conselheiro quer fazer a defesa da prorrogação para 2035? Algum Conselheiro quer
1707 fazer a contraposição para a postergação de 2035, fora os proponentes da emenda?
1708 Bom, como não há nenhum Conselheiro... Veja bem, eu vou repetir. Nós temos dois
1709 proponentes de emenda. Eu quero saber se algum Conselheiro, para além do proponente
1710 da emenda, quer defender a prorrogação para 2035. Ninguém quer fazer isso? Se
1711 ninguém defende essa prorrogação, só o proponente, está certo? No caso do que propõe
1712 a redução do prazo, desculpa, naquela que é contrário à prorrogação, tem algum
1713 Conselheiro, fora aquele que propôs a antecipação, que queira fazer a manifestação
1714 contrária à proposta? Então, não havendo, vamos para a votação. Então, por favor, aqui
1715 vai ser a votação nominal. Então, nós vamos seguir a lista de presença. A nossa diretora
1716 do CONAMA vai chamar o nome. Vocês vão fazer a anotação aí, por favor. Um a um,
1717 como vota. Então, por favor, qual é o primeiro, Marcela?

1718 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1719 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Eu vou iniciar pela Sociedade Civil. SBPC, Luciana
1720 Gomes Barbosa. Mas, espere aí, acho que é importante primeiro dizer qual que é o...

1721 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1722 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – A prorrogação de 2033 para 2035, do prazo
1723 para a entrada em vigor dos padrões de qualidade do ar intermediários P13, Artigo 4º,
1724 parágrafo 3º.

1725 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1726 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Então, é sim ou não para 2035?

1727 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1728 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Isso, sim ou não para a alteração. O que está
1729 valendo é o texto básico de 2033. Quem votar sim, concorda em prorrogar para 2035,
1730 quem votar não, mantém o texto original de 2033, por favor.

1731 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1732 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Muito bem. Luciana Gomes Barbosa.

1733 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1734 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Como vota? Não.

1735 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1736 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Não. Laila... não. Avanilson Ijoraru Dias Aires Karajá,
1737 APIB.

1738 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1739 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – APIB, não. Voto não.

1740 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1741 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Fórum Brasileiro de ONGs, Rubens Borne... não.
1742 Fundação Vitória Amazônica, Fabiano Lopes da Silva.

1743 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1744 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não. Como? É, podia seguir aquela ordem lá,
1745 olha, na tabela. Lá, olha, olhando ali, olha, Marcela. Ali, olha. Isso.

1746 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1747 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Então, onde parou?

1748 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1749 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Primeiro lá. ABS.

1750 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1751 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** ABS.

1752 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1753 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** ABS. Está on-line, vota on-line, ABS? Quem
1754 está acompanhando on-line aqui? Só um minuto, por favor. Estamos esclarecendo aqui
1755 o nosso... você quer fazer esclarecimento aí, por favor, Daniel, você pode esclarecer essa
1756 impossibilidade, por favor?

1757 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA) –** O
1758 regimento, ele não prevê, diferentemente do que acontece com Câmaras Técnicas, ele
1759 não prevê a possibilidade de participação no plenário de modo virtual. As reuniões são
1760 presenciais. Então, isso é um ponto que a gente precisa levar em conta aqui na votação.

1761 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1762 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Nós abrimos uma exceção para os representantes do
1763 Rio Grande do Sul, pela calamidade pública no Estado. E a impossibilidade de eles
1764 estarem presencialmente. Mas a regra é votação presencial.

1765 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1766 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Então, muito bem, então, não está presente
1767 e não vota. Próximo ali, Centrais Sindicais e Confederação de Trabalhadores da Urbana.

1768 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1769 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Mas é por isso que eu estou seguindo por aqui, porque
1770 aqui tem as assinaturas. E aí a gente tem quem está presente, Capô, eu vou sugerir que
1771 a gente mantenha as assinaturas, porque aí eu sei quem é o Conselheiro presente e a
1772 gente chama a pessoa. Então...

1773 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1774 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Por favor. Calma, pessoal, nós temos dois
1775 dias inteiros, nós vamos chegar em uma coisa. Não adianta só ficar bravo e balançar a
1776 cabeça para mim, não. Não adianta, não. Eu estou tentando ajudar aqui. Se o senhor
1777 tiver uma boa ideia, o senhor traga para mim, que quem sabe ajuda a resolver o
1778 problema. E ficar balançando a cabeça não adianta nada. O senhor vem aqui e me
1779 oriente, se o senhor tem mais experiência que eu. Claro que eu quero. Vem aqui e me
1780 oriente, por favor.

1781 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
1782 **Etnoambiental)** – Presidente, tem uma questão de ordem aqui. Eu pediria ao colega que
1783 aguardasse, então, que nós fizéssemos a nossa questão de ordem, para depois ele lhe
1784 orientar. Ramires Andrade, pela bancada da Sociedade Civil. E com relação à
1785 participação da nossa Conselheira, lá do Rio Grande do Sul, que está participando
1786 remotamente, embora saibamos, viu, Daniel, que não é possível regimentalmente a
1787 participação no plenário por via remota, nós discutimos isso aqui, na elaboração do
1788 regimento interno, mas foi aberta uma exceção em função dessa catástrofe que
1789 inviabiliza a vinda da Conselheira ao plenário...

1790 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1791 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Que está no Rio Grande do Sul.

1792 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
1793 **Etnoambiental)** – Está no Rio Grande do Sul.

1794 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1795 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Perfeito.

1796 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
1797 **Etnoambiental)** – E foi feita uma consulta, à mesa e à nossa bancada e a todo o
1798 conselho, acerca dessa possibilidade, se haveria alguma objeção a essa participação.

1799 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1800 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – A gente não atentou que era do Rio Grande do Sul.
1801 Sendo do Rio Grande do Sul, está justificada.

1802 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
1803 **Etnoambiental)** – Exato.

1804 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1805 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – O conselho da ABS é do Rio Grande do Sul?

1806 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
1807 **Etnoambiental)** – É do Rio Grande do Sul.

1808 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1809 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ah, perfeito.

1810 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
1811 **Etnoambiental)** – Está no Rio Grande do Sul. Então gostaríamos...

1812 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1813 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito.

1814 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
1815 **Etnoambiental)** – Então, gostaríamos que fosse considerado o voto da Conselheira.

1816 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1817 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está acolhida a questão de ordem. Muito bem.
1818 Está no Rio Grande do Sul.

1819 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
1820 **Etnoambiental)** – Obrigado.

1821 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1822 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito.

1823 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1824 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Mas a gente segue por lá? Então, vamos lá. Então,
1825 Conselheira, não é falta na ABS? Não. Centrais Sindicais de Trabalhadores. Não temos
1826 presença. Qual que é o próximo? Confederação Nacional, a CONTAG, não temos
1827 presença. Fundação Vitória Amazônica, Fabiano Lopes da Silva. Não. Instituto Alana,
1828 Juliana Gatti. Não. Populações Tradicionais, não temos presença. Instituto Amigos da
1829 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Maria Heloisa Dias. Não. Sociedade Mamirauá.
1830 Não. Helder Lima de Queiroz. WWF-Brasil, Daniela Malheiros Jerez. Não. Associação
1831 Civil Alternativa Terrazul, Ana Laise. Não. Fundação ProNatureza, FUNATURA, Pedro
1832 Lion. Não. César Vitor, suplente, que está presente, não. FUNDAP, Fundação de
1833 Proteção do Meio Ambiente e Ecoturismo da Região Nordeste. José Hali Barros, não.
1834 Instituto Baleia Jubarte, José Truda Palazzo Júnior, não. Associação de Defesa
1835 Etnoambiental Kanindé, Ramires Andrade de Jesus, não. WCS Associação Conservação
1836 da Vida, faltou. Instituto Guaicuy, titular Rodrigo Silva Lemos, não. Movimento Verde de
1837 Paracatu Região Sudeste, Tobias Tiago Pinto Vieira, não. Associação de Defesa do Meio
1838 Ambiente de Araucária da Região Sul, Antônio Carlos Porciuncula Soler, não. Associação
1839 Catarinense de Preservação da Natureza, Laura Eduardo Baca, não. Muito bem, agora
1840 nós vamos para as entidades empresariais. Confederação da Agricultura e Pecuária.
1841 Rodrigo Justus, sim. Confederação da Agricultura e Pecuária, segundo titular, Nelson
1842 Ananias Filho, sim. Confederação Nacional da Indústria, Davi Bomtempo, sim.
1843 Confederação Nacional da Indústria, segundo titular, Mário Augusto de Campos Cardoso,
1844 sim. Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços, CNC, Cristina Neves, não.
1845 Confederação Nacional do Transporte, Patrícia Boson, sim. Setor Florestal, Frank Rogieri
1846 Almeida, sim. O segundo voto do setor florestal não está presente, faltou. Então, agora
1847 seguimos para... sobe essa tabela, por favor. Municipais. Vamos lá. Confederação
1848 Nacional de Municípios, Cláudia Lins Lima, não. Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos,
1849 Edmilson Rodrigues, não. ANAMMA Nacional, Marçal Fortes, não. ANAMMA Região
1850 Centro-Oeste, Mário César Mantovani, não. ANAMMA Região Nordeste, Welison Silveira,
1851 não. Governo Municipal. ANAMMA Região Norte, faltou. ANAMMA Região Sudeste,
1852 Gabriel Soares, não. ANAMMA Região Sul, Fernanda Broca de Matos, não. Governos
1853 Estaduais. Distrito Federal, Antônio Gutenberg de Souza, está ausente neste momento,

1854 ele estava na plenária. Governo do Acre, Renata Silva e Souza, sim. Governo do Alagoas,
1855 Mariana Alverne, sim. Governo do Amapá, Cássio Lemos. Ah, não, desculpe, ainda não
1856 temos representação do Amapá, porque a nova portaria ainda não foi aprovada. Então,
1857 falta. Governo do Estado do Amazonas, falta. Governo do Estado da Bahia, Eduardo
1858 Martins, falta. Governo do Ceará, falta. Governo do Espírito Santo, Felipe Rigoni, sim.
1859 Governo do Estado de Goiás, José Rocha, sim. Governo do Estado do Maranhão, falta.
1860 Governo do Estado do Mato Grosso, Alex Marega, sim. Governo do Estado do Mato
1861 Grosso do Sul, Pedro Neto, sim. Governo do Estado de Minas Gerais. Valéria Rezende,
1862 sim. Governo do Estado do Pará, falta. Governo do Estado da Paraíba, Isis Silva, sim.
1863 Governo do Estado do Paraná, José Bisogni, sim. Governo de Pernambuco, José
1864 Anchieta dos Santos, sim. Governo do Estado do Piauí, Plínio Filho, sim. Governo do Rio
1865 de Janeiro, Sílvia Ikemoto, sim. Desculpa. Então, Sílvia ainda não tem portaria. Desculpa,
1866 Sílvia. Estamos aguardando a portaria, não tem outro representante do Estado. Governo
1867 do Estado do Rio Grande do Norte, suplente, Werner Tabosa, sim. Governo do Estado
1868 do Rio Grande do Sul, Marcelo Rosa Tins, ele está on-line. Saiu? Falta. Governo de
1869 Rondônia, Diego Monteiro, sim. Governo de Roraima, Glicério Pereira, sim. Governo de
1870 Santa Catarina, Cláudio Soares de Silveira, sim. Governo de São Paulo, Jonatas
1871 Trindade, sim. Governo do Estado de Sergipe, Débora Menezes Dias. Sergipe, Débora
1872 Dias? Falta. Governo do Estado do Tocantins, falta. Vamos para o Governo Federal.
1873 Advocacia Geral da União, Mariana Cirne, não. Agência Nacional de Águas, Ana Castro,
1874 não. Casa Civil da Presidência da República, Fernanda Hinojosa, sim. Comando da
1875 Aeronáutica, Tenente Marcos Pego, não. Comando da Marinha, Maria Arendes, sim.
1876 Controladoria Geral da União, Gabriela Seles. Comando do Exército, falta. Desculpe. Vou
1877 fazer uma reparação, vou pedir desculpas à Conselheira do Rio de Janeiro, que consta
1878 na portaria. Houve uma confusão aqui na lista, mas eu vou computar o voto do Rio de
1879 Janeiro como sim. Desculpa. Comando do Exército, falta. Controladoria Geral da União,
1880 Gabriela Seles, não. Ibama, Rodrigo Agostinho, não. ICMBio, Mauro Pires, suplente,
1881 Marcelo Marcelino também não está, falta. Ministério da Agricultura e Pecuária, Lisiane
1882 Ferreira, sim. Ministério das Cidades, falta. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação,
1883 falta. Quem é? Seu nome, por favor. Você precisa assinar a lista depois, está bom? Vou
1884 colocar aqui. Não. Então, Cláudia Morosi, não. Ministério das Comunicações, falta.

1885 Ministério da Cultura, Herbert Rego, não. Ministério da Defesa, Paulo Brandão, sim.
1886 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Jânio Coutinho, não.
1887 Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Lucas Maciel, sim. MDS
1888 é o próximo, eu vou falar. Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e
1889 Combate à Fome, Márcia Muchagata, não. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania,
1890 Maia Matos, não. Ministério da Educação, Rita Santos, não. Ministério dos Esportes,
1891 Eduardo Coelho, não. Ministério da Fazenda, falta. Ministério de Gestão e Inovação em
1892 Serviços Públicos, Henrique Dolabella, não. Ministério da Igualdade Racial, falta.
1893 Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, não, Eduardo Tavares. Ministério
1894 da Justiça e Segurança Pública, falta. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima,
1895 Adalberto Maluf, não. Ministério de Minas e Energias, Carlos Cabral, sim. Ministério das
1896 Mulheres, falta. Ministério da Pesca e Aquicultura, não. Ministério do Planejamento e
1897 Orçamento, Wesley Oliveira. Wesley? Falta. Ministério dos Portos e Aeroportos, falta.
1898 Ministério dos Povos Indígenas, Bruno Rodrigues da Silva, não. Ministério da Previdência
1899 Social, Renata Santos, não.

1900 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1901 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Cara, que conselho grande, não é?

1902 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1903 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Ministério das Relações Exteriores, Maria Angélica
1904 Ikeda, não. Ministério da Saúde, Eliana Ignotti, Não. Ministério do Trabalho e Emprego,
1905 José Almeida Júnior, não. Ministério dos Transportes, falta. Sinara de Souza, não.
1906 Secretaria-Geral da Presidência da República, Flávio Schuch. Qual que pulou?
1907 Secretaria de Relações Institucionais, Maria Victoria Lerner, não. Secretaria-Geral da
1908 Presidência da República, Flávio Schuch, falta. Serviço Florestal Brasileiro, Marcos
1909 Alves, não.

1910 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1911 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem. Resultado da votação, 50 votos
1912 contrários, 29 votos a favor. Mantido o texto original da resolução. Nesse ponto, temos a
1913 emenda que propõe a antecipação para 2031. Quero saber se o proponente mantém a
1914 proposta de emenda ou, por favor, o proponente da emenda que antecipa em dois anos

1915 a proposta se mantém, aí faremos mais uma rodada curta de votação nominal. Gente,
1916 nós temos dois dias inteiros, não se preocupe. E o pior é que não tem nem almoço, nem
1917 jantar. Senão a gente, nós somos processados pela... sabe como é que é, não é? Diga.

1918 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
1919 Tobias, Movimento Verde. Capô, em respeito a todas as reuniões que aconteceram, a
1920 todas as conversas nas Câmaras Técnicas, em respeito a todas as discussões que foram
1921 extremamente valiosas lá, e respeitamos isso, retiramos nossa proposta.

1922 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1923 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem. Passamos agora... é que eu estou
1924 pensando aqui, talvez eu queria pedir a ajuda de todos. Aliás, agradeço, inclusive, a ajuda
1925 recebida aqui do nosso companheiro que veio aqui e teve a paciência. Olha, todos que
1926 tiverem questões e sugestões de melhoria do encaminhamento, fiquem à vontade para
1927 vir aqui conversar comigo, porque todos aqui estamos no mesmo barco, queremos
1928 agilizar os trabalhos, estamos sempre abertos a receber. Então, fiquem à vontade. Mas
1929 eu gostaria só de... estou tentando ver uma forma de fazer uma votação em bloco para a
1930 gente não ter que votar item a item na nominal dessa forma, porque nós temos uma,
1931 duas, três, quatro, cinco destaques, cinco vezes o tempo que nós levamos aqui, não será
1932 fácil. Então, eu estou aqui quebrando a cabeça para ver se a gente consegue fazer em
1933 bloco, mas há uma dificuldade para isso. O próximo destaque é o parágrafo 4º do artigo
1934 4º, a redação original, se podem pôr na tela, está ali na tela? Por favor, parágrafo 4º está
1935 lá? Isso, está lá. O texto original, os padrões de qualidade do ar intermediário PI-4
1936 entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2044, sendo possível a antecipação ou
1937 prorrogação. Eu queria chamar a atenção para este dispositivo. Sendo possível a
1938 antecipação ou prorrogação dessa data uma única vez por um período máximo de quatro
1939 anos. Então, na realidade, veja bem, na realidade, queria chamar a atenção para ambos
1940 os proponentes, porque nós temos dois proponentes de emenda para este tópico. Queria
1941 chamar a atenção, queria pedir a atenção do Secretário aqui, por favor. Muito obrigado.
1942 Mário Mantovani, se você pudesse se comportar, por favor. Mário Mantovani, o senhor
1943 pode se comportar, por favor? Muito obrigado. Eu queria chamar a atenção pelo seguinte,
1944 a emenda proposta pelo subsecretário, subsecretário, não é? Subsecretário do Estado

1945 de São Paulo, falando pelo nome da ABEMA, acompanhado da Maria Helena, que
1946 demonstrou aqui muito conhecimento da matéria, é de mudança de janeiro de 2044 para?
1947 Não, não, a ideia é tirar a data, é isso? Então, se eu podia apresentar, está no texto ali?
1948 Está lá, não é? Ah, está lá já. Ou seja, a proposta da sua emenda é que os padrões de
1949 qualidade do ar intermediários PI1, PI-4 e padrões finais serão adotados de forma
1950 subsequente a PI-3, cujas datas de entrada em vigor serão definidas em resolução de
1951 CONAMA, conforme estabelecido no artigo 6 dessa resolução. Então, vocês estão
1952 propondo que não tenha prazo, é isso? Vocês estão propondo que não tenha prazo?
1953 Não, não, só um minutinho, antes de vocês virem aqui, nós vamos abrir argumentação,
1954 está bem? Só para o encaminhamento da mesa. O que a mesa está entendendo é que
1955 vocês estão propondo que não tenha prazo, que o CONAMA vai avaliar a cada quatro
1956 anos em prazo. A proposta é que tenha um prazo que pode ser prorrogado até quatro
1957 anos. Nós estamos falando, então, de 2048 de prazo, está certo? Só poderia prorrogar
1958 uma vez. Então, nós estamos falando de 2048. Em 2048, eu queria dizer para os
1959 senhores que o Brasil assumiu o compromisso aprovado pelo Congresso Nacional de
1960 emissão de carbonos neutro, então, você imagina a revolução que o Brasil terá feito até
1961 2050 em relação a emissões em geral para se tornar um país carbono neutro e cumprir
1962 a Convenção de Mudança do Clima. Então, me parece, eu não estou entrando no mérito,
1963 porque não é meu papel, mas me parece um preciosismo dos proponentes essa
1964 modificação, porque, na realidade, nós estamos falando de 2048 no limite, e não 2044.
1965 No entanto, vocês têm o direito de fazer suas emendas, evidentemente, e [ininteligível],
1966 já eu queria entender qual é a emenda, qual é o conteúdo da emenda. Aqui nós temos,
1967 então, a proposta, mas nós não temos a proposta do proponente da sociedade civil.
1968 Então, mas não está lá. Qual seria a proposta da sociedade civil? Só para entender...

1969 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
1970 Capobianco, dois pontos rapidinho. A nossa proposta, ela antecipa também para 2040.
1971 Mantém o texto, só muda 2044 para 2040. E uma questão de ordem aqui, Capo, se for
1972 possível, a gente entende que as propostas do pessoal que apresentou anteriormente,
1973 uma conecta com a outra. Para facilitar e dar andamento na votação, a gente tira a
1974 votação nominal para facilitar o encaminhamento aí de vocês, a condição da mesa, para
1975 ser mais célebre também. Então, ambas podem ser em bloco na nossa visão.

1976 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1977 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Ou seja, você está propondo que a
1978 prorrogação, a retirada de data, seja, pode ser sem ser nominal, assim como a
1979 antecipação de 2040 não ser nominal. É isso que você está propondo?

1980 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
1981 Isso, exato. Inclusive, a proposta que eles apresentaram de redução, de dilação de prazo,
1982 de retirada de prazo, e a próxima deles se conectam. Então, elas podem ser votadas em
1983 bloco também na nossa visão. Obrigado.

1984 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1985 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Que é o artigo 5º? Desculpa, o parágrafo 5º?

1986 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
1987 Isso.

1988 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
1989 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Os padrões de qualidade do ar finais, PF,
1990 entrarão em vigor em data ser definida em resolução CONAMA, conforme a estabilização
1991 da resolução 6ª. Qual é a proposta de emenda? É retirar, eliminar esse parágrafo? Qual
1992 é a proposta? Desculpa. O parágrafo 5º do artigo 4º, qual é a proposta? Eliminar o
1993 parágrafo? É, se eu entendi a lógica, só para ver se estou certo. Como vocês estão
1994 propondo que o CONAMA vai discutir o prazo, se ele vai discutir o prazo, esse parágrafo
1995 não faria sentido, é isso? É isso. Bom, então, eu queria, nós... queria chamar atenção
1996 mais uma vez, eu só queria checar esse ponto com vocês mesmos, porque está me
1997 parecendo um preciosismo, mas por quê? Porque o dispositivo já prevê a prorrogação,
1998 já prevê a possibilidade de prorrogação. Então, sim, portanto, vamos, então, solicitar que
1999 seja feita a defesa da emenda, por favor, quem vai fazer a defesa dessa emenda, eu
2000 pediria que quem for contrário à emenda, que possa apresentar os argumentos contrários
2001 à emenda, para que a gente possa ter as duas visões bem ponderadas para o plenário,
2002 e vamos, então, vamos fazer a votação em bloco desses dois itens.

2003 **O SR. JÔNATAS TRINDADE (Subsecretário de Meio Ambiente de São Paulo) –** Só
2004 para explicar, a ideia, a gente entende e concorda que a alteração da resolução é
2005 importante, inclusive, buscando antecipar esses prazos. Mas, tecnicamente, a dificuldade
2006 é técnica de cumprir essas mudanças da forma como proposto. Então, vou pedir para o
2007 Carlos explicar um pouco em relação a isso, para tentar explicar como é que tem sido a
2008 discussão técnica e como a gente tem se posicionado e o porquê desse posicionamento.

2009 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2010 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Pois não, pois não, Carlos. Abaixa o
2011 microfone.

2012 **O SR. CLÁUDIO ALMEIDA (Coordenador-Geral do Centro de Previsão de Tempo e**
2013 **Estudo Climáticos do INPE) –** Cláudio.

2014 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2015 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Você está fazendo alongamento. Cláudio.
2016 Cláudio. Cláudio, desculpa. É ele que falou, Carlos. Cláudio.

2017 **O SR. CLÁUDIO ALMEIDA (Coordenador-Geral do Centro de Previsão de Tempo e**
2018 **Estudo Climáticos do INPE) –** Bom, tudo bem. Olha, só para as pessoas que não me
2019 conhecem. Eu frequento o CONAMA desde 2000. Eu, o PRONAR, que é uma peça
2020 extremamente importante, eu participei da... eu sou velho, eu participei da elaboração
2021 dele. O que me preocupa muito é a falta de lógica quando se fazem propostas. Veja, é
2022 muito clara a decisão do Supremo, que para determinar os padrões, coerentemente com
2023 a OMS, deve-se considerar, um, desenvolvimento tecnológico, condições sociais,
2024 condições políticas e outras, isso está tudo no acórdão. Eu pergunto para vocês, quem
2025 tem condições de saber quais são as condições econômicas, tecnológicas, sociais, em
2026 2040? Como é que se pode prever o que manda o STF? Não dá para prever. Nós, na
2027 Câmara...

2028 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2029 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Gente, vamos ouvir, por favor, o comentário,
2030 depois tem um microfone para isso, por favor.

2031 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2032 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Na Câmara, nós discutimos uma coisa só. Se
2033 tinha prazo ou se não tinha prazo. Ninguém discutiu qual seria a projeção de condição
2034 econômica para 2040 ou mesmo para 2030. Nunca se discutiu nada do essencial do que
2035 manda o Supremo. Determinar qualquer padrão, num prazo muito longo, para mim,
2036 contradiz o que fala o Supremo, porque o Supremo manda falar, que se leva em conta
2037 considerações econômicas e sociais, quem, em consciência livre, pode falar alguma
2038 coisa sobre isso? Quem pode? Quem pode, eu gostaria que falasse aqui quais seriam as
2039 nossas condições de 2040. Então, o que a gente pede é outra coisa. A gente pede o que
2040 já tinha na 491, que teve um erro de redação, mas tudo bem, corrigiu-se. Que a cada
2041 período de quatro anos, a lei hoje obriga que o CONAMA reveja as suas posições, não
2042 necessariamente de padrão. A gente acoplou esses quatro anos a uma revisão
2043 constante. Então, a cada quatro anos, a gente pode ver, avançou, não avançou, vamos...
2044 é possível até reduzir esse prazo. É possível reduzir esse prazo. Agora, tem que levar
2045 em conta duas coisas. Dois fatos técnicos absolutamente incontestáveis. Este CONAMA
2046 aprova, em 2006, uma redução de monóxido de carbono de veículos nossos de todos os
2047 dias. Sabe quando essa resolução teve efeito? Não que não se cumpriu, se cumpriu. Mas
2048 demorou até 2008 para que se cumprisse. Ou seja, os prazos dos programas serem
2049 efetivos, eles são muito longos. O mais recente, que é o, não vou falar, a mais recente
2050 do diesel. Olha o que fez nós, CONAMA, em 2018, nós, CONAMA, aprovamos valores
2051 extremamente rígidos de emissão dos diesel, verdade? Verdade. Só que nós, CONAMA,
2052 demos até 2023 para que a indústria se adaptasse, adaptasse os seus engenhos, os
2053 seus motores, para que começasse a vender, em 2023, ano passado, os primeiros
2054 veículos com baixa poluição. Efetividade disso, as frotas de veículos são renovadas a
2055 cada 30 ou mais anos, os tempos são muito longos. Nós não podemos fazer conta de
2056 padeiro e achar que é só dois microgramas. Dois microgramas, para quem entende de
2057 poluição, é um monte. É um monte. Falar que dois microgramas é pouco, é não entender
2058 nada. Portanto, a gente acha que a melhor solução será revisão a cada quatro anos. Ou
2059 a gente desqualifica o próprio plenário que não terá condições de, a cada quatro anos,
2060 chamar a si a responsabilidade que nós vamos impor e, a cada quatro anos, rever, em
2061 vez de colocar 2040. Eu estou muito irritado.

2062 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2063 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não fique irritado. Nós estamos aqui todos
2064 unidos para resolver as questões. Calma. Calma, aqui tem que ficar feliz. Sorria. Você
2065 está no CONAMA, sorria. E obrigado pela sua contribuição. Obrigado pela sua
2066 contribuição.

2067 **O SR. CLÁUDIO ALMEIDA (Coordenador-Geral do Centro de Previsão de Tempo e**
2068 **Estudo Climáticos do INPE)** – Só um detalhe, eu trabalho com isso desde a primeira
2069 resolução da OMS, desde 2005. Às vezes eu fico irritado porque as coisas estão
2070 andando, os índices estão caindo, os Estados estão trabalhando, sabe?

2071 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2072 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Parabéns. Olha, o Adalberto
2073 também, quando disse que está ficando irritado, eu falo, bom, mas se você está ficando
2074 irritado, você não pode ser Secretário nacional. Então, não adianta ficar irritado. Vamos
2075 com calma. Estamos aqui todos... você até pode, porque você não está ocupando uma
2076 posição aqui pública, mas nós não podemos ficar... nós estamos todos tranquilos aqui.
2077 Ficou clara a posição. Ficou clara a posição. O que o setor está propondo é que não
2078 estabeleça prazo, mas que o CONAMA faça avaliações periódicas com o objetivo de
2079 garantir o objetivo, a finalidade da resolução, que é a redução das emissões. Isso está
2080 claro. A questão, eu vou pedir, então, que alguém que defende se manifeste. Mas, antes
2081 disso, eu queria chamar a seguinte atenção. Esse é um dilema que todos nós passamos
2082 a vida toda. Nós devemos definir prazo, nós devemos definir a busca de soluções para
2083 questões que nós sabemos que são importantes, mas que nós não temos todos os
2084 elementos para definir com clareza. Por exemplo, quem poderia, em 2006... desculpa,
2085 em 1996, faz tempo, assim como o senhor, eu estou na luta faz um tempinho. O
2086 Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, decidiu editar uma medida
2087 provisória estabelecendo que a área de reserva legal na Amazônia seria de 80%, ou seja,
2088 a área passível de exploração é de 20% na Amazônia. Alguém, certamente, diria, isso é
2089 uma loucura, com que base, com que dados está dizendo isso? Por que 80%? Por que
2090 não 75%? Quem poderia imaginar que duas décadas depois a revista Nature publicasse
2091 um artigo que ficou famoso no mundo inteiro que mostrava que 20%, acima de 20%, a

2092 Amazônia entraria em um ponto de não retorno. Então, eu poderia dizer que o Presidente
2093 Fernando Henrique Cardoso teve uma premonição. Então, muitas vezes, o setor público,
2094 e nós aqui não somos todo setor público, mas nós estamos com uma incumbência pública
2095 de garantir o avanço da agenda da sustentabilidade. Nós temos, muitas vezes, nos
2096 deparado com essa questão. Devemos definir uma meta complexa, difícil, mas que
2097 movimente os setores da economia, a sociedade, o desenvolvimento tecnológico? E acho
2098 que é essa que está em discussão aqui. Está em discussão aqui uma medida que
2099 estabelece uma data que não é para amanhã. Portanto, ela está lidando com a realidade,
2100 ninguém está propondo o PI-4 para depois de amanhã. Está propondo num prazo longo.
2101 E está dizendo que pode ser prorrogado. O CONAMA pode prorrogar, se identificar, que
2102 as condições políticas, sociais, tecnológicas e econômicas não foram atendidas. Ele pode
2103 prorrogar. Então, eu só queria argumentar isso. A sensação que passa, desculpa aí,
2104 falando como ambientalista, não como presidente do CONAMA, porque quem vai decidir
2105 é o plenário, mas passa para quem é ambientalista, que está na luta há muito tempo,
2106 como você, passa um preciosismo, porque, afinal de contas, se nós podemos antecipar,
2107 por que nós não podemos prorrogar? E por que nós não podemos definir um prazo para
2108 mobilizar a energia da sociedade, dos estados, das empresas, a buscarem uma meta?
2109 Porque sem meta não vamos em lugar nenhum. Então, eu peço essa reflexão. Se a
2110 resolução fosse 2040, como está sendo proposto, cravado e não tem choro nem vela,
2111 não tem condição, vai desmoralizar o próprio CONAMA, mas se nós já estamos prevendo
2112 a prorrogação na própria resolução, no próprio parágrafo, me parece um preciosismo.
2113 Mas, por favor, Heloísa, para argumentar contrária à modificação.

2114 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
2115 **da Mata Atlântica)** – Sim. Heloísa, Instituto Amigos da Reserva da Biosfera, entidade
2116 ambientalista de âmbito nacional. Bom, o meu depoimento vem, porque não da função
2117 que exerço hoje, mas em 89 eu era Secretária municipal de Vitória e logo em seguida
2118 também assumi como Subsecretária do Estado do Espírito Santo e Presidente da
2119 ANAMMA, Associação Nacional de Municípios, que estava sendo ali constituída.

2120 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2121 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Essa é a parte que estraga o currículo.

2122 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
2123 **da Mata Atlântica)** – Sim, claro. Tem muita coisa melhor ainda.

2124 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2125 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Estava indo tão bem, não é?

2126 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
2127 **da Mata Atlântica)** – Estava. Tem muita coisa boa. Não dá para contar tudo em público,
2128 mas é bom. A vida é boa. E aí nós trabalhamos com o termo de cooperação de
2129 compromisso assinado com a SST e com a Vale. Fizemos um termo de ajuste de
2130 conduta. Conseguimos mobilizar o investimento dessas empresas em mais de 40 milhões
2131 de dólares pela questão dos precipitadores, reduzindo a emissão no município de Vitória,
2132 que era escandalosa naquela época. Concorria também com o Tubarão e com o Cubatão.
2133 E esse esforço foi um esforço de aliança entre empresas, empreendedores, governo do
2134 Estado, governo federal, governo municipal e tudo com prazo. Não existia internet, as
2135 modelagens eram difícilimas e eu não acredito que a gente não tenha como fazer um
2136 esforço tecnológico, financeiro e coisa para tratar da saúde da população no momento
2137 que tantos milhões de crianças estão aí morrendo de tanta poluição. Eu tenho neto e vou
2138 defender até o fim que seja urgente isso. Nós conseguimos, executamos a curto prazo
2139 esse investimento e faltou isso. A única coisa que teve foi vontade política de todo mundo
2140 para melhorar a qualidade de vida de todos. E vou usar o slogan da campanha: “Seja
2141 vivo, poluir é suicídio.” Esse foi o nosso slogan em 89, está aí a público, no Fantástico,
2142 nisso, naquilo, em todos os cantos e todo mundo hoje é agradecido a esse investimento.
2143 Então, ter prazo é fundamental, não ter prazo significa morosidade em qualquer setor,
2144 em qualquer segmento. Então, a gente acredita e eu respeito muito a fundamentação
2145 técnica-científica que foi trabalhada pela Câmara de Qualidade que a gente acompanhou.
2146 Eu gostaria até que fossem dadas as ordens pela OMS, mas resolvemos já flexibilizar
2147 pela possibilidade do executar. Então, seja vivo, poluir é suicídio, vamos aprovar
2148 enquanto é tempo.

2149 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2150 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Rubens Born, por favor.

2151 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil) –** Muito
2152 breve, em complemento à colega Heloísa, eu só queria, digamos fazer minhas as
2153 palavras do ambientalista que hoje está aqui na função de Presidente, o Capobianco, de
2154 apelar ao senso de responsabilidade, reiterando que sim, precisamos ter prazo, que não
2155 é um absurdo ter prazos. A pessoa que esteve aqui, acho que o senhor Claudio, falou
2156 que é um absurdo, a gente não sabe como vai ser a situação da economia, da tecnologia
2157 em 2050. Bem, o mundo não sabe como será a tecnologia ou a economia em 2100, mas
2158 o mundo está se esforçando para reduzir as emissões, de tal maneira que o aquecimento
2159 não passe em 2°C, eu sei que é difícil. Ou seja, o mundo, os governos, as empresas
2160 sociais e civis, fazem sim planos, e planos podem ser alterados conforme as avaliações
2161 vão surgindo no meio do caminho. Mesmo que a gente não saiba qual é o contexto
2162 político, econômico e tecnológico, porque as tecnologias também evoluem. Então, nesse
2163 sentido, eu acho que é muito pertinente o que o Secretário Capobianco falou aqui, o
2164 CONAMA tem a prerrogativa, conforme está na redação original, de reavaliar ou estender
2165 esse prazo e nós precisamos sim de prazo para garantir, inclusive, segurança jurídica.
2166 Não só para empresas, para entidades da sociedade civil e para governos poder atuar
2167 dentro de um plano racional, e público e transparente. Obrigado.

2168 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2169 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem, já tivemos aqui as manifestações.
2170 O setor mantém, mantém a emenda? Mantém a emenda? Mantém. Então, vamos para a
2171 votação. Nós vamos votar a proposta de, no artigo 4º, parágrafo 4º, retirar o prazo da
2172 entrada em vigor e adotar a redação proposta. Os padrões de qualidade do ar
2173 intermediário PI-4 e padrões finais PF serão adotados de forma subsequente a PI-3, cujas
2174 datas de entrada em vigor serão definidas em resolução CONAMA, conforme
2175 estabelecido no artigo 6º dessa resolução. Evidentemente, se esta emenda for aprovada,
2176 automaticamente está aprovada a emenda para a próxima emenda, que é retirada do
2177 parágrafo 5º. Se a emenda for derrotada, automaticamente está derrotada a emenda que
2178 retire o parágrafo 5º. Em votação, por favor, aqueles que se manifestam favoráveis a esta
2179 emenda, se manifestem elevando os seus crachás. Contagem, por favor. Contagem. 19
2180 votos favoráveis. Aqueles que se manifestam contrários às duas emendas que alteram,
2181 por favor, se manifestem elevando o crachá. Contagem, por favor. 43 votos. 44 com on-

2182 line. Abstenções. Abstenções, por favor. Nenhuma abstenção. Então, o texto permanece
2183 como está. Por 44 votos favoráveis, 19 votos contrários. Pergunto ao proponente da
2184 Sociedade Civil que propôs a redução do prazo de janeiro de 2044 para 2040, se mantém
2185 a emenda. Por favor.

2186 **O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA – TITULAR (Movimento Verde de Paracatu) –**
2187 Oi, Capobianco. Tobias, Movimento Verde de Paracatu. Como proponente da proposta e
2188 respeitando também a atuação que aconteceu na Câmara Técnica, as diversas
2189 discussões e com o intuito de garantir o prazo, também respeitando o prazo que a gente
2190 falou na nossa Câmara Técnica, então, vamos respeitar e vamos retirar a nossa proposta
2191 conforme...

2192 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2193 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado. Próxima emenda diz respeito
2194 ao inciso 4º, está certo? Retiram? Retiram todas as emendas? Então, com a retirada de
2195 todas as emendas, está aprovada a alteração da resolução. Agradeço a todos pela
2196 colaboração. Agradeço a vocês pela participação. Acho que o CONAMA se faz com o
2197 debate, com o contraditório, valorizamos o contraditório. Muito obrigado. E seguimos em
2198 frente, mais unidos ainda, para fazer valer essa resolução. Muito obrigado. Passamos
2199 imediatamente à proposta de resolução sobre o manejo sustentável sobre a Caatinga.
2200 Ah, vocês querem almoçar? Qual é, pô? Espera aí. Espera só um minuto, só um
2201 minutinho, pessoal. Pessoal, não acabou a reunião, hein? O que está acontecendo com
2202 essa... por que a sociedade civil está tão feliz? Não acabou a reunião. Mas agora nós
2203 vamos derrotar todo o resto, não fica feliz, não. Gente, brincadeira. Vamos só decidir o
2204 seguinte, olha, nós temos a resolução da Caatinga. A nossa... a avaliação é de que os
2205 temas agora são temas mais... porque o que eu quero é o compromisso de todos que
2206 vão voltar após o almoço, porque nós temos assistido um fenômeno das marés aqui e aí
2207 as pessoas saem para almoçar e ficam no sono. Certo, Mauro? E não voltam. Tem alguns
2208 que estão durante a reunião e também saem e não voltam, por exemplo, como o ICMBio,
2209 que saiu da reunião bem no momento da votação, vocês perceberam, não é? E nós
2210 temos uma resolução importantíssima que diz respeito à Caatinga, que foi construída
2211 durante muito tempo. Uma resolução muito bonita, inclusive. Que diz respeito ao tema

2212 que foi tratado aqui no início da reunião, pelo filme. Que diz respeito ao esforço enorme
2213 que está sendo feito para estancar o processo de avanço da desertificação. E eu queria
2214 o compromisso de que vocês vão voltar para garantir o quórum, está certo? Por favor,
2215 realmente a maioria... vota a Caatinga agora? Olha lá, pessoal, mas é para voltar com
2216 prazer, não com fome. Fome de meio ambiente, vamos lá. Então, vamos pedir para o
2217 Gustavo Bediaga e Frans Paren... caramba, acertei? Para fazer aqui a defesa da
2218 resolução. É isso? A defesa da resolução? Por favor... o Presidente do Ibama, Rodrigo
2219 Agostinho, pediu para fazer uma fala rápida. Não sei exatamente sobre o quê. É sobre
2220 esse tema, Rodrigo?

2221 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**
2222 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**
2223 **IBAMA)** – Secretário, é bem rápido. É sobre esse tema, obviamente. Não, eu queria só
2224 cumprimentar a minha equipe e agradecer a todos que participaram da elaboração desse
2225 texto. Obviamente, se a gente tivesse mais tempo, a gente ia fazer todo um arrazoado
2226 sobre a importância disso, obviamente que esse arrazoado foi prejudicado. Pedir para a
2227 equipe que, embora vocês tenham se dedicado tantos anos com isso, o próprio Serviço
2228 Florestal Brasileiro tem um histórico de acompanhamento do Manejo da Caatinga há
2229 muitos anos, que também seria maravilhoso poder ouvir. Nós estamos agora, justamente
2230 nessa semana, recebendo a visita do Secretário-Executivo da Convenção das Nações
2231 Unidas sobre Desertificação, então, é um momento muito importante para isso. Mas eu
2232 peço para a equipe que faça a apresentação o mais breve possível, até por conta do
2233 adiantado da hora, infelizmente, a gente tem essa situação. Mas, desde já,
2234 cumprimentando a todos pelo trabalho. Muito obrigado.

2235 **O SR. GUSTAVO BEDIAGA OLIVEIRA (Analista Ambiental – IBAMA)** – Alô. Então,
2236 boa tarde. Cumprimento a mesa e os Conselheiros.

2237 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2238 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Eu queria agradecer e queria me solidarizar
2239 com você, porque provavelmente você preparou uma apresentação extremamente
2240 importante, profunda, detalhada sobre isso e agora você vai fazer um resumo. Então, já
2241 nos solidarizamos com você por esse fato.

2242 **O SR. GUSTAVO BEDIAGA OLIVEIRA (Analista Ambiental – IBAMA) –** Perfeito.
2243 Prometo ser breve, bem objetivo e bem rápido. Vamos lá. Então, eu sou Gustavo
2244 Bediaga, trabalho aqui no Ibama na coordenação de floresta. Sou analista ambiental do
2245 Ibama. Vamos ver como é que passa. Bom, essa proposta de resolução CONAMA, ela
2246 começou lá no semiárido do show, um evento da Embrapa, que discute tecnologias
2247 sustentáveis para a Caatinga. A gente veio daquele evento com o desafio de construir
2248 uma normativa nacional para o manejo florestal do bioma, como exemplo da Amazônia,
2249 então, harmonizar os requisitos entre os estados, garantir parâmetros mínimos de
2250 sustentabilidade, trazer os produtores para a legalidade, trazer uma alternativa de renda
2251 que possa conservar a floresta ao mesmo tempo. Alguns princípios que a gente usou
2252 para a construção dessa normativa. O princípio de manejo adaptativo, ou seja, ter
2253 parâmetros gerais, mas considerar a realidade local, quando você está tratando de
2254 legislação ambiental, você tem que entender que ecossistemas não são homogêneos,
2255 então, a realidade local importa também nessa definição de parâmetros. Então, isso foi
2256 refletido na nossa norma. A realidade social do bioma, então, o manejo florestal também
2257 é uma alternativa de renda para pequenos produtores. Isso é muito importante para a
2258 região da Caatinga e isso também a gente buscou refletir dentro da norma. E
2259 principalmente 40 anos de pesquisa de manejo florestal na Caatinga. O manejo florestal
2260 já é muito estudado no bioma, então, já se tem muito conhecimento do que dá certo ou
2261 não dá, inclusive, isso está personificado aqui na presença do pesquisador Frans, que
2262 vai falar muito rapidamente também aqui, veio lá de Recife para falar para a gente,
2263 refletindo toda essa pesquisa e esse conhecimento técnico que ele tem de 40 anos de
2264 pesquisa no bioma. Bom, então para fazer essa resolução a gente pensou em três
2265 princípios básicos. Basear a resolução em evidência científica, em dados. Isso é
2266 importante para a política pública beber da fonte da ciência, mas também não só a
2267 ciência, também tem a participação além dos pesquisadores, órgãos públicos, do setor
2268 privado, que também detém parte da informação sobre atividade. Então, compor essas
2269 informações para refletir isso dentro de uma norma é o desafio que a gente fez. E aí
2270 também fazer uma construção local, ou seja, chamar agentes, pessoas que trabalham,
2271 que vivem no bioma para poder construir essa norma. Não fazer uma norma de fora para
2272 dentro, mas sim com pessoas do território que vivem essa realidade. Isso foi feito em

2273 quatro etapas, eu vou falar aqui muito rapidamente das etapas. A primeira etapa, reunião
2274 com pesquisadores para definir os parâmetros técnicos. Então, beber dessa fonte da
2275 ciência e aí foram seis reuniões, especialistas da rede de manejo florestal da Caatinga,
2276 pesquisadores de universidades, institutos federais, acadêmicos, profissionais, Serviço
2277 Florestal Brasileiro, analistas do Ibama. E a gente, nessas seis reuniões, cada reunião
2278 dessa, com cinco, seis horas de duração, bem extensas, construímos ali uma proposta
2279 de norma. Pegamos essa proposta de norma, fomos para a segunda etapa junto aos
2280 órgãos ambientais estaduais. Então, saímos do científico para o operacional. O pessoal
2281 que operacionaliza a norma, os órgãos estaduais, efetivamente. Os especialistas dos
2282 órgãos, então, reunidos com o apoio da ABEMA. Importante dizer isso. E aí foram todas
2283 as secretarias do meio ambiente da Caatinga, Serviço Florestal Brasileiro,
2284 representantes, pesquisadores, a Embrapa nos ajudou nessa etapa também. Foram
2285 cinco reuniões também, bem extensas, para aprimorar aquela minuta anteriormente
2286 construída. Finalmente, a gente foi para uma participação mais ampla, um grande
2287 seminário, foi com a parceria da UNIVASF e aí foram convidadas mais de 50 instituições.
2288 Isso está no YouTube, a TV Caatinga que transmitiu esse seminário, ele tem mais de 70
2289 mil inscritos, então, é um alcance bem grande. A gente abriu isso para a população e
2290 também colocamos uma consulta pública no site do Ibama para receber todo tipo de
2291 contribuição a partir desse evento. E aí, finalmente, viemos ao CONAMA, isso foi em
2292 2022. E aí o CONAMA ele passou pelo CIPAM, CTBIO, que fez importantes
2293 aprimoramentos na norma, a CTAJ também, finalmente chegando aqui na plenária. Falei
2294 bem rápido, porque eu vou passar aqui para o Frans, que vai falar um pouco mais dessa
2295 parte mais técnica e trazer a experiência dele como pesquisador.

2296 **O SR. FRANS PAREYN (APNE)** – Bom, boa tarde, pessoal. Muito rapidamente, então.
2297 Principalmente para mostrar a importância de a gente ter uma resolução, porque existe
2298 no semiárido no Nordeste, uma grande demanda por biomassa e por produtos florestais.
2299 Então, pelos dados que a gente levantou, existe uma ilegalidade, uma informalidade
2300 muito grande ainda no setor. Dali a importância que a gente tem alternativas de uso
2301 sustentável, até pelo fato que foi colocado a problemática da desertificação. O fato que o
2302 manejo florestal é colocado dentro dos principais acordos internacionais e nacionais que
2303 o Brasil é signatário, o CDB, o Plano Nacional de Combate à Desertificação, etc., então,

2304 é extremamente importante que a gente tenha uma resolução, uma legislação adequada
2305 que permita a inclusão de vários tipos de manejo e que está baseado, vamos dizer, nos
2306 resultados mais recentes de pesquisa. Até segunda-feira, o Ministério e a Ministra
2307 lançaram os resultados dos 40 anos de pesquisa que foram colocados. O manejo da
2308 Caatinga não é recente. Desde os anos 90, que nós já temos planos de manejo, vamos
2309 dizer, a normativa legal vem sendo atualizada e essa agora é realmente uma
2310 oportunidade para ter uma referência para todos os Estados, vamos dizer, dos critérios
2311 técnicos básicos mínimos, e que os próprios Estados podem depois completar. Então,
2312 não vou entrar em todos os detalhes. A proposta da resolução vai ser uma proposta para
2313 o manejo madeireiro e ela permite, para ser adequado para as realidades da região, ela
2314 tanto permite a criação dos animais, que é uma realidade no semiárido e que dentro da
2315 resolução está explicitado quais são os critérios, os parâmetros mínimos que tem que ser
2316 respeitado com relação a isso, e também permite a produção na madeireira, que aí vai
2317 depender dos detalhes mais na frente. As grandes novidades da resolução são,
2318 basicamente, com os critérios técnicos que garantam a sustentabilidade. Então, o ciclo
2319 de corte, que normalmente nas instruções normativas é um número de anos, agora,
2320 efetivamente, ele se baseia na produtividade da floresta e a produção que se quer obter,
2321 que se quer produzir e garantindo o mais possível a sustentabilidade. Então,
2322 basicamente, o ciclo de corte, a intensidade e o estoque projetado, ou seja, quanto vai
2323 ser a produção que eu quero no final do ciclo. As definições estão colocadas, como se
2324 fala também da permissão da criação de animais, tem os anexos, vamos dizer, com os
2325 parâmetros técnicos e a definição dos tipos de manejo da Caatinga que se adequam para
2326 esses vários tipos.

2327 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2328 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Frans, só um segundinho. Olha, eu queria
2329 pedir aos Conselheiros que estão saindo, que o compromisso assumido aqui, que a gente
2330 seguiria e que manteria o quórum. Então, eu queria pedir que os Conselheiros não saiam
2331 e cumpram o compromisso assumido, senão nós vamos interromper aqui e voltar depois
2332 do almoço, por favor, estou vendo muitos Conselheiros saindo e estou ficando
2333 preocupado. Frans, por favor.

2334 **O SR. FRANS PAREYN (APNE)** – Então, muito rápido. É para madeira, não é, produção,
2335 manejo para fins madeireiros. Então, tem os diferentes tipos de madeira que podem ser
2336 produzidos, mas que no bioma Caatinga, com certeza, um dos principais produtos vai ser
2337 a biomassa e que cada vez é mais importante, até pelo fato que a gente atualiza.
2338 Antigamente era mais lenha e carvão, mas agora também já vai ter cavacos. E tem outro
2339 artigo na resolução fazendo referência a isso. Então, a grande diferença que a gente falou
2340 é o ciclo de corte e a produtividade das florestas. Então, pelas últimas pesquisas que a
2341 gente tem, existe uma alta correlação entre a precipitação e a produtividade da floresta.
2342 Para a gente ter um manejo sustentável, tudo vai depender da produtividade. E aí a gente
2343 tem uma indicação de produtividade de floresta em função das zonas de precipitação.
2344 Por mais que é semiárido, entre 500mm e 1.000mm existe uma diferença enorme em
2345 termos de produtividade e isso não é só típico, vamos dizer, para floresta seca de
2346 Catinga, em outras florestas secas do mundo acontece a mesma coisa. Então, a
2347 resolução apresenta uma proposta muito objetiva para os estados e os engenheiros se
2348 orientarem. O ciclo de corte, então, é definido pelo estoque projetado pela produtividade
2349 que está no anexo. O número de UPAs, a gente tem um ajuste dentro da resolução para
2350 permitir que também áreas menores, ou seja, de assentamentos ou de agricultores
2351 familiares, possam se integrar no manejo florestal com sistemas de UPA única ou de
2352 menos UPAs do que o ciclo de corte, etc. O inventário, eu vou passar rápido,
2353 basicamente, ele segue os mesmos padrões das instruções que já existem,
2354 simplesmente também, de novo, para o pequeno ter uma alternativa mais simples, menos
2355 oneroso para poder estimar os estoques. E sempre colocando que os parâmetros podem
2356 ser alterados desde que o responsável do manejo tenha estudos técnicos. Então, a
2357 resolução apresenta a base mínima e que podem ser ajustados a partir das informações
2358 locais. E ali o artigo 6 que eu mencionei sobre, por exemplo, cavacos de aproveitamento
2359 dos resíduos. Então, existe essa previsão dentro da resolução para usar os resíduos,
2360 mas desde que tem estudo técnico que prova a viabilidade disso, porque senão a gente
2361 corre o risco que, de repente, coloca picador dentro da floresta e tritura tudo e leva tudo.
2362 Então, a gente tem que garantir a sustentabilidade e a manutenção da fertilidade. Os
2363 procedimentos de controle já estão no sistema DOF. A criação dos animais, então, o
2364 artigo 8 detalha bem direitinho quais são os critérios que têm que ser utilizados para

2365 avaliar a capacidade de criação. E uma tabela como referência para subsidiar isso para
2366 os elaboradores e para os órgãos ambientais avaliar. Também uma novidade de poder,
2367 não necessariamente, ter as autorizações emitidas com vistoria de campo, mas
2368 garantindo que, pelo menos a cada dois anos, tenha uma vistoria. Enquanto o órgão
2369 ambiental possa fazer sua vistoria em qualquer época do ano, mas para evitar também
2370 que, por causa de demoras nos órgãos ambientais, o plano de manejo, enquanto
2371 atividade produtiva, ele seja paralisado.

2372 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2373 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom, queria fazer coro ao agradecimento que
2374 o Rodrigo Pelo Ibama, Rodrigo Agostinho, já fez, parabenizar a equipe pelo trabalho.
2375 Realmente mostra que um trabalho bem discutido, com muita participação, com muita
2376 responsabilidade, tecnicamente bem embasado, e o interessante é que traz muitas
2377 diretrizes, com dados, tabelas, com parâmetros, que certamente serão extremamente
2378 úteis para a operação na ponta, nos executores, nos órgãos estaduais, principalmente.
2379 Então, parabenizar a equipe. Pergunto se há alguém que gostaria de fazer uso da
2380 palavra, antes de entrar em votação, por favor. Pedindo agilidade.

2381 **O SR. CÉSAR VITOR (Fundação Pró-Natureza – FUNATURA)** – César Vitor, da
2382 FUNATURA, representando a região centro-oeste, da sociedade civil da região centro-
2383 oeste. A gente gostaria de manifestar que a gente concorda com essa proposta, a gente
2384 debateu isso tanto na Câmara Técnica, quanto nos nossos pares da sociedade civil, aliás,
2385 um debate ontem bastante rico, e apoiamos essa proposta. No entanto, gostaríamos
2386 também de que fosse feito aqui um compromisso de trabalhar numa proposta de
2387 resolução para produtos não madeireiros da Caatinga. Essa proposta está focada na
2388 madeira, na lenha, a gente acha isso realmente muito importante, mas a questão dos não
2389 madeireiros também, porque existem muitos problemas, viu, Capobianco, a questão dos
2390 não madeireiros com bul, com fava d'anta, estão sendo explorados de forma inadequada
2391 ou a forma de uso da área acaba levando ao esgotamento de produtos não madeireiros.
2392 E a gente tem que valorizar que, inclusive, é muito utilizado pelas comunidades,
2393 agricultores familiares e comunidades tradicionais da Caatinga. Então, a nossa

2394 solicitação é que se construa também uma resolução complementar a essa aí, para a
2395 questão dos não madeireiros. Obrigado.

2396 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2397 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente, excelente proposta. Acho que é
2398 um desafio, o próximo desafio aí é evoluir nesse campo. Mais alguém? Por favor.

2399 **A SR^a. ISIS RAFAELA (Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Paraíba)** – Bom
2400 dia a todos. Isis Rafaela, Secretária do Meio Ambiente do Estado da Paraíba.
2401 Rapidamente, Capo, nós fizemos aqui, queremos alguns propostas com relação ao artigo
2402 14, artigo 15, nós já havíamos conversado com o Gustavo do Ibama, já é algo
2403 consensuado, vocês já receberam já essa proposta que trata o artigo 14, os PMFs
2404 aprovados ou protocolados antes da data de vigência desta resolução, deverão seguir as
2405 regras.

2406 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2407 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – É emenda, você quer fazer um destaque para
2408 isso aí? Então, deixa...

2409 **A SR^a. ISIS RAFAELA (Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Paraíba)** – É, mas
2410 é algo consensual já.

2411 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2412 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, mas a gente vai fazer isso, é que a gente
2413 vota separado, mas tudo bem. Então, você tem duas emendas.

2414 **A SR^a. ISIS RAFAELA (Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Paraíba)** – Isso.

2415 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2416 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só vou destacar qual é o... cadê o texto da
2417 resolução?

2418 **A SR^a. ISIS RAFAELA (Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Paraíba)** – 14 e
2419 15, que trata da transição e da vacância.

2420 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2421 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Deixa eu só anotar. Mas tudo bem, você vai
2422 ter oportunidade de colocar ele na sequência, 14 e 15. Alguém mais tem proposta de
2423 ajuste, emenda, aprimoramento? Não? Em não havendo mais propostas, eu gostaria,
2424 então, de colocar em votação o texto base da resolução CONAMA, que estabelece
2425 parâmetros técnicos a serem dotados na avaliação apresentação, avaliação técnica,
2426 execução de planos de manejo sustentável na Caatinga. Por favor, quem for favorável,
2427 permaneça como está. Quem for contrário, que se manifeste, por favor. Em não havendo
2428 nenhuma manifestação contrária, alguém se abstém? Em não havendo manifestação
2429 contrária, nem abstenção, está aprovado o texto base por unanimidade. Agora sim, por
2430 favor, os destaques no artigo 14 e 15. Se tiver, fazer a gentileza de colocá-los ali,
2431 rapidamente, para nós.

2432 **A SR^a. ISIS RAFAELA (Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Paraíba)** –
2433 Secretária Rafaela, Paraíba. Seria o artigo 14: “Os PMFs aprovados ou protocolados,
2434 antes da data de vigência desta resolução, deverão seguir as regras de transição a serem
2435 definidas pelos órgãos ambientais competentes.” E o artigo 15 seria: “Esta data, esta
2436 resolução entre em vigor em 01.03.2025.” Seria, no caso, a vacância para a gente
2437 conseguir se adequar. É justamente isso que está em tela. O artigo 14 só estava cláusula
2438 de transição e o artigo 15 ainda faltava também definição e essas seriam as respostas.

2439 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2440 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, eu posso pedir para escrever ali
2441 claramente qual é a proposta, só para o plenário ter clareza do artigo 14? Podia passar
2442 para o... tem aqui? Você pode projetar? Não, não, não. Qual é o artigo? No artigo 15 é
2443 tranquilo, é apenas o prazo, a sugestão, qual é a prazo que se propõe? Dia? Março de
2444 25. Março de 2025. O artigo 15, então, apenas muda. Essa resolução entra em vigor em
2445 março de 2025, correto? Há acordo com relação a isso, os proponentes? Com os
2446 proponentes há acordo?

2447 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**
2448 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**

2449 **IBAMA)** – Sim, o Ibama concorda com a redação, acho que resolve o problema
2450 principalmente da transição.

2451 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2452 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, mas a transição não foi ainda, é só o 15
2453 sobre a data, tudo bem?

2454 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**
2455 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**
2456 **IBAMA)** – As duas propostas têm acordo.

2457 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2458 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está bem, mas qual é a outra? Eu queria que
2459 fosse mostrado aos Conselheiros, por favor. E aí, Truda? E as baleias? Ah, é essa
2460 redação, então, a redação lá, artigo 14, os planos de manejo florestal sustentáveis
2461 aprovados ou protocolados antes da data de vigência dessa resolução, deverão seguir
2462 regras de transição a serem definidas pelos órgãos ambientais competentes, ou seja, é
2463 garantir, então, portanto, uma transição da regra atual para a regra nova, dentro de um
2464 acerto ser feito nos Estados, é isso? Nós temos acordo também com esse ponto, está
2465 certo? Bom, então, nós temos acordo, eu queria pôr em votação as emendas do artigo
2466 14, conforme descrito ali, e 15, também conforme apresentado em tela, quem for contrário
2467 a essas alterações se manifeste, desculpa, quem for favorável permaneça como está, a
2468 aprovação, favorável à mudança, quem for contrário se manifeste, por favor.
2469 Abstenções? Então, aprovados por unanimidade a resolução que estabelece os
2470 parâmetros técnicos a serem dotados na elaboração, apresentação e avaliação técnica
2471 e execução de planos de manejo de florestal sustentável na Caatinga, como as duas
2472 emendas apresentadas pela Secretária de Meio Ambiente da Paraíba. Muito bem,
2473 parabéns a todos, mas calma, calma, não levantem, mais uma resolução aprovada, e
2474 chama... queria fazer mais uma consulta rápida aqui, nós temos, como muitos itens
2475 saíram de pauta, ou foram objetos de pedido de vista, nós temos mais dois pontos na
2476 pauta que são de deliberação. Com relação à discussão, nós temos dois itens, um que
2477 trata da concessão de serviço [ininteligível] Unidade de Conservação, que o ICMBio
2478 apresentaria, porém, é um tema que é apenas um esclarecimento, uma informação ao

2479 plenário que pode ser transferido para uma próxima reunião sem prejuízo, correto,
2480 Presidente Mauro? Também, sobre a Convenção da Biodiversidade, inclusive, o diretor,
2481 o Bráulio ainda não chegou, portanto, nós estamos aqui, nós não temos como apresentar
2482 esse tópico. Então, eu queria fazer um pedido de um último esforço, suspiro final, para
2483 que a gente possa deliberar sobre esses dois itens, que eu acredito que não haverá
2484 divergência, se houver divergência a gente para, interrompe, mas se não houver
2485 divergência, eu acredito que não vai haver, a gente possa voltar esses dois itens e
2486 terminar a reunião e todos podem partir para os seus outros compromissos. Podemos
2487 seguir assim? Pois não? Então, nós vamos colocar, nós vamos colocar. São os dois itens,
2488 é a revisão da agenda e a questão da moção. Então, vamos começar com a moção. É
2489 uma moção de apoio ao regime de urgência para apreciação e aprovação do projeto de
2490 lei de lei 1818 de 2022. Trata-se do... só um minuto. Não, é porque o que acontece é o
2491 seguinte... não, estão propondo para a próxima reunião. Estão propondo para a próxima
2492 reunião. Vamos... veja bem, vamos seguir aqui e vamos ver como é que a gente
2493 consegue, a gente prorroga a reunião para tarde, mas vamos ver como é que a gente
2494 consegue avançar um pouco mais, porque o problema todo é que a gente sabe, não é?
2495 Depois do almoço, o quórum cai muito. Já aprovamos duas resoluções e o risco de nós
2496 não termos quórum é muito grande. Então, vamos ver se a gente consegue evoluir aqui.
2497 Essa moção que o Presidente do ICMBio, o Mauro Pires, vai apresentar, ela já tinha sido
2498 objeto de discussão na reunião passada. Só que, por uma questão de procedimento, ela
2499 não pode ser votada, porque tem que ter um prazo para uma moção. Essa moção trata
2500 do projeto de manejo integrado de fogo. Projeto de lei que está tramitando no Congresso,
2501 que é essencial para a ação do ICMBio e do Ibama, principalmente, na prevenção de
2502 incêndios florestais e, portanto, é um instrumento muito importante. Mauro, você poderia
2503 apresentar a moção? Eu acredito que é uma moção muito importante e que vai haver
2504 consenso, dada a urgência do tema e o fato que já está tramitando, já foi aprovado na
2505 Câmara, está agora aguardando a aprovação no Senado. Por favor, Mauro Pires.

2506 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2507 **Conselho – GARCO) –** Então, bom dia ou boa tarde a todos. Aqui é o Mauro Pires,
2508 ICMBio. Tem como projetar a minuta da moção? Mas, só lembrando o seguinte, na
2509 reunião passada, nós tratamos aqui sobre a questão dos incêndios que acometem o

2510 bioma Pantanal. Na reunião passada, se falou do projeto, aliás, da lei que o Estado do
2511 Mato Grosso do Sul aprovou, de manejo do Pantanal, como também nós apresentamos
2512 dados sobre o impacto daqueles incêndios de 2020 sobre os vertebrados, especialmente
2513 a fauna mais, digamos assim, mais característica da região. E aí, na discussão, nós vimos
2514 que está em debate no Congresso Nacional, especificamente lá no Senado, o projeto de
2515 lei 1818, que trata da política nacional de incentivo ao manejo integrado do fogo. O
2516 manejo integrado do fogo é uma prática que é usada pelo ICMBio, pelo Ibama, por vários
2517 órgãos, que tratam, enfim, da lógica de usar o fogo, que é um elemento natural,
2518 especialmente desses biomas como Cerrado e Pantanal, a fim de fazer o manejo, de
2519 forma que o próprio fogo nos ajude a evitar incêndios, porque o problema são os
2520 incêndios, dada a sua velocidade, abrangência e etc. Mas o fogo como tal, ele é um
2521 fenômeno que acontece, por exemplo, no Parque Nacional do Pantanal, geralmente, é
2522 uma área pública, não tem ocupação dentro dela, geralmente acontece o fogo natural,
2523 sobretudo, no mês de novembro, dezembro, janeiro, que é o período que tem chuva,
2524 então, cai algum raio e aquele fogo acontece ali naturalmente, como é um período de
2525 chuva, obviamente que o fogo não se espalha, digamos assim, em tempos normais ele
2526 não se espalha. Dada esses eventos extremos que nós estamos vendo, nós temos visto
2527 isso, o ano passado foi um bom exemplo, teve um fogo que ele aconteceu na borda do
2528 Parque Nacional, dentro de uma RPPN, e rapidamente ele se alastrou, um fogo natural
2529 dado por raio. Então, o manejo integrado do fogo é uma técnica, na verdade um conjunto
2530 de técnicas, que trabalha o fogo a favor da prevenção dos incêndios, para isso é
2531 necessária uma política. Isso está em debate no Congresso, e nós, então, debatemos
2532 aqui na reunião passada, a fim de que o CONAMA, o colegiado do CONAMA, pudesse
2533 fazer uma manifestação endereçada diretamente ao Senado, para que esse projeto de
2534 lei tenha sua tramitação. Há algumas emendas que precisam ser debatidas, acho que
2535 isso é parte do processo, me parece que há um grande consenso já sobre o conjunto
2536 dessas emendas e, portanto, o que nós queríamos era que essa manifestação aqui do
2537 CONAMA, uma vez aprovada a moção, o próprio CONAMA, acho que é até proposta que
2538 o Presidente vai apresentar, possa se dirigir ao Senado Federal a fim da aprovação desse
2539 projeto de lei. Basicamente é isso, aqui está o texto, nós estamos pedindo o regime de
2540 urgência, porque é urgente, a situação é extremamente crítica e, portanto, o que nós

2541 queremos é basicamente isso aí, quer dizer, não sei se é necessário fazer a leitura formal
2542 da...

2543 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2544 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, ela foi distribuída.

2545 **O SR. MAURO PIRES (Coordenador Grupo Assessor Revisão Da Composição Do**
2546 **Conselho – GARCO)** – Ela foi distribuída e foi discutida. Foi discutida previamente.

2547 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2548 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, Mauro. Ontem, na reunião da
2549 comissão Tripartite, de fato, o Ministério do Ambiente propôs e foi acolhido pela ABEMA
2550 e a ANAMMA, que nós possamos, uma vez aprovada a resolução, criar uma pequena
2551 delegação envolvendo... desculpa, a moção. Uma vez aprovada a moção, que uma
2552 delegação, representantes da ABEMA, da ANAMMA, do Governo Federal, da sociedade
2553 Civil e demais setores, possa ir ao Senado entregar a moção pedindo, de fato, urgência,
2554 porque é uma agenda extremamente importante. Então, alguém tem alguma
2555 manifestação que gostaria de fazer contrária em relação à moção? Em não havendo
2556 nenhuma manifestação, gostaria de solicitar que aquele... vou colocar em votação a
2557 moção, portanto, que trata do pedido de urgência para apreciação e aprovação do Prédio
2558 de Lei 1818 de 2022, que estabelece a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.
2559 Aqueles que forem favoráveis permaneçam como estão, por favor. Aqueles que forem
2560 contrários se manifestem. Aqueles que se abstêm, se manifestem, por favor. Uma vez
2561 não havendo nenhum voto contra, nenhuma abstenção, está aprovada por unanimidade,
2562 a moção para ser enviada ao Senado Federal, parabéns a todos. Muito bem. Desculpem
2563 a insistência, vocês já viram? Tem vários documentos circulando na internet sobre os
2564 benefícios do jejum, já viram isso aí? Diz que aumenta a clarividência, capacidade de
2565 raciocínio. Diz que é muito bom o jejum. Então, eu queria... desculpe a brincadeira, mas
2566 é que nós temos mais um item aqui de pauta. É o informe na sequência. Ainda nós temos
2567 um ponto de liberação ainda. Por favor. Que é, se trata da Agenda Nacional de Meio
2568 Ambiente. Proposta de texto final após a revisão dos destaques realizados pelo Plenário.
2569 A nova versão que todos receberam da Agenda Nacional de Meio Ambiente foi revisada
2570 pelo CIPAM. Todos os artigos destacados pelo Plenário foram revisados pelo CIPAM e

2571 foi enviado uma nova redação, um texto final, para todos e foi disponibilizado na pauta
2572 da reunião. Nós gostaríamos de propor a aprovação da agenda nesse momento, já com
2573 o longo processo de discussão e com a participação do CIPAM por duas vezes, correto,
2574 Marcela? E está, portanto, em discussão a Agenda Nacional de Meio Ambiente. Eu
2575 entendi que o colega de Minas e Energia gostaria de... a nossa diretora fará um
2576 esclarecimento prévio, mas você pode dirigir aqui ao microfone enquanto isso, por favor.

2577 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2578 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Eu gostaria só de retomar o processo. A Agenda
2579 Nacional do Meio Ambiente, ela é prevista na legislação e no nosso regimento interno e
2580 deve ser apresentada na última reunião do ano. Ela foi apresentada na última plenária
2581 do ano passado. No nosso processo de votação, houve destaques e esses destaques
2582 foram discutidos pelo CIPAM. O encaminhamento foi, os textos de destaque vão ser
2583 discutidos pelo CIPAM e se abriu um prazo para recebimento de sugestões de alteração
2584 naqueles pontos de destaque. Então, esses pontos de destaque estão na ata da última
2585 reunião do ano passado e o CIPAM recebeu, então, todas essas formulações nas
2586 alterações dos pontos de destaque, debateu e fez uma nova sugestão de texto. A gente
2587 compartilhou uma versão com todas as propostas destacadas de alteração. Então, são
2588 esses pontos de destaque que estão em deliberação, só para a alteração desses pontos
2589 de destaque.

2590 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2591 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – O que a Marcela está querendo colocar, não
2592 sei qual é o objeto da sua fala, caro Conselheiro, é o fato de que o CONAMA já aprovou
2593 o texto base e foram feitos os destaques. Os destaques já foram trabalhados e o CIPAM
2594 já considerou e já apresentou uma solução final, digamos assim. Portanto, não caberia e
2595 não cabe novos destaques de um texto base já aprovado. Então, eu não sei se o que o
2596 senhor traz é um novo destaque, se é uma consideração sobre... em tese, o único ponto
2597 que nós podemos abrir a discussão aqui é se o senhor discorda da redação que o CIPAM
2598 deu para o destaque aprovado no plenário. Se for um novo destaque, infelizmente, nós
2599 não vamos poder acolher.

2600 **O SR. CARLOS AGENOR (Ministério de Minas e Energia)** – Vou começar dando bom
2601 dia, porque na minha regra, não almocei, é bom dia. Então, bom dia aos Conselheiros e
2602 Conselheiras, bom dia a todos aí da mesa. É um ponto, Secretário, que não está muito
2603 claro no Ministério de Minas e Energia o que aconteceu com o destaque da moratória da
2604 mineração do leito marinho. Nós apresentamos um destaque sobre a retirada desse item
2605 e quando chegou nessa última revisão, o item, que é o item B3, fortalecer a
2606 implementação da moratória à mineração dos fundos marinhos, ela continuou nessa
2607 agenda e nós, do Ministério de Minas e Energia, achamos assim, um tema desnecessário
2608 de contar como agenda do meio ambiente. Eu não sei como é que isso foi parar aí, o que
2609 a gente sabe é que existe uma discussão de moratória, inclusive quando o Presidente
2610 Macron teve aqui no Brasil, foi reforçado o compromisso do Presidente Lula com o
2611 Presidente Macron da moratória nas águas internacionais, porque o Código de
2612 Exploração não foi definido. Então, isso a gente concorda, ou seja, águas internacionais
2613 têm que ter essa moratória. Agora, o texto ficou estranho, porque aqui internamente não
2614 existe e não pretendemos que tenha moratória, muito pelo contrário. Nós temos
2615 regramentos pelo Ministério de Minas e Energia, temos regramentos pela EMM,
2616 necessita obrigatoriamente, cadê o amigo Agostinho, passar pelo Ibama, todo e qualquer
2617 processo de licenciamento. Então, não existe um vácuo internamente no país em relação
2618 à mineração marítima. Então, a gente não entendeu por que está aí, por que a gente vai
2619 priorizar dentro dessa agenda. O que a gente entende é que o que foi feito no esforço
2620 internacional de moratória das águas internacionais, já foi feito. Então, aí eu não sei
2621 procedimentalmente como é que a gente vai conduzir isso, porque foi um pedido de
2622 exclusão e eu não sei onde foi parar isso.

2623 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2624 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem, Conselheiro. Esse pedido de
2625 exclusão consta na ata da reunião? Então, veja bem. Oh, Conselheiro, esse tópico não
2626 consta da ata da reunião que discutiu a agenda. Posteriormente, ao aprovar a ata, não
2627 foi feito o pedido de correção da ata. O que nós podemos fazer aqui nesse caso? Eu
2628 queria, não sei, eu consulto o plenário para que a gente possa raciocinar. Talvez a gente
2629 possa encaminhar isso para o CIPAM, não sei, qual seria a sugestão?

2630 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2631 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – A questão é a seguinte, uma proposta. A questão não
2632 diz respeito especificamente a esse ponto, eu acho que é uma questão de ordem geral.
2633 A agenda nacional do meio ambiente pode sofrer alterações? Pode. Qual que é o
2634 procedimento para isso? É se apresentar uma nova proposta de alteração. Não está se
2635 questionando a aprovação do que já consta no texto. O que já consta no texto está
2636 aprovado. Agora, se tem uma nova proposta de alteração, cabe ouvir a nova proposta,
2637 os argumentos da nova proposta. Então, a solução que eu entendo e que eu coloco para
2638 análise é que se apresente uma proposta de emenda à recomendação e que ela seja
2639 novamente apreciada pelo CIPAM para ser pautada em uma nova plenária.

2640 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2641 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Pode ser assim? É, porque, de fato, o
2642 Conselheiro tem um ponto, está certo, infelizmente não seguiu o trâmite regular ou por
2643 alguma falha nossa ou por alguma falha de vocês, por falta de comunicação,
2644 provavelmente, aconteceu, que ele escapou, digamos assim. Nós estamos todos aqui
2645 trabalhando de boa-fé, todos no princípio da boa-fé. Então, houve alguma coisa que
2646 aconteceu no caminho. Mas, então, é isso, fica como está o texto à base aprovado, mas
2647 vocês podem encaminhar a solicitação, nós vamos submeter ao CIPAM e depois ao
2648 plenário do CONAMA para apreciação dos Conselheiros para ajuste, pode ser assim?

2649 **O SR. CARLOS AGENOR (Ministério de Minas e Energia)** – Está ok, então, vai ser
2650 uma proposta de revisão da agenda?

2651 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2652 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Isso.

2653 **O SR. CARLOS AGENOR (Ministério de Minas e Energia)** – Ok.

2654 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2655 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado.

2656 **O SR. CARLOS AGENOR (Ministério de Minas e Energia)** – Obrigado a todos e todas
2657 e vamos ao almoço, não é?

2658 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2659 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Calma. Muito obrigado, Conselheiro. Você
2660 está com muita pressa para almoçar. Vamos só, então, concluindo aqui. Então, eu
2661 gostaria de colocar em votação, uma vez esclarecido esse ponto específico do nosso
2662 Conselheiro do Ministério de Minas e Energia, queria colocar em votação a Agenda
2663 Nacional do Meio Ambiente no formato do texto, considerando que o texto básico já tinha
2664 sido aprovado, e com os ajustes realizados pelo CIPAM que todos receberam
2665 previamente, tiveram oportunidade de ler. Tenho certeza que todos leram
2666 profundamente, fizeram várias anotações, estão com o texto decorado, então, muito bem.
2667 Então, nesse sentido, eu coloquei em votação. Aqueles que forem favoráveis à
2668 aprovação do texto final da Agenda Nacional do Meio Ambiente, proposta de texto final
2669 após a revisão dos destaques realizados no plenário e visitados pelo CIPAM,
2670 encaminhados com antecedência a todos para esta reunião, que permaneçam como
2671 estão. Aqueles que forem contrários à aprovação da agenda, por favor, que se
2672 manifestem. Não, não pode fazer, o que você pode sugerir é um ajuste para o CIPAM,
2673 para analisar e vir ao plenário na próxima reunião. Há algum voto contrário, voltando? Há
2674 alguma abstenção? Então, em não havendo nenhum voto contrário e nenhuma
2675 abstenção está aprovado por unanimidade a Agenda Nacional do Meio Ambiente,
2676 conforme texto final aprovado pelo CIPAM. Muito bom, senhoras e senhores. Com isso,
2677 nós concluímos a ordem do dia. Agradeço muito a colaboração. Abro para os informes
2678 de forma expedita, para que todos possam usar os seus informes, por favor, se
2679 apresente. Por favor, se identificar com nome e instituição que representa, por favor.
2680 Agradeço se puderem aguardar mais uns minutinhos para os informes, vai ser muito
2681 rápido. Por favor, queria se perguntar agora, pode esperar mais um pouquinho.

2682 **A SRª. CRISTINA CUIABÁLIA (Confederação Nacional do Comércio)** – Bom dia, bom
2683 dia a todo o plenário. Eu sou Cristina Cuiabália, representando a Confederação Nacional
2684 do Comércio, Sistema CNC Sesc, Senac. E o informe é a apresentação da aprovação do
2685 nosso Plano de Manejo Integrado do Fogo da Reserva Particular do Patrimônio Natural,
2686 Sesc Pantanal. É o primeiro Plano de Manejo Integrado do Fogo do Pantanal Norte,
2687 então, essa foi uma experiência trabalhada em conjunto com representantes da
2688 sociedade local lá no estado de Mato Grosso. E foi viabilizado no âmbito do Programa

2689 GF Terrestre do Ministério do Meio Ambiente e com a colaboração da FUNATURA, que
2690 mediou também essa elaboração, onde participaram o governo do estado de Mato
2691 Grosso, o Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso, reservas indígenas, setor
2692 produtivo, sindicatos rurais. Então, está aqui, é uma entrega para a sociedade. Está
2693 disponível no site do Sesc Pantanal a partir de hoje. Nós tivemos a avaliação e a
2694 aprovação pelo ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, na
2695 semana passada. E é uma experiência que a gente espera que seja uma inspiração para
2696 efetivar o manejo integrado do fogo no Bioma Pantanal, que está entrando nesse período
2697 de seca.

2698 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2699 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bom.

2700 **A SR^a. CRISTINA CUIABÁLIA (Confederação Nacional do Comércio) –** Eu gostaria
2701 de fazer uma entrega oficial ao Ministério e ao ICMBio, na figura do nosso Presidente
2702 Mauro Pires, por favor.

2703 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2704 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado. Parabéns pelo trabalho. Muito
2705 bom, muito bom. Mais informes tão positivos como esse?

2706 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
2707 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Sim.

2708 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2709 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Por favor.

2710 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
2711 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Marçal Fortes, Presidente da ANAMMA.
2712 Capo e Plenário, estamos informando que fizemos um convênio com a ABRAMPA,
2713 Associação do Ministério Público, estamos começando a remediar e humanizar os lixões.
2714 Agora, no dia 3 de julho, estamos em Goiás, fazendo o primeiro pacto com os municípios
2715 para a remediação e humanização dos lixões com as cooperativas de catadores. E ontem
2716 fiz o convite à Ministra Marina, estou convidando Vossa Senhoria para estar presente, o

2717 Adalberto está cuidando dessa agenda, e nós vamos fazer o pontapé inicial de acabar
2718 com os quase 2 mil lixões nesse país, porque no dia 2 de agosto, encerra o prazo da lei
2719 de resíduos sólidos.

2720 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2721 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Parabéns ANAMMA, parabéns Marçal.
2722 Agenda positivíssima e necessária. Por favor, próximo. César, de novo? Próximo.

2723 **O SR. CÉSAR VITOR (Fundação Pró-Natureza – FUNATURA)** – Não, isso aqui é uma
2724 demanda que o nosso superintendente da FUNATURA, também em nome da Sociedade
2725 Civil da região Centro-Oeste, que se apresentou na reunião passada, Capo, para a
2726 realização de um seminário para discutir a questão das...

2727 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2728 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Autorizações?

2729 **O SR. CÉSAR VITOR (Fundação Pró-Natureza – FUNATURA)** – Autorizações, de...

2730 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2731 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Supressão de vegetação.

2732 **O SR. CÉSAR VITOR (Fundação Pró-Natureza – FUNATURA)** – Supressão de
2733 vegetação. Então, a ideia é a gente fazer um seminário logo após a reunião do Conselho,
2734 do CONAMA, que vai ser dia 28 de agosto, não é isso? Então, seria uma proposta, uma
2735 ideia de fazer um trabalho conjunto com o Ministério do Ambiente, o Pedro já acertou, já
2736 conversou com o André Lima e outras pessoas para a gente tentar viabilizar essa
2737 questão, tem um texto aqui que depois eu vou passar para a mesa para poder constar aí
2738 na ata. Então, a ideia é trabalhar nessa linha aí. Muito obrigado.

2739 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2740 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito, vamos organizar isso, vai ser
2741 excelente, os órgãos estaduais, municipais.

2742 **O SR. CÉSAR VITOR (Fundação Pró-Natureza – FUNATURA)** – Exatamente.

2743 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2744 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Sociedade civil, governo, federal, vai ser
2745 excelente.

2746 **O SR. CÉSAR VITOR (Fundação Pró-Natureza – FUNATURA) –** Valeu, Capo,
2747 obrigado.

2748 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2749 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Excelente iniciativa, obrigado, César.

2750 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR – TITULAR (Instituto Baleia Jubarte) –** Boa
2751 tarde, José Truda, Conselheiro pelo Instituto Baleia Jubarte, Região Nordeste, Sociedade
2752 Civil. Sr. Presidente, Conselheiros, se realizou há poucos dias na Índia a 46ª Reunião
2753 Consultiva do Tratado Antártico e apesar da Ministra Maria Angélica Ikeda, que
2754 representa o Ministério de Relações Exteriores, não está mais presente, gostaríamos de
2755 deixar a constância de um elogio entusiasmado à participação da delegação brasileira
2756 nessa reunião, defendendo temas de conservação da Antártida. Em outubro teremos a
2757 reunião da Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, que
2758 vai discutir a criação de mais áreas protegidas, inclusive, na região Antártica. E nós
2759 entendemos que o envolvimento da Ministra Marina Silva, nesses e em outros temas
2760 marinhos do plano internacional, são temas muito importantes para o Ministério do Meio
2761 Ambiente se envolver. O Brasil está ampliando seu protagonismo no Tratado Antártico, o
2762 MRE merece todo elogio por esse trabalho que vem sendo feito, e nós esperamos que o
2763 MMA, que estava lá representado também pelo Hugo Soares, da Assessoria
2764 Internacional, possa cada vez mais fortalecer essa participação do Brasil na defesa do
2765 Meio Ambiente Antártico, que é fundamental para o equilíbrio climático da nossa região.
2766 Apesar dele ser pouco falado, gostaria de trazer esse tema ao Conselho para
2767 consideração e deixar esse elogio registrado à delegação brasileira. Muito obrigado.

2768 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2769 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado, Truda, parabéns pelo seu
2770 trabalho na liderança nesse campo aí há muito tempo. Não vou dizer quanto tempo,
2771 porque vai dar um indicativo da sua idade, mas há muito tempo.

2772 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
2773 **da Mata Atlântica) –** Bom dia, Secretário.

2774 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2775 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** De novo? Vocês estão vendo, não é? De
2776 novo, olha, é a quarta vez que eu contei aqui.

2777 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
2778 **da Mata Atlântica) –** A gente hoje está fazendo jus à passagem. Olha só. A bancada das
2779 entidades achou importante a gente informar, porque a gente, na Tribuna Livre, o prazo
2780 estava esgotado, quais são os projetos que estão mobilizando a nossa preocupação, os
2781 projetos de lei do Congresso, para que a gente possa discutir e atuar em conjunto. Então,
2782 eu vou ler aqui, é só esse parágrafo que está faltando. “No Congresso Nacional, o cenário
2783 segue preocupante, com o já denominado pacote da destruição. A aprovação da lei
2784 14.285 de 2021 flexibilizou as regras para a delimitação das APP nas áreas urbanas.” A
2785 Ministra até ressaltou aqui essa preocupação. “A PEC 03 de 2022 pretende retirar do
2786 domínio da União os chamados terrenos de marinha, abrindo um flanco para investida
2787 sobre áreas supervalorizadas no mercado imobiliário e para o cerceamento de um dos
2788 únicos espaços de uso e lazer gratuito da nossa população. O PL 364 de 2019, que
2789 originalmente atacava somente a Lei da Mata Atlântica, ele teve seu escopo ampliado.
2790 Agora, a alteração pretendida se dá na lei de proteção dos espaços cobertos por
2791 vegetação nativa florestal, projetando-se com isso a possibilidade de uma perda de
2792 proteção legal para algo próximo de 150 milhões de hectares, afetando todos os biomas
2793 no Brasil. O já aprovado PL 136 de 2022, recentemente aprovado, foi sancionado e
2794 convertido na Lei 14.876 de 24, excluindo a silvicultura do hall de atividades
2795 potencialmente poluidoras e utilizadora dos recursos ambientais, favorecendo, assim, a
2796 expansão descontrolada dos plantios comerciais homogêneos de árvores exóticas.” O
2797 que a gente denomina como desertos verdes, uma monocultura extensiva. “Destacamos
2798 o PL 2159 de 2021, o qual poderá tornar a maioria dos empreendimentos, esse é oconcur,
2799 não é, a maioria dos empreendimentos isentos de licença e de estudos de impacto
2800 ambiental. Podemos retroceder com isso e é a nossa grande preocupação ao vale tudo,
2801 que reinava no período anterior à década de 1980, quando não tínhamos ainda uma

2802 política nacional de meio ambiente.” E a gente reforça aqui, precisamos nos unirmos e
2803 precisamos exercer a nossa função de guardião da política nacional do meio ambiente.

2804 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2805 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado, Conselheira.

2806 **A SRª ELIANE IGNOTTI - SUPLENTE (Ministério da Saúde - MS) –** Pauta positiva. Eu
2807 sou Eliane, do Ministério da Saúde, da Coordenação Geral de Vigilância em Saúde
2808 Ambiental. Eu quero anunciar que, no dia 27 agora de junho, ocorrerá o lançamento do
2809 painel do Vigiar, com dados de poluição atmosférica, material particulado fino para todos
2810 os municípios brasileiros, bem como o número de mortes atribuídas a essa exposição,
2811 estimadas para todos os municípios brasileiros. Então, o lançamento do painel vai ser
2812 num evento conjunto do MMA e Ministério da Saúde, com a presença das duas Ministras
2813 no auditório Ipê no MMA. Esse evento será transmitido pelo YouTube, mas quem não
2814 puder acompanhar, o link do painel estará disponível na plataforma do Ministério da
2815 Saúde. Entendemos que é uma importante ferramenta para gestores da área ambiental
2816 e do setor saúde. Então, é uma honra poder anunciar esse painel num dia histórico de
2817 aprovação dessa resolução, enfim, para o setor saúde.

2818 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2819 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito. Muito obrigado, Conselheira.
2820 Realmente algo absolutamente essencial. Parabéns.

2821 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
2822 **Etnoambiental) –** Bom dia, Presidente Capo. Também acompanho aquele colega que
2823 falou que, enquanto a gente não almoça, ainda é bom dia. Eu não vou fazer
2824 necessariamente um informe, mas são dois pedidos que, aqui em nome da bancada da
2825 Sociedade Civil, quero fazer para a Vossa Excelência. O primeiro, que o senhor já deve
2826 ter percebido, e isso é característico da bancada da Sociedade Civil, especialmente essa
2827 que eu componho orgulhosamente, que nós temos uma participação dedicada, coesa, e
2828 estamos presentes nessa sessão aqui, das 9h da manhã até o horário de encerramento
2829 da sessão. Em homenagem a isso, nós sabemos que o governo faz as reuniões tripartite,
2830 faz o dever de casa ali, obviamente sabemos que, nas articulações que a gente faz aqui

2831 dentro, precisa de ajustes, e a gente está contribuindo, inclusive, com isso. Mas
2832 gostaríamos de solicitar, e é um pedido que a gente faz aqui à gestão do CONAMA, que
2833 viabilize também para a bancada da Sociedade Civil a possibilidade de nós fazermos
2834 uma reunião ordinária de bancada nos moldes em que a gente faz a reunião preparatória,
2835 mas no intervalo entre uma Reunião Ordinária do plenário e outra, a gente tem uma
2836 oportunidade de reunir a bancada presencialmente, ali um dia, dois dias, para que a gente
2837 possa debater esses temas com mais afinco, porque a gente tem percebido que, nessas
2838 reuniões preparatórias, a gente tem conseguido evoluir e contribuir muito no debate
2839 presencial, e isso é vantajoso para o Ministério do Meio Ambiente, é vantajoso para o
2840 CONAMA e especialmente, é vantajoso para a nossa sociedade, para o meio ambiente
2841 e conseqüentemente, para todos nós. Então, eu queria demandar esse pedido à mesa,
2842 que encaminhe essa nossa solicitação para viabilizar essa reunião ordinária de bancada
2843 no intervalo entre uma ordinária do CONAMA e outra. Outra demanda é que nós
2844 tenhamos oportunidade, aproveitar hoje, que a gente está encerrando cedo, a previsão é
2845 até 17h, a gente está encerrando aqui em duas, duas e meia, que a gente possa reunir
2846 aqui a bancada da sociedade civil, aproveitar a presença do senhor Presidente e da
2847 Marcela, para a gente discutir alguns pontos aqui, alguns ajustes, questão procedimental,
2848 eu acho que é coisa que a gente não precisa debater necessariamente no plenário, mas
2849 como o senhor oportunizou, Presidente, de a gente estar contribuindo dessa maneira, eu
2850 gostaria de solicitar aqui que a gente pudesse fazer logo em breve, após o encerramento
2851 aqui, uma reunião rápida também, porque a gente também está com fome. Muito
2852 obrigado.

2853 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2854 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Nosso último inscrito.

2855 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER – SUPLENTE (Região Sul -**
2856 **Associação De Defesa Do Meio Ambiente De Araucária – AMAR) –** Novamente, mas
2857 rápido. Como eu já vim aqui antes, não vou dar bom dia de novo. Mas, pessoal, eu queria
2858 mais uma vez, como a gente tem feito seguidamente aqui, não tanto quanto gostaríamos,
2859 ressaltar a importância do Pampa nesse cenário todo. Eu sou de uma ONG chamada
2860 Centro de Estudos Ambientais, aqui no CONAMA eu represento as ONGs da região sul,

2861 através da AMAR, porque lá na região Sul a gente há muitos anos já faz esse mandato
2862 compartilhado, há um acordo entre nós. Então, eu venho aqui de novo registrar a
2863 importância de nós termos políticas públicas ambientais voltada para o Pampa, ainda
2864 mais nesse momento de caos e nesse momento que o Pampa caminha para um colapso.
2865 O Pampa é o segundo bioma mais degradado do Brasil, com 60% da sua área já perdida,
2866 em grande parte devido a monoculturas. A soja tem avançado muito, além daquilo que
2867 seria possível de suportar. E é o menos protegido, é o que tem menos unidades de
2868 conservação. Então, aqui registrar o apoio à criação, a iniciativa do ICMBio para criar lá,
2869 entre outras unidades de conservação que estão na pauta, o Parque Nacional do
2870 Albardão, que é na região próxima de onde eu venho, lá da região Sul do Rio Grande
2871 Sul, e tantas outras que estão aí sendo pleiteadas por nós, como a APA das Lagoas, a
2872 preservação dos banhados do Pontal da Barra, em Pelotas e Rio Grande. Enfim,
2873 precisamos também construir um marco legal sobre o Pampa, precisamos ter uma PEC
2874 que coloque o Pampa e a Caatinga como patrimônio nacional, a exemplo dos outros
2875 biomas. Então, queria registrar aqui mais uma vez essa situação alarmante pela qual o
2876 Pampa passa, com risco de desaparecer, e também pedir o apoio do CONAMA, de todos
2877 os Conselheiros e Conselheiras, na medida do possível, que se junte a essa pauta de
2878 proteção do Pampa e de criação de um marco legal específico para o Pampa. Muito
2879 obrigado.

2880 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**
2881 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Conselheiro. Inclusive, ontem, na
2882 reunião da Comissão Tripartite, com a participação da Secretária Marjorie, nós falamos
2883 exatamente sobre isso. Inclusive, de uma ação conjunta, eu citei o exemplo recente,
2884 muito vitorioso, das articulações entre o governo federal, o governo do Amazonas, o
2885 governo da Bahia, o governo da Paraíba, o governo do Pará e de Roraima, que
2886 possibilitou a criação de várias unidades de conservação. Eu propus a ela que a gente
2887 faça uma agenda. Está aqui o nosso Secretário de Roraima, que desenvolveu um
2888 trabalho fantástico, criamos um conjunto grande de unidades de conservação em
2889 entendimento com o Estado, isso foi muito positivo. E falei para ela que nós precisaríamos
2890 fazer uma agenda, construir uma agenda para criar e tirar o Pampa lá da lanterninha das
2891 unidades de conservação. Ela disse que estava disposta a isso, depois, inclusive, me

2892 mandou uma mensagem dizendo que está disposta, aberta, a discutir isso. Vamos
2893 trabalhar para construir um consenso. Acho que o momento é apropriado para isso e
2894 vamos pegar os estudos do ICMBio, tem vários estudos importantes, vamos tentar
2895 viabilizar isso no menor prazo possível. Conta com o compromisso do Ministério do
2896 Ambiente e certamente com o apoio do CONAMA para isso. Bom, eu queria agradecer
2897 muito a dedicação de todos. Acho essa reunião muito produtiva, tivemos a oportunidade
2898 de tratar visões divergentes de forma extremamente democrática e positiva, fraterna.
2899 Queria, em nome do Cláudio, Cláudio, que estava tão nervoso, eu queria, no seu nome,
2900 Cláudio. Não, não, eu queria agradecer. É impressionante como, às vezes, no CONAMA,
2901 a gente fica irritado, porque é um negócio, mas eu acho que, no final das contas, pessoas
2902 como você e todos que estão aqui ajudam a construir soluções que nunca são 100% o
2903 que nós gostaríamos. Está certo que cada um gostaria individualmente, mas certamente
2904 é o que é melhor para o País. Então, eu agradeço muito, parabéns a todos e vamos
2905 almoçar.